

**Nº11 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 01 de junho
de 2018. -----**

Ao primeiro dia do mês de junho do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e oito de maio de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, NUNO VAZ RIBEIRO. -----

O Presidente da Câmara deu início à reunião, começando a sua intervenção por registar o seu voto de congratulação, pelas iniciativas e/ou acontecimentos, abaixo, mencionados e com relevante interesse público para o Concelho de Chaves: -----

1 - Votos de Congratulação: -----

a) Encontro de Internato de Medicina - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da realização, em Chaves, nos dias 18 e 19 de maio, do 5º Encontro de Internato de Medicina Geral e Familiar "Miguel Torga", que abrange os Agrupamentos de Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, Douro Norte e Douro Sul, constituindo, tal iniciativa. -----

b) Centro Social e Paroquial de Chaves - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da realização, em Chaves, no pretérito dia 19 de maio de 2018, da iniciativa promovida, pelo Centro Social e Paroquial de Chaves, designada por "Jardins Floridos", a qual deu alegria e colorido à cidade de Chaves, em especial ao seu núcleo central, pois contou com cerca de mais de 100 carretas floridas, as quais permaneceram uma semana na praça de Camões. -----
Que esta iniciativa contou com a participação empenhada e comprometida dos professores, dos pais, das crianças e dos responsáveis do Centro.

c) Nomeação do Cardeal Dr. António Marto - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da recente nomeação do Cardeal, Dr. António Marto, Ilustre flaviense, natural da freguesia de Tronco, facto que muito engrandece e prestigia o Concelho de Chaves. -----

D) Clube de Karaté de Chaves - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara felicitou o Clube de Karaté do Alto Tâmega, pelo recente feito desportivo alcançado pelos seus atletas, sendo certo que dois atletas do Clube alcançaram o título de Campeão Nacional. -----

E) Escola Fernão Magalhães - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara registou o prémio, recentemente, atribuído, pela UNICER, em Matosinhos, à equipa representativa da Escola Fernão Magalhães, no âmbito do projeto "GO ON". -----

f) Escola de Dança "ENT'ARTES" - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara enalteceu a prestação das atletas, da Escola de Dança "Ent'artes", as quais conquistaram o pódio, no concurso de dança (Um primeiro lugar e dois segundos lugares). -----

2 - Outras atividades Municipais relevantes: -----

a) Equipa de Sapadores florestais - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que, desde a sua constituição, até ao dia de hoje, a equipa de sapadores florestais já procedeu à limpeza de mais de 6 hectares de área pública, tendo sido, simultaneamente, assegurada a limpeza de 74 hectares e de 50 km de rede viária municipal. -----
Trata-se de um trabalho muito importante, em vista à diminuição da carga florestal, com todas as vantagens daí emergentes para a prevenção do combate aos fogos florestais. -----

b) Combate às Vespas das Galhas do Castanheiro - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota de que a Autarquia irá apoiar, financeiramente, 23 largadas do inseto parasitoide, em vista ao combate às Vespas das Galhas do Castanheiro. -----

c) Realização de encontro com a população de Vidago - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da realização, no passado dia 29 de maio do corrente ano, de um encontro com a população de Vidago, tendo em vista uma abordagem sobre o funcionamento do Balneário Termal de Vidago. -----

Durante o encontro, foram afluídas as vicissitudes relacionadas com este projeto, nomeadamente, a disponibilização da própria água e o desenho das soluções para o futuro do Balneário. -----
O dito Balneário irá abrir no próximo dia 8 de junho. -----
Este equipamento é relevante para a dinamização do turismo termal de Vidago e de Chaves, sendo certo que, na presente data, o Município já realizou todas as validações técnicas, da sua responsabilidade, que permitam garantir a qualidade da água. -----

d) Sessão pública de combate às Cheias - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota da realização, no passado dia 30 de maio, de uma sessão pública de combate às Cheias, na Região Norte, presidida pelo Senhor Ministro do Ambiente. -----
Nesta área de intervenção, o Concelho de Chaves irá agregar um investimento público, na ordem dos 3 milhões de euros, destinado, sobretudo, em ações de prevenção dos efeitos das cheias e consolidação das margens do Rio Tâmega. -----

Durante a cerimónia, foi outorgado um contrato de empreitadas tendo como objeto a consolidação das margens do Rio Tâmega e sua contextualização ambiental. -----

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, associando-se a todos os votos de congratulação, anteriormente, exarados, pelo Presidente da Câmara, destacando, ainda, nesse âmbito, o prémio alcançado, recentemente, em Nova Iorque, pela jovem flaviense, Mariana Carvalho, num concurso de dança. -----

Tal sentimento de público reconhecimento, pelo feito alcançado, pela Ilustre flaviense, Mariana Carvalho, foi acompanhado por todos os demais membros do Executivo. -----

Seguidamente, o Vereador interveniente, solicitou um esclarecimento, junto do Presidente da câmara, sobre a escala de financiamento que irá

abranger o Concelho de Chaves, no âmbito do programa de combate às cheias, tanto mais que a informação, publicamente, divulgada, sobre a matéria, não é totalmente clarificadora. -----
 Por outro lado, não foi divulgado qualquer plano ou calendário temporal, sobre a execução das ações que integram o projeto, em causa. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
 1 - O valor do investimento público a realizar, no Concelho de Chaves, no âmbito do programa do combate às cheias, na zona norte, situa-se na ordem dos três milhões de euros, num total de investimento correspondente a 3,5 milhões de euros (Chaves-Régua) -----
 2 - Atendendo à sua natureza e dimensão, as obras a executar irão ser executadas, tendo em atenção as condições do próprio Rio Tâmega e, bem assim o calendário, legalmente, determinado, no âmbito das regras da contratação pública. -----

III - INTERVENÇÃO DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

Usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, associando-se, também, a todos os votos de congratulação, anteriormente, exarados, pela Câmara Municipal, registando, ainda, sobre a matéria, o meritório 6º lugar alcançado, pela equipa de futebol profissional do Grupo Desportivo de Chaves, na Liga "NOS" - 1ª Liga de Futebol Profissional, facto que muito dignifica e valoriza o Concelho de Chaves e a região do Alto Tâmega. -----
 Sobre esta matéria, registou, ainda, que, por sua iniciativa parlamentar, a Assembleia da República aprovou, recentemente, um voto de louvor, pela nomeação do Cardeal Dr. António Marto. -----

Na sequência da intervenção, que antecede, usou da palavra, Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo referido que o feito desportivo alcançado, pela equipa profissional de Futebol do Grupo Desportivo de Chaves, muito se deve ao apoio que a autarquia vem, regularmente, concedendo, ao Clube. ---
 A Autarquia não se deve apropriar, deste feito desportivo, embora sendo um parceiro ativo na conquista do mesmo. -----

Retomou a sua intervenção, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, solicitando, junto do Presidente da câmara, esclarecimentos, sobre as seguintes áreas de intervenção municipal: -----

- Rede Escolar do Concelho: Sobre esta matéria, a Vereadora interveniente, solicitou esclarecimentos, sobre as diligências que já foram efetuadas, no âmbito da Rede Escolar do Concelho, e quais os resultados obtidos, em tal sede, na sequência do diálogo estabelecido, sobre a matéria, com a Direção Geral, sobre o desenho da Rede Escolar do Concelho. -----

Sobre esta matéria, registou a situação relacionada com o funcionamento da Escola de Vila Verde da Raia, no que diz respeito a frequência do número de alunos da escola, sendo certo que existe uma aparente divergência entre a versão preconizada pelo Presidente da Junta de Freguesia e pelo Diretor do Agrupamento e aquela que é avançada sobre a mesma matéria pelo Vice-Presidente do Município nas reuniões com os organismos do Ministério da Educação. Caso semelhante sucede em Cimo de Vila da Castanheira onde a Junta de Freguesia e os

Pais não concordam com a suposta proposta de encerramento da escola de 1.º Ciclo. Seria conveniente envolver as Juntas de Freguesia, os Pais e as Direções dos Agrupamentos nestas decisões que dizem respeito a toda a comunidade. -----

A definição da Rede Escolar do Concelho tem de ser perspetivada, no âmbito do Ordenamento do Território. -----

A Autarquia, junto da Administração central, deverá pugnar, pela manutenção do funcionamento dos estabelecimentos escolares, dando confiança, às populações locais e aos próprios Presidentes das Juntas de Freguesia, sobre tão relevante matéria. -----

A Autarquia, na medida do possível, deverá minimizar o encerramento dos estabelecimentos escolares, com todas as desvantagens daí emergentes para o interior do País e para a fixação de pessoas, nas aldeias do Concelho de Chaves. -----

Na sequência da intervenção, que antecede, usou da palavra, Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo referido que a preocupação com os alunos e a sua aprendizagem deve ser essencial, e que não devemos deixar os alunos das famílias de menores rendimentos em escola com um ou dois alunos por ano de escolaridade, pois não é bom para que tenham sucesso nas aprendizagens. As famílias com maiores rendimentos já trazem os filhos para o centro escolar e não os matriculam na aldeia. -----

O que defende a Vereadora não tem a ver com os reais e superiores interesses das crianças, mas outros interesses que deve assumir claramente. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A questão relacionada com a rede escolar do Concelho, veio a ser abordada, na última Reunião do Conselho Municipal de Educação. -----

2 - A Autarquia bater-se-á pela manutenção do funcionamento dos estabelecimentos escolares, partindo, dos seguintes critérios: -----

- 10 alunos no Primeiro Ciclo; -----

- 6 alunos no Ensino Pré-escolar. -----

3 - Verificando-se o cumprimento de tais critérios, o Município irá defender o não encerramento dos estabelecimentos escolares do Concelho. -----

- Hospital de Chaves - Serviços de Saúde: Sobre esta matéria, a Vereadora interveniente, deu nota da obrigatoriedade das mulheres do Concelho de Chaves e do Alto Tâmega, terem de se deslocar, ao Hospital de Vila Real, em vista à realização de mamografias. -----

Tal exame de diagnóstico é realizado, em Vila Real, desde fevereiro do corrente ano, como consequência da avaria técnica do equipamento técnico existente, no Hospital de Chaves. -----

Este estado de coisas, acabam por desqualificar o próprio Hospital de Chaves, com implicações negativas, na qualidade dos serviços de saúde, sobretudo, para toda a população feminina que não beneficia da ADSE e que tem, agora, que suportar os custos inerentes à sua deslocação, para Vila Real, em vista à realização deste tipo de exames e de outros exames conexos. -----

Esta situação é muito má, quer do ponto de vista humano, quer para o bom funcionamento do Hospital de Chaves e para a saúde das próprias mulheres do Alto Tâmega, particularmente, para as mulheres do Concelho de Chaves, sendo estas sujeitas a cuidados de saúde de 2ª categoria. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
1 - A Câmara Municipal de Chaves tem mantido uma pressão, sobre o Conselho de Administração do Hospital, no sentido de acompanhar o futuro do Hospital de Chaves, em duas relevantes dimensões: -----

a) O funcionamento da urgência médico-cirúrgica; -----

b) Os tempos médios de espera, no âmbito das consultas externas e da marcação/realização de cirurgias. -----

2 - Estas preocupações foram transmitidas ao Senhor Ministro da Saúde, sendo certo que a tutela garantiu a introdução de ações de melhoria, a desenvolver, até ao mês de maio passado, medidas essas, as quais, até à presente data, ainda não foram concretizadas. -----

3 - No caso concreto do equipamento indispensável à realização de mamografias, a questão é preocupante, embora o Alto Tâmega, desde o ano de 2010, esteja servido de um rastreio regular, em vista à realização preventiva de tais exames de diagnóstico precoce. -----

4 - A questão colocasse, não ao nível do rastreio do cancro da mama, mas sim, nas situações de despiste da doença. -----

5 - Tudo isto, sem prejuízo da necessidade do equipamento instalado, no Hospital de Chaves, ser reparado e/ou substituído com a rapidez devida. -----

V - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR JOÃO CARLOS ALVES NEVES. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Sr. João Carlos Alves Neves, tendo começado por referir o facto do Jardim Público, apresentar condições muito deficientes para acolher os seus visitantes, particularmente, ao nível do piso existente. -----

De facto, cada vez que chove, o espaço do Jardim Público transforma-se num autêntico lamaçal, com todas as desvantagens daí emergentes para os seus utilizadores. -----

Por outro lado, os jardins da cidade deveriam ser melhorados, particularmente, junto ao Forte de S. Francisco e, bem assim, junto à Casa Florestal. -----

Para os visitantes da nossa cidade, é cada vez mais importante dar uma maior visibilidade e qualidade aos espaços públicos da cidade. -----

Concluindo a sua intervenção, o Vereador interveniente, chamou a atenção para a necessidade de ser estabelecida, com alguma urgência, a ligação, entre a Rua de São Bento e a Rua do Seixal - (Translar). -

De facto, é importante fazer a ligação destes pequenos troços rodoviários, criando-se melhores condições de circulação automóvel. -

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - As preocupações, acima, evidenciadas, pelo Vereador do PSD, poderiam ter sido pensadas e apresentadas, durante o exercício das suas funções, enquanto Presidente da Junta de Freguesia e Vereador a Tempo Inteiro, deste Executivo. -----

2 - Sendo certo que, caso assim fosse, tais problemas não teriam sido herdados. -----

3 - A solução do Jardim Público é, manifestamente, inadequada, sendo certo que a Autarquia não dispõe, atualmente, de capacidade financeira para avançar para uma nova requalificação de tal espaço público. ----

4 - A qualidade visual e ambiental dos espaços públicos é uma prioridade que esta dependente dos constrangimentos financeiros da Autarquia e, bem assim, do reforço da capacidade operacional do

Município, situação que também irá exigir um novo esforço financeiro da Autarquia. -----

5 - Por último, relativamente à Rua da S. Bento, sendo a sua requalificação importante, não é menos verdade que não se pode descurar, também, um número significativo de quilómetros de rede pública, a qual carece, também, de intervenção. -----

Ausentou-se da sala, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, quando eram 10:00 horas, para participar na entrega de diplomas aos alunos do agrupamento Dr. António Granjo, no dia do agrupamento, não tendo participado na análise, discussão e votação dos assuntos abaixo mencionados. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 17 de maio de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

Não participou na votação deste assunto, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender em virtude de não ter estado presente na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO 1.º TRIMESTRE 2018. - OFÍCIO N.º 012/CA/2018, DATADO DE 14/05/2018, REMETIDO PELA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM S.A. - PARA CONHECIMENTO.----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Chaves,-----

Perante a deliberação do Conselho de Administração da Empresa Municipal Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M. S.A., na sua reunião ordinária do passado dia 26 de abril de 2018, venho submeter o Relatório de Execução Orçamental do 1.º Trimestre de 2018, para que sejam remetidos aos órgãos municipais, para informação.

Com os melhores cumprimentos,-----

A vogal do Conselho de Administração da GEMC, EM S.A.-----

(Fátima Liliana Fontes Correia Pinto)-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.17-----

À reunião do Executivo Municipal, para conhecimento.-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2. "NOITE DE KARAOKE" – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS ADMINISTRATIVAS – REQ: CASA DE CULTURA DE VIDAGO. DESPACHO Nº 47/GAP/2018.-----

Foi presente o despacho identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I – Justificação -----

Considerando que a Associação denominada "Casa de Cultura de Vidago", com sede no Largo da Praça, n.º 14, povoação de Vidago, União de freguesias de Vidago/Arcossó/Selhariz/Vilarinho das Paranhos, concelho de Chaves veio, através de requerimento com o registo de entrada nos serviços desta Autarquia n.º 5430/18, de 2018/05/11, solicitar autorização para a realização do evento denominado "Noite de Karaoke", a realizar no Mercado Municipal de Vidago, nos dias 26 e 27 de maio de 2018; -----

Considerando que, no aludido requerimento, a Associação "Casa de Cultura de Vidago" solicitou, também, a isenção do pagamento das taxas administrativas correspondentes; -----

Considerando que a Associação em causa tem um carácter cultural, recreativo, formativo, desportivo e social, conforme decorre dos respetivos Estatutos, documento cujo teor integral se anexa ao presente Despacho; -----

Considerando que a matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

Considerando que o n.º 2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte:

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias."/; -----

Considerando, ainda, que a apreciação e decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º8, do art. 24º do referido Regulamento Municipal. -----

Considerando que a requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: -----

- Documento comprovativo da natureza jurídica; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social; -----
- Declaração de não dívida à Autoridade Tributária; -----

Considerando que, de acordo com a informação prestada pela Divisão de Gestão Financeira, a Associação em causa não tem dívidas perante o Município de Chaves, documento cujo teor integral se anexa ao presente Despacho; -----

Considerando, assim, que se encontram reunidos os pressupostos legais para a interessada poder beneficiar da isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos nºs 2, 8 e 12 do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

Considerando que o valor das taxas administrativas associadas à emissão da licença especial de ruído para o fim em vista, ascendem ao montante de € 108,10 (Cento e oito euros e dez cêntimos); -----

Considerando que, ciente das razões acima evidenciadas, tendo como credencial legal o disposto no n.º 3, do Artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, sempre que o exijam circunstâncias excepcionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara, pode o Presidente praticar quaisquer atos da competência desta, ficando, todavia, estes, sujeitos a ratificação, na primeira reunião do executivo realizada após a sua prática; -----
Considerando que, no caso individual e concreto ora em apreciação, se encontram reunidos todos os pressupostos legais decorrentes da aplicação de tal norma, a saber: -----

- Urgência da situação em face dos factos anteriormente descritos;
- Impossibilidade de realização, em tempo útil, de uma reunião extraordinária do executivo municipal, tendo por referência a data da decisão administrativa consubstanciada na autorização da atividade pretendida e, bem assim, a data da realização efetiva da mesma, ou seja, **a ter início no dia 26 de maio** e terminus no dia 27 de maio do corrente ano; -----

II - Do Despacho em sentido estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente expostas, determino o seguinte: -----

- a) Autorizar a cedência do espaço afeto ao Mercado Municipal de Vidago para a realização da atividade denominada "Noite de Karaoke", a ter lugar no Mercado Municipal de Vidago, nos dias 26 e 27 de maio de 2018, das 20h às 2h, bem como autorizar a isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor total €108, 10 (Cento e oito euros e dez cêntimos), de acordo com o disposto no n.º 2, 8 e 12, do art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----
- b) Sequencialmente, que seja notificada a requerente do teor integral do presente despacho, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo; -----
- c) A presente isenção deverá ser comunicada à Divisão de Gestão Financeira, para efeitos de controlo de isenções concedidas pela Autarquia Local; -----
- d) Por último, considerando a urgência da situação anteriormente evidenciada, deverá o presente assunto ser agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, a ter lugar no próximo dia 1 de junho, em vista à obtenção da necessária e competente ratificação da presente decisão, nos termos do disposto no n.º 3, do Artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Chaves, 25 de maio de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Nuno Vaz) -----

Em anexo: Os referidos documentos. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 25.05.2018. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. ANULAÇÃO DE EXECUÇÕES FISCAIS. FALTA DE ENVIO DE FATURAS. ANTÓNIO MAGALHÃES FREITAS. INF. 97/DAF/18.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 9201, datado do dia 22/11/2017, António Magalhães Freitas vem requerer a anulação dos processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, e que têm como objeto faturas referentes a consumos de água efetuados e não pagos. -----

2. Para o efeito, invoca que não recebeu as faturas que deram origem à instauração dos processos de execução fiscal, em causa, pelo que não teve conhecimento da existência da dívida até à presente data.

3. Mais invoca que o n.º de porta constante dos documentos existentes nos serviços municipais não corresponde ao seu número de porta, o que só pode ter sucedido por informação errada da Junta de Freguesia.

4. Partindo de tal enquadramento, o requerente dispõe-se a pagar o valor associado ao fornecimento de água em dívida, solicitando, contudo, que sejam retirados quaisquer juros ou outros custos referentes a processos de execução, os quais considera ilegais, uma vez que não veio a ser efetivamente notificado das faturas em causa e que deram origem aos mesmos. -----

5. Através de Informação produzida no dia 4 de dezembro de 2017, a Divisão de Águas e Resíduos veio informar o seguinte, a saber: -----

"A União de Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações é a gestora do abastecimento de água em Loivos, sendo que o Município funciona simplesmente como a emissora das faturas, cabe pois, à União das Freguesias toda a gestão onde se inclui a decisão sobre os cortes a efetuar. -----

Todas as faturas, avisos de corte e certidões de dívida foram emitidos e enviados para a direcção constante no contrato(...)." -----

6. Ora, conforme se retira dos documentos remetidos a estes serviços, o requerente invoca que as faturas foram enviadas para uma morada incorreta, circunstância que impediu a receção das mesmas e, consequentemente, o seu conhecimento. -----

7. Sobre esta matéria, a DAR, e como se viu, informou, apenas, que as faturas foram enviadas para a morada "constante no contrato", sem que, contudo, especifique qual contrato ou com quem foi celebrado, uma vez que, como é referido na Informação da retrocitada unidade orgânica, *"o Município funciona simplesmente como a emissora das faturas"*, sendo a União de Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações a gestora do abastecimento de água. -----

8. Neste contexto, foi solicitado, à DAR, que informasse se a morada para a qual foram enviadas as faturas está correta ou, não o estando, que identificasse a pessoa, ou entidade, responsável por tal erro.

9. Sobre esta matéria, a retrocitada unidade orgânica informou o seguinte, a saber: -----

"Solicitada informação à União de Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações gestora do abastecimento de água em Loivos constata-se que a direcção lá registada é Largo do Cruzeiro n.º 91 pois tanto na folha de inquérito enviada como na Fatura/recibo de água emitida pela Junta consta essa direcção.(...)" -----

Atendendo aos elementos disponíveis que se juntam a esta informação constata-se que desde o início a direcção constante nos documentos era Largo do Cruzeiro n.º 91." -----

10. A DAR juntou, ainda, ao processo cópia de inquérito datado do dia 12/10/89, ofício enviado pela União de Freguesia de Loivos e Póvoa de Agrações, datado do dia 02/02/2018 e cópia de duas faturas/recibos de água emitidos pela junta de freguesia e referentes, respetivamente, a junho de 2011 e dezembro de 2015, em ambas constando a morada "Largo do Cruzeiro, 91, 5425-062 Loivos". -----

11. Por sua vez, a União de Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações informou o seguinte: -----

" (...) até finais de 2016 os recibos eram emitidos pelos meios informáticos existentes, contendo o nome, morada, dados do contrato, dados do consumo e datados. A cobrança dos mesmos era feita pelo Tesoureiro, nos respetivos Serviços de Tesouraria desta Freguesia, sem envio de aviso prévio de pagamento aos consumidores e entregue em mão à pessoa que se apresentava para pagamento. -----

A partir de setembro de 2016, por protocolo celebrado entre o município e a freguesia, a cobrança passou a ser exercida pelos Serviços de Divisão de Águas e Resíduos do Município de Chaves, à qual foi facultada a lista de consumidores, já há muitos anos existente, com as respetivas moradas e todas as demais indicações necessárias ao correto procedimento administrativo de cobrança. (...) " -----

12. Posteriormente, através de ofício datado do dia 08/05/2018, a mesma União de Freguesias veio informar, de forma adicional, o seguinte: -----

" (...) até à presente data não deu entrada nestes serviços qualquer pedido de alteração de número de porta (do n.º 91 para o n.º 101) por parte do Sr. António Manuel Magalhães de Freitas. ----- Assim nos nossos registos consta o n.º 91 sito no largo do Cruzeiro, pertencente ao único herdeiro da família Fernando Martins Freitas e Maria Alves Teixeira Magalhães, seu filho António Manuel Magalhães Freitas." -----

13. Assim, abaixo se apresentam as considerações que reputamos de pertinentes relativamente à matéria ora em apreciação. -----

II - Do direito -----

1. A Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro e n.º 24/2008, de 2 de Junho, consagrou um conjunto de regras a que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais, com vista à proteção do utente, onde se incluem os serviços de fornecimento de água. -----

2. Resulta do disposto no n.º 1, do art. 9º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, que o utente tem direito a fatura onde se especifique devidamente os valores que a mesma apresenta. --

3. Sendo certo que, por força do disposto no n.º 3, do retrocitado artigo, a exigência de pagamento por serviços prestados é comunicada ao utente, por escrito, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data limite fixada para efetuar o pagamento. -----

4. Por sua vez, o n.º 2, do artigo 11º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, determina, expressamente, que "incide sobre o prestador do serviço o ónus da prova da realização das comunicações a que se refere o artigo 10.º, relativas à exigência do pagamento e do momento em que as mesmas foram efetuadas¹". -----

5. Ora, conforme se retira dos elementos constantes do processo, as comunicações foram, efetivamente, efetuadas. -----

6. Atenda-se, porém, que o requerente coloca em causa se as faturas foram enviadas para a morada correta, sendo sobre este aspeto que interessa, agora, versar. -----

¹ O sublinhado é nosso. -----

7. Após análise de todos os elementos enviados a estes serviços, poder-se-ão retirar as seguintes conclusões: -----

- a) Nas faturas emitidas pela Junta de Freguesia, constava a morada "Lg. Cruzeiro, 91, 5425-062 Loivos"; -----
- b) As faturas emitidas pela Junta de Freguesia foram entregues em mão ao consumidor final; -----
- c) A morada usada, e relativa ao local de consumo, vinha sendo utilizada desde 1989, conforme inquérito realizado pela Junta de Freguesia de Loivos; -----
- d) A partir de setembro de 2016, as faturas passaram a ser emitidas pelo Município de Chaves, o qual, usando os elementos fornecidos pela junta de freguesia, procedeu ao envio das mesmas para a morada "Lg do Cruzeiro, 91, Loivos, 5425-062 Loivos"; -----
- e) Sendo certo que não se registou, de acordo com as informações prestadas pela União de Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, qualquer alteração do número de porta, associado ao local de consumo em causa; -----
- f) O requerente alega que as comunicações efetuadas pelo Município de Chaves não chegaram ao seu conhecimento, uma vez que a morada que consta das mesmas não corresponde à morada correta, no caso, Largo do Cruzeiro, n.º 101, 5425-062 Loivos; -----
- g) A partir de janeiro de 2018, as faturas, emitidas pelo Município de Chaves, passaram a ser enviadas para a morada Largo do Cruzeiro 101, Loivos, 5425-062 Loivos. -----

8. Atendendo às conclusões acima exaradas, verifica-se que a morada Largo do Cruzeiro 91, 5425-062 Loivos, era a morada utilizada pela Freguesia de Loivos e Póvoa de Agrações, não tendo a mesma sido contestada pelo requerente durante anos. -----

9. Tanto mais que incumbe ao utilizador, manter os dados do contrato atualizados junto do prestador de serviços. -----

10. Ora, se o requerente, durante anos, não colocou em causa tal morada, conformando-se com a mesma, não nos parece, salvo melhor opinião, que o facto de vir agora invocar que a mesma está errada, seja motivo suficiente para determinar a anulação dos processos de execução fiscal em curso. -----

11. De facto, as faturas que deram origem aos referidos processos de execução fiscal, e que o ora requerente pretende colocar em causa, foram enviadas para a mesma morada que a Freguesia de Loivos e Póvoa de Agrações usou durante anos e que o requerente nunca contestou. ---

12. Tanto mais que, fazendo fé nas informações prestadas pela União de Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, o número de porta associado ao local de consumo em causa, se manteve inalterado. -----

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

- a) Agendamento do presente assunto para uma próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir o pedido do interessado, com base nas razões evidenciadas no capítulo anterior; -----
- b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao ora peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

d) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

Chaves, 22 de maio de 2018. -----

À consideração superior. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.05.23-----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.25-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.28-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Regista-se a entrada na sala, do Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, quando eram 11:00 horas, retomando a sua participação na presente reunião. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: LUÍS FILIPE FERNANDES SILVA. INF. 99/DAF/18.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Luís Filipe Fernandes Silva, documento com o registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 4835/18, datado do pretérito dia 02/05/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização do pagamento em 10 prestações mensais de uma dívida referente a faturas emitidas a título de consumos de água e que não foram pagas. -----

2. Para o efeito, o requerente invoca, em síntese, que não dispõe de condições financeiras que lhe permitam efetuar o pagamento do valor em dívida de uma só vez, uma vez que tem despesas com um empréstimo da habitação, carro e de saúde, para além das despesas pessoais. ---

3. O peticionário instruiu o seu requerimento inicial com a cópia do comprovativo de entrega da Declaração de IRS (Modelo 3), relativo ao Ano 2017. -----

4. Sendo certo que a dívida em causa, é objecto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local, ascendendo, na presente data, a quantia total de € 194,50, cujo executado é Luís Filipe Fernandes Silva. -----

5. Considerando que o requerente invoca a falta de condições económicas como fundamento para o não pagamento dos valores em dívida, o presente assunto foi encaminhado para a Divisão de Recursos Humanos, em vista ao enquadramento do mesmo à luz do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, em vigor no Concelho de Chaves.

6. Através da Informação/Proposta n.º87/SHSDPC N.º 41-2018, produzida pela Divisão de Recursos Humanos/Setor de Habitação Social e Desenvolvimento de Projetos Comunitários, no dia 14 de maio de 2018, tal unidade orgânica informou que o presente " ... processo não é passível de enquadramento à luz das disposições legais em vigor, em virtude, dos documentos apresentados não evidenciarem a carência económica aludida;". -----

7. Tal circunstância, de acordo com o disposto na retrocitada Informação, inviabiliza " ... a elaboração do competente processo de avaliação de carência económico-social em vista a legitimar, ou não, a pretensão de pagamento em prestações do valor da dívida acumulada, resultou em **indeferimento** por parte destes serviços." -----

8. Sendo certo que a dívida, em causa, é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local.-----

9. Considerando que, pelas razões anteriormente expostas, não foi possível concretizar o enquadramento do pedido do interessado no Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, em vigor no Concelho de Chaves, dado que tal enquadramento está dependente da verificação de especiais fragilidades na situação económico-social do requerente, a situação individual e concreta deverá ser analisada à luz do preceituado no Código do Procedimento e do Processo Tributário (CPPT). -----

II - Do Enquadramento Legal -----

1. O regime regra do pagamento em prestações das dívidas tributárias após a instauração da execução fiscal decorre do disposto nos art.º 196.º e sgs, do Código de Procedimento e Processo Tributário (doravante, designado pela sigla, CPPT). -----

2. Dispõe o n.º1, do referido art.196.º, do CPPT, que as dívidas exigíveis em processo executivo podem ser pagas em prestações mensais e iguais, através de requerimento dirigido ao órgão de execução fiscal.

3. Sendo certo que no requerimento para o pagamento em prestações, o executado indicará a forma como se propõe a efetuar o pagamento e os fundamentos da proposta, conforme o disposto no n.º1, do art.198.º, do CPPT. -----

4. Ainda que o CPPT, admita a possibilidade do pagamento em prestações das dívidas em execução fiscal, a verdade é que o respetivo pagamento em prestações, deverá obedecer o disposto no n.º4, do art.196.º, do CPPT, ou seja, "O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 **e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.**"² -----

5. Por outras palavras, diga-se, o pagamento em prestações das dívidas em execução fiscal poderá ser autorizado pelo órgão de execução fiscal, desde que sejam cumpridos os seguintes formalismos legais:

- Quando o executado não pode liquidar a dívida de uma só vez;
- O número máximo de prestações admissível, é de 36 prestações;

² O sublinhado é nosso. -----

- O valor de qualquer uma das prestações, não pode ser inferior a 1 unidade de conta (isto é, cada prestação não pode ser inferior a € 102.00). -----

6. Ora, atentos os elementos constantes no presente processo, verificamos que o requerente tem, de facto, valores em dívida perante este Município, a título de consumos de água efetuados e não pagos, encontrando-se o valor de € 194,50, em fase de cobrança coerciva, - correspondendo € 88,22 à quantia exequenda, € 103.97 a encargos, e € 2.31 de juros (este último valor passível de ser alterado até integral pagamento do montante em dívida). -----

7. Importa salientar que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, do art.196.º, do referido diploma legal. -----

8. Assim, aqui chegados, tendo presente os documentos constantes do processo, fácil se torna concluir que a ora peticionária não reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo da retrocitada norma, desde logo porque tendo em conta o valor total em dívida, não se incluindo aqui, o valor dos juros, não é possível dividir o valor da mesma em prestações mensais superiores a uma unidade de conta no momento da autorização, ou seja, superior a € 102.00. -----

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pelo peticionário, com base nas razões anteriormente expostas no capítulo anterior; -----

b) No cumprimento do disposto no art.121.º e ss. do Código de Procedimento Administrativo, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias úteis para permitir ao ora interessado vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido de decisão entretanto exarado; -----

c) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----
Chaves, 23 de maio de 2018. -----

A Técnica Superior Jurista -----

Ana Tomaz -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.05.24-----

Visto. Concorro com a presente informação. À consideração superior. -

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.25-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.28-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ASSOCIAÇÃO DE DESPORTO AQUAE FLAVIAE. INF 71/DAF/STL/18.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO-----

1. A Associação de Desporto Aquae Flaviae, com sede na Praça Sagrada Família, Edf. Sol Nascente, n.º 22, União de freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, Concelho de Chaves veio, através de requerimento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia n.º 4962/18, de 2018/05/03 solicitar autorização para a realização da 4.ª edição da corrida noturna de Chaves - **AQUAE FLAVIAE NIGHT RUNNING**, a ter lugar em Chaves: -----

No aludido requerimento o requerente solicitou, também isenção do pagamento das taxas administrativas correspondentes. -----

2. Assim, cumpre-me informar, sobre a pretensão apresentada, o seguinte: -----

2.1 A matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

2.2 Nesta conformidade, o n.º 2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte: --

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias." -----

2.3 Refira-se, ainda que a apreciação e decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º8, do art. 24º do referido Regulamento Municipal. -----

2.4 Neste contexto, e para efeitos do número anterior o requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber: --

- Documento comprovativo da natureza de Associação; -----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária; -----
- Declaração de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária.

2.5 O presente processo encontra-se, ainda, instruído com informação produzida pela Divisão de Gestão Financeira, da qual consta que não existem dívidas da requerente perante o Município de Chaves. -----

2.6 Assim, julgo que o requerente reúne os pressupostos legais para beneficiar da isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos n.ºs 2, 8 e 12 do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

2.7 O valor das taxas administrativas associadas à realização da atividade pretendida pela requerente ascende ao montante de € 21.60 (vinte e um euros e sessenta cêntimos). -----

II - DA PROPOSTA -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

- a) Que seja autorizada a isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor total €21.60 (vinte e um euros e sessenta cêntimos), de acordo com o disposto no n.º 2, 8 e 12, do art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----

b) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

À consideração superior. -----

Chaves, 23 de maio de 2018 -----

A Assistente Técnica -----

Maria Manuela -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2018.05.24-----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.25-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.28-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2018/2019. INFORMAÇÃO DDSC N.º.83 /SE N.º.46/2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

É competência do Município a organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares e esta competência consiste na oferta de serviço de transporte entre o local da sua residência e o local dos estabelecimentos de ensino que frequentam, a todos os alunos do ensino básico e secundário, quando residam a mais de 3 km ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou com refeitório.-----

Anualmente o Município de Chaves organiza o Plano de Transporte Escolar, conjugando e complementando a rede de transportes públicos, de acordo com a procura efetivamente verificada para cada ano letivo, dando assim cumprimento ao disposto no artigo 4º, do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro.-----

Para a efetivação do transporte da população escolar serão utilizados, em princípio, os meios de transporte coletivo que sirvam os locais dos estabelecimentos de ensino e de residência dos alunos e quando estes não preencham as condições fixadas no retro mencionado diploma, poderão ser utilizados veículos em regime de aluguer ou de propriedade do Município para a realização dos circuitos especiais.-----

Considerando que para a elaboração do Plano de Transporte Escolar foi necessária a participação dos Agrupamentos de Escolas existentes no Concelho: Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo, Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins e Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães, através do envio das previsões do número de alunos que utilizarão o transporte escolar, para o ano letivo 2018/2019, discriminados por

localidades de proveniência, grupos etários, respetivo grau de ensino e ano que frequentam;-----

Considerando que, também, foi necessário ter em conta a rede de transportes públicos que opera no Concelho de Chaves, que é garantida por uma única Empresa, Auto Viação do Tâmega e a atual rede de estabelecimentos de ensino da educação pré-escolar, do 1º ciclo, das escolas EB2,3 e das escolas secundárias, com os respetivos horários de funcionamento;-----

Considerando que para o ano letivo 2018/2019 e no que respeita à rede pública, prevê-se em funcionamento 13 jardins-de-infância, 10 escolas do 1º ciclo (não inclui o 1º ciclo de Vidago, uma vez que está integrado na Escola EB2,3 de Vidago), três escolas do 2º e 3º ciclo e três escolas secundárias, que integram os três Agrupamentos do Concelho;

Assim e de acordo com o previsto na alínea g) do nº 1, do art.º 33, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a competência em matéria de assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, sendo originária da Câmara Municipal, encontra-se formalmente delegada no Presidente da Câmara.-----

Em face do exposto, propõe-se:-----

1. Que seja aprovado o Plano de Transporte Escolar, em anexo, para o ano letivo de 2018/2019. -----
2. Caso esta proposta mereça concordância superior e nos termos da delegação de competências da Câmara Municipal no Exmo. Sr. Presidente da Câmara, em matéria de organização e gestão dos transportes escolares, propõe-se, ainda, que a mesma seja encaminhada à próxima reunião de Câmara para conhecimento.-----

À consideração de V. Exa.-----

Chaves, 15 de maio de 2018-----

A Técnica Superior -----

(Zuleika Alves, Dr^a.)-----

Em anexo: Rede de Transporte Escolar Ano Letivo 2018/2019 - Carreiras Públicas e Circuitos Especiais, com as respetivas plantas da área abrangida pelos Transportes Públicos e Privados-----

PLANO DE TRANSPORTES 2018/2019-----

CIRCUITOS ESPECIAIS 2018/2019:-----

Circuito nº1 Fornelos - Carregal - Adães - Vale do Galo - St^a. Leocádia - Póvoa de Agrações - Dorna - Santa Ovaia - Matosinhos - Fernandinho - Loivos - **Escola Básica de Vidago/ Jardim de Infância de Vidago (09h00 - 17h30)** -----

JI de Vidago - **Escola EB23 de Vidago (12h00 - 13h30)**-----

Circuito nº2 Vilarinho das Paraneiras - Anelhe - Ponte Seca - Souto Velho -----

Escola Básica de Vidago /Jardim de Infância de Vidago (09h:00 - 17h30)

Arcossó - **Jardim de Infância/Escola Básica de Vidago (09h00 - 17h30)**

Circuito nº3 Vilas Boas - Valverde - Pereira de Selão - **Jardim de Infância/Escola Básica de Vidago (09h00 - 17h30)**-----

Oura - **Escola EB1/Jardim de Infância de Vidago (09h00 - 17h30)**-----

Circuito nº4 Ventuzelos - Agostem - S. Pedro de Agostem - Sesmil - Paradela de Veiga -----

Campinas - Izei - Samaiões - Bairro da Moca - Campo da Roda - **Escola Básica do Caneiro/Jardim de Infância do Caneiro (09h00 - 17h30)** **Escola EB1 de Casas dos Montes (09h:00 - 17h30)** -----

Escola Básica do Caneiro/Jardim de Infância do Caneiro - **Escola EB23 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro (12h30 -14h00)**-----

Poderão ser necessárias três viagens de ida e três viagens de regresso

Circuito nº5 Redial - Vilela do Tâmega - Bóbeda - Vila Nova de Veiga - Pereira de Veiga - Outeiro Jusão - **JI de Outeiro Jusão (09h:00**

- 17h:30) - Rebentão - Reta Raio X - **Escola EB1 de Casas dos Montes (09h:00 - 17h:30)** -----
Escola Básica de Casas dos Montes - Escola EB23 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro (12H:30-14H:00)-----
Poderão ser necessárias três viagens de ida e três viagens de regresso
Circuito nº6 Carvela - Maços - Santiago - Nogueira da Montanha - Amoinha - Santa Marinha - Moreiras - Torre de Moreiras - France - Sandomil - Capeludos - **Escola Básica de Vilar de Nantes/Jardim de Infância de Nantes - Escola Básica do Caneiro (09h00 - 17h30)** -----
ircuito nº7 Cambedo - Vilarelho da Raia - Vilela Seca - Vilarinho da Raia - Vila Meã - Outeiro Seco - S. Bernardino II - **Centro Escolar de Santa Cruz Trindade - Chaves (09h:00 - 17h:30)**-----
Escola EB1 Stº. Amaro (1º e 2º ano) - Escola Secundária Dr. António Granjo (12h30-14h00)-----
Escola EB1 Stº. Amaro (3º e 4º ano) - Escola EB23 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro (12h30-14h00)-----
Poderão ser necessárias duas viagens de ida e duas viagens de regresso para cada um-----
Circuito nº8 Várzea - **Escola Básica de Casas dos Montes/Escola Básica de Santo Amaro (09h00 - 17h30)**-----
Várzea - Jardim de Infância de Chaves (09h00 - 17h30)-----
Circuito nº9 Águas Frias - Vila Nova - Oucidres - Avelas - Assureiras - Faiões (Igreja/ordenha) - Estrada Nacional (lugar da Casola) - **Escola Básica de Stº. Estevão/Jardim de Infância de Stº. Estevão (09h:00 - 17h:30)**-----
Circuito nº10 Rebordondo - Casas Novas -Pastoria - Curalha- **Escola EB1 de Casas dos Montes (09h00 - 17h30)** -----
Circuito nº11 Torre - Agrela - Couto - Soutelinho da Raia - Castelões - Calvão - Sanjurge- **Escola Básica de Bustelo/Jardim de Infância de Bustelo (09h00 - 17h30)**-----
Circuito nº12 Noval - Soutelo - **Escola Básica de Valdanta (09h00 - 17h30)**-----
Abobeleira - Cando - Granjinha - Escola EB1/JI de Valdanta/Escola EB1 de Casas dos Montes (09h00 - 17h30)-----
Circuito nº13 Anelhe - Souto Velho - Arcossó - Vilas Boas - Selhariz - Pereira de Selão - **Vidago (alunos do ensino secundário/profissional - Ligação ao transporte público. (08h20/18h20)**
Selhariz - Vila Verde de Oura - Jardim de Infância de Vidago / Escola Básica de Vidago (9H00/17h30) -----
Circuito nº14 Tresmundes - S. Julião - S. Lourenço - Ribeira de Sampaio - Nantes -**Escola Básica de Vilar de Nantes/ Jardim de Infância de Nantes (09h00 - 17h30)**-----
Circuito nº15 Vila Meã - Paragem do Campo Queimado(08h20/18h20)---
Vila Frade - Santo António de Monforte - Vila Verde da Raia - Jardim de Infância de Vila Verde da Raia / Centro Escolar de Stª. Cruz Trindade (9h00 - 17h30)-----
Circuito nº16 Campo de Cima -Casa Azul - **Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade(9h00/17h30)**-----
Circuito nº17 Bobadela - Vilar de Izeu - Bolideira (**Transporte público 12h00/14h00**) - Oucidres - Vila Nova de Monforte - Sobreira - Assureiras (**Transporte público 12h00/14h00**)-----
Poderá ser necessário fazer 2 viagens-----
Circuito nº18 Parada - **Cimo de Vila (alunos do ensino secundário) (08h20/18h20)** -----
A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 16 km----
Cimo de Vila - Tronco - Escola Básica de Mairós (9h00 - 17h30)-----
A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 57,6 km--

Parada - Sanfins - **Jardim de Infância de Cimo de Vila da Castanheira (9h30 - 16h00)**-----

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 10 km----

Tronco - Dadim - **Jardim de Infância de Cimo de Vila da Castanheira (9h30 - 16h00)**-----

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 23 km----

Circuito nº19 Adães - Carregal (Paragem) Almorfe - Cruzamento (Paragem) (08h20/18h20) -----

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 13,2km---

Adães - Santa Ovaia - **Escola EB23 de Vidago (08h:20/17h30)**-----

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 86,4 km--

Circuito nº20 Seixo - Peto de Lagarelhos (alunas do ensino secundário) (08h20/18h20) -----

Pereiro de Agrações - Escariz - Seixo - **(EB23 de Vidago) (8h20 - 17h30)**-----

Circuito nº21 Orjais - S. Vicente da Raia (transporte público) (08h20/18h20)-----

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 16,5 km-

S. Vicente - Argemil da Raia - **Escola Básica de Mairós (9h00/17h30)**

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 44 km---

Circuito nº22 Casas de Monforte - Paradela - **Escola Básica de Mairós (9h00/17h30)**-----

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 37.6 km--

Paradela- **Jardim de Infância de Mairós (9h00/17h30)**-----

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 22 km ---

Circuito nº23 Curalha - Jardim de Infância de Casas Novas (9h00/17h30)-----

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 20km ---

Rebordondo - **Jardim de Infância de Casas Novas (9h00/17h30)**-----

A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 10km-----

CARREIRAS PÚBLICAS-----

CIRCUITO Nº 1 Lamadarcos - Vila Frade - Fronteira - Vila Verde da Raia - Santo Estevão - Lameirão - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 2 Vila Verde da Raia - Santo Estevão - Campo de Cima - Eiras - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 3 São Vicente da Raia - Argemil - Travancas - São Cornélio - Mairós - Paradela de Monforte - Santo António de Monforte - Vila Verde da Raia - Santo Estevão - Lameirão- Chaves.-----

CIRCUITO Nº 4 Roriz - Cimo de Vila da Castanheira - Sanfins - Sta. Cruz da Castanheira - Dadim - Bolideira - Casas de Monforte - Águas Frias - Assureiras - Faiões - Lameirão - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 5 Tronco - Bobadela - Bolideira - Águas Frias - Assureiras - Faiões - Lameirão - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 6 Oucidres - Avelas - Assureiras - Faiões - Lameirão - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 7 Cambedo - Vilarelho da Raia - Vilela Seca - Campo Queimado - Vila Meã - Vilarinho da Raia - Outeiro Seco - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 8 Soutelinho da Raia - Castelões - Calvão - Lama da Campina - Urzeira - Sanjurge - Bustelo - Seara - Bairro da Trindade - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 9 Couto - Agrela - Torre - Vilela Seca - Outeiro Seco - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 10 Seara Velha - Soutelo - Valdanta - Abobeleira - Casas dos Montes - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 11 S. Domingos - Casas Novas - Curalha - S. Frausto - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 12 Pastoria - Curalha - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 13 Rebordondo - Casas Novas - Pastoria - Curalha - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 14 Oura - Vidago - Vilarinho das Paranheiras - Vilela do Tâmega - Bóbeda - Vila Nova de Veiga - Outeiro Jusão - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 15 Redial - Bóbeda - Vila Nova de Veiga - Outeiro Jusão - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 16 Loivos - Vila Verde de Oura - Vidago - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 17 Fornelos - Carregal - France - Lagarelhos - Sesmil - Vilar de Nantes - Izei - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 18 Moreiras - Nogueira - France - Capeludos - Chaves.--

CIRCUITO Nº 19 Nogueira - Alanhosa - Carvela - maços - Santiago - Lagarelhos - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 20 Ventuzelos - Agostem - S. Pedro de Agostem - Paradela de Veiga - Campo da Roda - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 21 Limãos - S. Julião de Montenegro - Ribeira do Pinheiro - Nantes - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 22 Tresmundes - Cela - S. Lourenço - Chaves.-----

CIRCUITO Nº 23 Anelhe - Souto Velho - Arcossó - Vidago.-----

CIRCUITO Nº 24 Vilas Boas - Fornos - Valverde - Pereira de Selão - Vidago.-----

CIRCUITO Nº 25 Loivos - Selhariz - Vila Verde - Vidago.-----

PLANO DE TRANSPORTES 2018/2019-----

CIRCUITOS ESPECIAIS-----

Circuitos 9h00/17h30-----

Circuito	Nº. Estimado de crianças a transportar	Nº. de Km do circuito (1 viagem)	Viatura a utilizar e forma de pagamento
Circuito nº2 Vilarinho das Paranheiras (3) - Anelhe (5) - Ponte Seca - Souto Velho (2) - Escola Básica de Vidago /Jardim de Infância de Vidago (09h:00 - 17h30) Arcossó (16) - Jardim de Infância/Escola Básica de Vidago (09h00 - 17h30)	26	6,39 km 3.26 km	Mini-autocarro Valor pago ao dia
Circuito nº3 Vilas Boas (7) - Valverde (1) - Pereira de Selão - Jardim de Infância/Escola Básica de Vidago (09h00 - 17h30) Oura (7) - Escola EB1/Jardim de Infância de Vidago (09h00 - 17h30)	15	5.53 km 3.25 km	Mini-autocarro Valor pago ao dia
Circuito nº6 Carvela (1) - Maços (1) - Santiago (1) - Nogueira da Montanha - Amoinha (4) - Santa Marinha - Moreiras (1) - Torre de Moreiras (1) - France (1) - Sandomil - Capeludos (1) - Escola Básica de Vilar de Nantes/Jardim de Infância de Nantes - Escola Básica do Caneiro (09h00 - 17h30)	11	25.57 km	Mini-autocarro Valor pago ao dia
Circuito nº8 Várzea (9) - Escola Básica de Casas dos Montes/Escola Básica de Santo Amaro (09h00 - 17h30) Várzea (3) - Jardim de Infância de Chaves (09h00 - 17h30)	12	2.42 km 2.79 km	Câmara Municipal
Circuito nº9 Águas Frias (1) - Vila Nova (1) - Oucidres (1) - Avelelas - Assureiras (2) - Faiões (Igreja/ordenha) (10) - Estrada Nacional (lugar da Casola) (2) - Escola Básica de Stº. Estevão/Jardim de Infância de Stº. Estevão (09h:00 - 17h:30)	17	20.41 km	Mini-autocarro Valor pago ao dia
Circuito nº10 Rebordondo (2)- Casas Novas (1) -Pastoria (3) - Curalha (15)- Escola EB1 de Casas dos Montes (09h00 - 17h30)	21	16.15 km	Câmara Municipal
Circuito nº11 Torre (1) - Agrela (3) - Couto (6) - Soutelinho da Raia (1) - Castelões -	17	23.86 km	Mini-autocarro

F.4

Calvão (1) - Sanjurge (5) - Escola Básica de Bustelo/Jardim de Infância de Bustelo (09h00 - 17h30)			Valor pago ao dia
Circuito nº12 Noval (1) - Soutelo (3) - Escola Básica de Valdanta (09h00 - 17h30) Abobeleira (4) - Cando (4) - Granjinha - Escola EB1/JI de Valdanta/Escola EB1 de Casas dos Montes (09h00 - 17h30)	4 8	3.86 km 5.60 km	Câmara Municipal
Circuito nº13 Anelhe (2) - Souto Velho (2) - Arcossó (2) - Vilas Boas (1) - Selhariz (1) - Pereira de Selão - Vidago (alunos do ensino secundário/profissional - Ligação ao transporte público. (08h20/18h20) Selhariz (2) - Vila Verde de Oura (6) - Jardim de Infância de Vidago / Escola Básica de Vidago (9h00/17h30)	8 8	17.16 km 4.65 km	Mini-autocarro Valor pago ao dia
Circuito nº14 Tresmundes - S. Julião (1) - S. Lourenço (3) - Ribeira de Sampaio (1) - Nantes (2) - Escola Básica de Vilar de Nantes/Jardim de Infância de Nantes (09h00 - 17h30)	7	9.9 km	Mini-autocarro Valor pago ao dia
Circuito nº16 Campo de Cima (2) - Casa Azul - Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade (9h00/17h30)	2	6.68 km	Câmara Municipal
Circuito nº22 Casas de Monforte (2) - Paradela (5) - Escola Básica de Mairos (9h00/17h30) A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 9.4km Paradela (4) - Jardim de Infância de Mairos (9h00/17h30) A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 5.5 km	7 4	14.9 km	Viatura de 9 lugares Valor pago ao km
Circuito nº23 Curalha (3) - Jardim de Infância de Casas Novas (9h00/17h30) A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 5km Rebordondo (7) - Jardim de Infância de Casas Novas (9h00/17h30) A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 2.5km	3 7	7.5 km	Câmara Municipal

Circuitos 9h00/12h00/14h00/17h30-----

Circuito	Nº. Estimado de crianças a transportar	Nº. de Km do circuito (1 viagem)	Viatura a utilizar e forma de pagamento
Circuito nº1 Fornelos (1) - Carregal - Adães - Vale do Galo - Stª. Leocádia - Póvoa de Agrações - Dorna (1) - Santa Ovaia - Matosinhos (1) - Fernandinho - Loivos (12) - Escola Básica de Vidago/Jardim de Infância de Vidago (09h00 - 17h30) JI de Vidago - Escola EB23 de Vidago (12h00 - 13h30)	15 15	31,6 km	Mini-autocarro Valor pago ao dia
Circuito nº4 Ventuzelos (3) - Agostem - S. Pedro de Agostem (2) - Sesmil (3) - Paradela de Veiga - Campinas (1) - Izei (2) - Samaiões (5) - Bairro da Moca (2) - Campo da Roda (3) - Escola Básica do Caneiro/Jardim de Infância do Caneiro (09h00 - 17h30) Escola EB1 de Casas dos Montes (09h:00 - 17h30)	21 45	19.91 km 2.15 km	Mini-autocarro Valor pago ao dia

F.5

Escola Básica do Caneiro/Jardim de Infância do Caneiro - Escola EB23 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro (12h30 -14h00) Poderão ser necessárias três viagens de ida e três viagens de regresso			
Circuito nº5 Redial (1) - Vilela do Tâmega (8) - Bóbeda (2) - Vila Nova de Veiga (11) - Pereira de Veiga (1) - Outeiro Jusão (4) - JI de Outeiro Jusão (09h:00 - 17h:30) - Rebentão (1) - Reta Raio X - Escola EB1 de Casas dos Montes (09h:00 - 17h:30) Escola Básica de Casas dos Montes - Escola EB23 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro (12H:30-14H:00) Poderão ser necessárias três viagens de ida e três viagens de regresso	28 50	14.51 km 0.61 km	Mini-autocarro Valor pago ao dia
Circuito nº7 Cambedo (1) - Vilarelho da Raia (2) - Vilela Seca (2) - Vilarinho da Raia - Vila Meã - Outeiro Seco (5) - S. Bernardino II - Centro Escolar de Santa Cruz Trindade - Chaves (09h:00 - 17h:30) Escola EB1 St°. Amaro (1° e 2° ano) - Escola Secundária Dr. António Granjo (12h30-14h00) Escola EB1 St°. Amaro (3° e 4° ano) - Escola EB23 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro (12h30-14h00) Poderão ser necessárias duas viagens de ida e duas viagens de regresso para cada um	10 80	20.21 km 0.75 km 0.73 km	Mini-autocarro Valor pago ao dia

Circuitos 8h20/9h00/17h30/18h20-----

Circuito	Nº. Estimado de crianças a transportar	Nº. de Km do circuito (1 viagem)	Viatura a utilizar e forma de pagamento
Circuito nº15 Vila Meã (1) - Paragem do Campo Queimado(08h20/18h20) Vila Frade (1) - Santo António de Monforte(3) - Vila Verde da Raia (10) - Jardim de Infância de Vila Verde da Raia / Centro Escolar de Stª. Cruz Trindade (9h00 - 17h30)	1 14	2.1 km 15.94	Mini-autocarro Valor pago ao dia
Circuito nº21 Orjaais (1) - S. Vicente da Raia (transporte público) (08h20/18h20) A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 4.125km S. Vicente (1) - Argemil da Raia (1) - Escola Básica de Mairos (9h00/17h30) A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 11 km	1 2	15.13 km	Viatura de 5 lugares Valor pago ao km

Circuitos 8h20/17h30/18h20-----

Circuito	Nº. Estimado de crianças a transportar	Nº. de Km do circuito (1 viagem)	Viatura a utilizar e forma de pagamento
Circuito nº19 Adães (1) - Carregal (Paragem) Almorfe (1) - Cruzamento (Paragem) (08h20/18h20) A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 3.3 km Adães (3) - Santa Ovaia (1) - Escola EB23 de Vidago (08h:20/17h30) A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 21.6 km	2 4	24.9 km	Viatura de 9 lugares Valor pago ao km
Circuito nº20 Seixo (1) - Peto de Lagarelhos (alunas do ensino secundário) (08h20/18h20) Pereiro de Agrações (1)- Escariz (1)- Seixo (2) - (EB23 de Vidago) (8h20 - 17h30)	1 4	3.99 km 16.62 km	Câmara Municipal

Circuitos 8h20/9h00/9h30/16h00/17h30/18h20-----			
Circuito	Nº. Estimado de crianças a transportar	Nº. de Km do circuito (1 viagem)	Viatura a utilizar e forma de pagamento
Circuito nº18 Parada (1) - Cimo de Vila (alunos do ensino secundário) (08h20/18h20) A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 4 km Cimo de Vila (3) - Tronco (1) - Escola Básica de Mairos (9h00 - 17h30) A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 14.4 km Parada (1)- Sanfins (1)- Jardim de Infância de Cimo de Vila da Castanheira (9h30 - 16h00) A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 2.5 km Tronco (1) - Dadim (1) - Jardim de Infância de Cimo de Vila da Castanheira (9h30 - 16h00) A média diária necessária para percorrer as distâncias é de 5.75 km	1 4 2 2	26.65 km	9 lugares Valor pago ao km

Circuitos 12h00/14h00-----			
Circuito	Nº. Estimado de crianças a transportar	Nº. de Km do circuito (1 viagem)	Viatura a utilizar e forma de pagamento
Circuito nº17 Bobadela (1) - Vilar de Izeu (2) - Bolideira (Transporte público 12h00/14h00) - Oucidres (1) - Vila Nova de Monforte (4) - Sobreira (3) - Assureiras (Transporte público 12h00/14h00) Poderá ser necessário fazer 2 viagens	11	13.32 km	Viatura de 9 lugares Valor pago ao dia

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG. CARLOS FRANÇA, DE 2018.05.15-----

Visto. Concorde. À consideração do Sr. Diretor de Departamento. ----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.21-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.28-----

À reunião do Executivo Municipal para efeitos de deliberação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. APROVAÇÃO DAS NORMAS "ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA" - ANO LETIVO 2018-2019. INFORMAÇÃO DDSC Nº88/SE Nº50/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No âmbito do "Acordo de Cooperação" celebrado entre a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares /Direção de Serviços da Região Norte, o Instituto de Segurança Social, I.P.- Centro Distrital de Vila Real e o Município de Chaves, para o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, compete ao Município de Chaves a organização das "Atividades de Animação e de Apoio à Família", nos Jardins de Infância da rede pública, do Concelho de Chaves.-----

Considerando que as "**Atividades de Animação e de Apoio à Família**", no âmbito da Educação Pré-Escolar, são uma resposta direta às necessidades das famílias e encontra-se consubstanciada em todos os tempos que ficam para além das 25 horas curriculares: as entradas, os almoços e os tempos depois das atividades educativas;-----

Considerando que estas "**Atividades**" se destinam às crianças que frequentam a rede pública de Educação Pré-Escolar, sempre que a organização da vida dos agregados familiares o justifique e decorrem de acordo com o calendário escolar definido pelo Ministério de Educação;-----

Considerando que no ano letivo 2017/2018, alargou-se a referida componente de apoio à família às interrupções letivas e ao mês de julho, de forma a satisfazer as necessidades das famílias, cujos educandos frequentam a rede pública, devido à dificuldade de conciliação entre a vida laboral dos pais/encarregados de educação e o funcionamento dos respetivos jardins-de-infância;-----

Considerando que para o **ano letivo 2018/2019**, para além da oferta das atividades de apoio à família, a funcionar de acordo com o calendário escolar, a definir pelo Ministério de Educação, pretende-se manter o funcionamento da referida componente nas interrupções letivas e no mês de julho, a funcionar em três Jardins de Infância da rede pública, do Concelho de Chaves: Jardim de Infância do Centro Escolar, Jardim de Infância de Chaves e Jardim de Infância de Vidago.-----

Considerando que de acordo com o despacho conjunto nº300/97 de 4 de setembro, que aprova as normas que regulam a comparticipação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de educação pré-escolar, torna-se necessário determinar a comparticipação familiar, para o **ano letivo 2018/2019**, pela utilização das "**Atividades de Animação e de Apoio à Família**", nos Jardins de Infância da rede pública do concelho, que oferecem esta componente.-----

Considerando que de acordo com a alínea hh), do ponto 1, do artigo 33º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar.-----

Face ao exposto, tomo a liberdade de propor, ao Sr. Vereador da Educação, Dr. Francisco Melo, o seguinte:-----

a) A aprovação das normas de funcionamento das "**Atividades de Animação e Apoio à Família**" para vigorarem no **ano letivo 2018/2019** e que incluem os valores da comparticipação familiar da componente sócio - educativa de apoio à família/ prolongamento de horário, na rede pública da educação pré-escolar, mantendo-se os valores fixados no ano letivo 2017/2018; -----

b) Sempre que, com base numa cuidada análise socioeconómica do agregado familiar, se conclua pela especial onerosidade do referido encargo, poderá ser dispensado o seu pagamento mediante deliberação de Câmara e tendo como fundamentação relatório elaborado pelo respetivo Agrupamento de Escolas. -----

Caso esta proposta mereça concordância por parte de V. Exa., sugere-se o seu encaminhamento para a próxima reunião de Câmara Municipal, para deliberação.-----

À consideração superior, -----
Chaves, 21 de maio 2018-----

A Técnica Superior-----

Lídia Pinto-----

Em anexo: Normas de funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família - ano letivo 2018/2019-----

INTRODUÇÃO

As "Atividades de Animação e de Apoio à Família", no âmbito da Educação Pré-Escolar, são uma resposta direta às necessidades das famílias e encontra-se consubstanciada em todos os tempos que ficam para além das 25 horas curriculares: as entradas, os almoços e os tempos depois das atividades educativas e decorrem de acordo com o calendário escolar definido pelo Ministério da Educação. **(Ponto I)**

Esta componente de apoio à família é alargada às interrupções letivas e ao mês de julho, a funcionar em três Jardins de Infância da Rede Pública, do Concelho de Chaves: Jardim de Infância do Centro Escolar, Jardim de Infância de Chaves e Jardim de Infância de Vidago. **(Ponto II)**

I - Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) integradas no calendário escolar a definir pelo Ministério da Educação.

As Atividades de Animação de Apoio à Família destinam-se às crianças cujos encarregados de educação não dispõem de horários compatíveis com o funcionamento normal do Jardim-de-infância e decorrem nos seguintes jardins-de-infância:

Agrupamento	Jardins de Infância
Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins	Jardim de Infância de Vila Verde da Raia
	Jardim de Infância da Escola Básica Santa Cruz-Trindade
	Jardim de Infância de Santo Estevão
	Jardim de Infância de Mairos
	Jardim de Infância de Bustelo
Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo	Jardim de Infância de Chaves
	Jardim de Infância de Nantes
	Jardim de Infância do Caneiro
	Jardim de Infância de Outeiro Jusão
	Jardim de Infância de Valdanta
	Jardim de Infância de Casas Novas
Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães	Jardim de Infância de Vidago

PLANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO

As Atividades de Animação e de Apoio à Família são planificadas pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas, tendo em conta as necessidades dos alunos e das famílias, em articulação com o Município, sendo da responsabilidade dos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das referidas atividades, por parte dos monitores contratados para o efeito.

A Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural - Setor de Educação é a responsável pela gestão desta componente em articulação com os respetivos Agrupamentos de Escolas/educadoras titulares.

Cada monitor tem, diariamente, sob a sua responsabilidade entre 6 a 20 crianças.

1. PERÍODOS DAS AAAF

As AAAF decorrem em **dois períodos**. O período da manhã e período da tarde.

O período da **manhã** consiste na receção das crianças que chegam ao estabelecimento de ensino e no seu entretenimento durante a sua permanência até ao momento em que estas entram em horário escolar e na oferta do serviço de refeições. Este período subdivide-se em dois: o 1º e 2º prolongamento.

O período da **tarde** consiste na receção das crianças que saem do horário escolar até ao momento que são entregues aos encarregados de educação. O período da tarde divide-se em dois: o 3º e 4º prolongamento.

2. HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

O horário de funcionamento do período da manhã e do período da tarde **pode variar** de acordo com as necessidades das famílias, mas de uma forma geral, o horário será o seguinte:-----

Período		Nível de Ensino	Horário
Manhã	1º Prolongamento	Jardim de Infância	08h00 às 09h00 ou 08h30 às 09h00
	2º Prolongamento	Jardim de Infância	12h00 às 13h30 ou 12h00 às 14h00
Tarde	3º Prolongamento	Jardim de Infância	15h30 às 17h30 ou 16h00 às 17h30
	4º Prolongamento	Jardim de Infância	17h30 às 18h30 ou 17h30 às 19h00

3. INSCRIÇÃO-----

As inscrições para as AAAF devem ser feitas **anualmente** pelos interessados, junto do Agrupamento de Escolas ou do(a) educador(a) do respetivo jardim-de-infância.-----

A Inscrição para frequentar as AAAF, **não implica integração imediata no mesmo**, pois a mesma só será aceite depois de observados os seguintes requisitos:-----

- Ficha de inscrição acompanhada dos elementos requeridos;-----
- Inexistência de dívidas de anos anteriores.-----

Após a receção das candidaturas, será afixada, posteriormente, nos estabelecimentos de ensino, as **listagens com o nome das crianças em condições de poderem** frequentar as AAAF.-----

4. SELECÇÃO-----

No caso de se verificar necessário proceder a seleção, será dada prioridade às crianças:-----

- 1) cujos encarregados de educação não disponham de horário compatível;
- 2) cuja situação sociofamiliar assim o justifique. -----

5. NÚMERO MÍNIMO E MÁXIMO DE CADA GRUPO-----

Os grupos de crianças que frequentam as AAAF deverão ter um número mínimo de 06 alunos e um número máximo de 20 crianças, por animador.

6. FALTAS / PRESENÇAS-----

Sem prejuízo do referido no ponto seguinte, qualquer que seja o número de faltas da criança nas AAAF, estas não afetarão o valor da mensalidade estipulada e em vigor à data.-----

7. DESISTÊNCIAS-----

As desistências só serão efetivadas após a receção do pedido, por escrito, dirigido à coordenadora, ou responsável do respetivo jardim-de-infância, que posteriormente reencaminhará para a Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural - Setor de Educação.-----

As desistências requeridas após o dia 8 de cada mês, obrigam os encarregados de educação ao pagamento total da mensalidade do mês referente à data de desistência. -----

8. MENSALIDADE-----

Conforme o regulamentado pelo Despacho Conjunto 300/97, de 4 de setembro, as componentes não educativas são comparticipadas pelas famílias, de acordo com as respetivas condições socioeconómicas. Assim, o pagamento da mensalidade das AAAF, decorrerá de acordo com o escalão atribuído à criança pelas entidades competentes.-----
Os valores da mensalidade das AAAF, encontram-se resumidos no quadro seguinte:-----

Período	Escalão	Mensalidade
	A	€ 1.25

Manhã	1º Prolongamento	B	€ 2.50
		C	€ 5.00
	2º Prolongamento	A	Isento
		B	5.00€
		C	10,00€
Tarde	3º Prolongamento	A	€ 2.50
		B	€ 5.00
		C	€ 10.00
	4º Prolongamento	A	€ 2.50
		B	€ 5.00
		C	€ 10.00

Na eventualidade de haver irmãos a frequentar o prolongamento, efetuar-se-á um desconto de 50% em cada irmão.-----

9. PAGAMENTO -----

As **AAAF** têm um custo mensal, com início no mês de outubro e término no mês de junho, que não inclui o valor das refeições escolares, e o seu pagamento deverá ser efetuado entre o **dia 1 e o dia 20 do mês seguinte em que ocorreu o serviço**, através da rede multibanco ou no Gabinete de Atendimento do Município de Chaves.-----

II - Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família nas interrupções letivas e no mês de julho-----

O Município de Chaves assegura durante as **interrupções letivas** previstas no calendário escolar, do **ano letivo 2018/2019**, a definir pelo Ministério da Tutela, e no **mês de julho**, a ocupação lúdica das crianças da Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho de Chaves, no Jardim de Infância da Escola Básica Santa Cruz-Trindade, no Jardim de Infância de Chaves e no Jardim de Infância de Vidago.-----

Interrupção letiva - intervalo de tempo, definido anualmente por despacho do Ministério da Tutela, que compreende os seguintes períodos:-----

- Entre o 1º dia útil de setembro e o início do ano letivo;-----

- As interrupções letivas do Natal, Carnaval e Páscoa;-----

Fim do ano letivo e mês de julho - promoção de atividades, dentro e fora do espaço escolar, assegurando a guarda e ocupação das crianças. As referidas atividades de apoio à família, funcionarão todos os dias não letivos, com exceção do mês de agosto e nas seguintes datas:-----

- 24 de dezembro;-----

- 31 de dezembro;-----

- Dia de Entrudo/Carnaval-----

- Feriado Municipal do Concelho de Chaves;-----

- Todos os feriados do calendário civil;-----

- Sempre que o estabelecimento de ensino seja encerrado ou o seu funcionamento seja comprometido por motivos alheios ao Município de Chaves.-----

1. Local-----

As atividades nas Interrupções letivas e no mês de julho irão decorrer no:-----

- **Jardim de Infância da Escola Básica Santa Cruz-Trindade;**-----

- **Jardim de Infância de Chaves;** -----

- **Jardim de Infância de Vidago.** -----

O número mínimo de inscrições para o funcionamento das Atividades de Apoio à Família nas Interrupções letivas e no mês de julho será de 10 utilizadores regulares, por estabelecimento de ensino, no entanto o Município de Chaves poderá, a título excecional e desde que devidamente fundamentado, autorizar o funcionamento das atividades, com um número menor.-----

Sempre que o número mínimo não for cumprido para os jardins de Infância do Centro Escolar e de Chaves, o Município poderá optar por criar um

grupo misto, a funcionar nas Instalações do Jardim de Infância da Escola Básica Santa cruz-Trindade.-----

2. HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO-----

O horário de funcionamento das atividades lúdicas nas interrupções letivas e no mês de julho será o seguinte: Das **8h00m às 18h30m.**-----

3. INSCRIÇÃO-----

As inscrições para as Atividades de Animação e de Apoio à Família nas interrupções letivas e no mês de julho devem ser feitas pelos interessados, no ato da matrícula ou no início do ano letivo, junto do respetivo Agrupamento de Escolas ou do(a) educador(a) do respetivo jardim-de-infância, no caso de renovação da matrícula, utilizando para o efeito a ficha de inscrição para as Atividades de Animação e de Apoio à Família - Ano letivo 2018/2019. -----

O período entre o **1º dia útil de setembro e o início do ano letivo 2018/2019**, só poderá ser frequentado pelas crianças que, no ano letivo 2017/2018, já tenham frequentado o respetivo Jardim de Infância. ----

As crianças matriculadas pela primeira vez poderão frequentar, a título excecional, desde que devidamente autorizado pela Direção do Agrupamento de Escolas.-----

A Inscrição para frequentar as Atividades de Animação e de Apoio à Família nas interrupções letivas e no mês de julho, não implica integração imediata nas mesmas, pois deverão ser observados os seguintes requisitos:-----

- Ficha de inscrição acompanhada dos elementos requeridos, para a respetiva seleção;-----

- Inexistência de dívidas de anos anteriores;-----

-Existência de número mínimo de utilizadores;-----

Após a receção das candidaturas será afixada, posteriormente, nos Jardins de Infância supramencionados, as listagens com o nome das crianças em condições de poderem frequentar as Atividades de Animação e de Apoio à Família nas interrupções letivas e no mês de julho.-----

As interrupções letivas e atividades do mês de julho **têm um custo semanal, independentemente do número de dias da interrupção** e não inclui o valor das refeições escolares, que deverá ser pago à parte.-

A frequência destas atividades, não contempla a oferta de transporte escolar, sendo o transporte da responsabilidade do encarregado de educação.-----

4. SELECÇÃO-----

Para o **ano letivo 2018/2019**, o número de vagas disponíveis é de **60 vagas**, distribuídas da seguinte forma:-----

- 20 vagas para o Jardim de Infância do Centro Escolar;-----

- 20 vagas para o Jardim de Infância de Chaves; -----

- 20 vagas para o Jardim de Infância de Vidago;-----

A admissão a este serviço, irá obedecer às seguintes preferências:---

No ato da seleção será dada **prioridade às crianças:**-----

a)Inscritas para frequentar as Atividades de Animação e de Apoio à Família de modo regular durante o ano letivo 2018/2019, incluindo os períodos de interrupção letiva e mês de julho, nos jardins de Infância onde as referidas atividades se irão desenvolver e cuja situação sócio familiar assim o justifique, obrigando-se os agregados familiares, caso seja necessário, a demonstrar e justificar a necessidade;-----

b)Inscritas para frequentar as Atividades de Animação e de Apoio à Família de modo regular durante o ano letivo 2018/2019, nos jardins de Infância que integram o respetivo Agrupamento de Escolas;-----

c)Inscritas só como utilizadores das Interrupções letivas e atividades do mês de julho;-----

d)Em caso de igualdade terá preferência a criança de menor idade.----

5. FALTAS/DESISTÊNCIAS

Qualquer que seja o número de faltas da criança, estas **não afetam o valor semanal estipulado e em vigor à data.**

As desistências só são consideradas efetivas se comunicadas por escrito e remetidas ao Município de Chaves, com **5 dias úteis de antecedência**, referente ao período a que pretende desistir.

O não cumprimento deste ponto implica o pagamento integral do respetivo período.

6. PAGAMENTO

As **interrupções letivas e o mês de julho** têm um custo semanal, que não inclui o valor das refeições escolares, e o seu pagamento deverá ser efetuado entre o **dia 1 e o dia 20 do mês seguinte em que ocorreu a interrupção letiva**, através da rede multibanco ou no Gabinete de Atendimento do Município de Chaves.

Escalão	Valor semanal para as interrupções letivas e mês de julho
A	€ 2.50
B	€ 5.00
C	€ 10.00

Na eventualidade de haver irmãos a frequentar este período, efetuar-se-á um desconto de 50% em cada irmão.

7. OBRIGAÇÕES DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Constitui obrigação dos Pais e Encarregados de Educação respeitar e cumprir as presentes condições de funcionamento das "*Atividades de Animação e de Apoio à Família*" nomeadamente no que se refere:

- a) Ao cumprimento do prazo de pagamento da comparticipação familiar;
- b) Ao cumprimento do horário de entrega e recolha dos seus filhos ou educandos.

8. Caberá à Câmara Municipal interpretar a parte não prevista nas presentes Normas

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG. CARLOS FRANÇA, DE 2018.05.21

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Diretor de Departamento. --

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.23

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.05.25.

À reunião de Câmara

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se.

3. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 84/SHSDPC/N.º 39/2018.

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o **n.º 1.**

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E AÇÃO SOCIAL, DRA. PAULA CABUGUEIRA, DATADO DE 2018.05.10

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Marcelo Delgado.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.18-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.05.18-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS.REQUERENTE: ERCINDA DE ABREU SANTANA PEREIRA - ALDEIA DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE.INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº88/SHSDPC/N.º42/2018.-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E AÇÃO SOCIAL, DRA. PAULA CABUGUEIRA, DATADO DE 2018.05.14-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.18-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.05.18-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. RAÚL ALVES CASTRO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº90/SHSDPC/N.º43/2018.-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E AÇÃO SOCIAL, DRA. PAULA CABUGUEIRA, DATADO DE 2018.05.23-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Diretor de Departamento, Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.28-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.28-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**6. PROGRAMA DE APOIO À RENDA - PRORROGAÇÃO. PROCESSO N.º 11/2017
INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº93/SHSDPC/N.º45/2018.-----**

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E AÇÃO SOCIAL, DRA. PAULA CABUGUEIRA, DATADO DE 2018.05.23-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Diretor de Departamento, Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.28-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.28-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

**3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO
USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO
USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 1/2003, PEDIDO DE ALTERAÇÃO - PROCESSO N.º 18/97 - ANTEROS COMERCIAL, S.A. - LUGAR DOS FORTES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 23.05.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

A empresa requerente acima referida, na qualidade de proprietária dos lotes 6 e 10 solicitou através de requerimento 58/17, referente ao processo n.º 18/97, pedido de alteração à licença do loteamento titulado pelo Alvará n.º 1/2003, sito na Quinta da Estação - Loteamento "B", emitido em nome de Anteros Comercial, S.A., Lugar dos Fortes, freguesia de Santa Maria Maior em Chaves, com incidência nas especificações dos lotes n.ºs 6, 10 e parcela sobrança do mesmo;-----

2. Antecedentes-----

As alterações foram objeto de publicação em Edital n.º 39/2018, conforme o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação:-----

"(...) quando o número de lotes seja superior a 15 - que é o caso - a notificação será feita via edital a afixar no local onde se situa o loteamento, na Junta de Freguesia e no Edifício dos Paços do Concelho; (...)"-----

3. Enquadramento Legal-----

3.1. No regime jurídico consagrado no DL 136/14 de 09/09-----

O pedido do interessado enquadra-se numa alteração à licença, nos precisos termos do descrito no artigo 27.º do supra referido diploma legal;-----

3.2. Nos instrumentos de Planeamento em vigor-----

No passado dia 18 de abril de 2018, foi publicado em Diário da República, 2ª série, através de Aviso n.º5233/2018, a Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves;----

3.2.1. Neste contexto passam a ser válidas as novas regras de edificabilidade aí preconizadas, a saber:-----

"Artigo 19.º"-----

Regras de edificabilidade-----

1 - A edificabilidade em lotes ou parcelas constituídos ao abrigo de projetos de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento plenamente eficazes rege-se pela disciplina instituída por estes instrumentos.-----

2 - [...]-----

a) A edificabilidade de um dado prédio, dada pela área bruta de construção, é função do cumprimento da moda da cércea e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio tal como é disposto no artigo 26.º, considerando -se como:-----

i) Moda da cércea - a cércea que apresenta maior extensão ao longo de uma frente urbana;-----

ii) Frente urbana - superfície, em projeção vertical, definida pelo conjunto das fachadas dos edifícios confinantes com uma dada via pública e compreendida entre duas vias ou espaços públicos sucessivos que nela concorrem;-----

al) Nas situações em que não seja possível definir uma moda da cércea ou um alinhamento dominante, a edificabilidade é condicionada pelos seguintes parâmetros:-----

i) Categoria 1.1 – cidade de Chaves:-----

$I_c \leq 1,2 \text{ m}^2/\text{m}^2$;-----

Cércea máxima $\leq 20 \text{ m}$;-----

Número máximo de pisos $\leq 6;2''$ -----

4. Antecedentes/ Consulta a Entidades-----

4.1. Considerando que, a operação de loteamento a que se reporta o pedido estava, à data de entrada do pedido, inserido na área delimitada pelo estabelecimento das Medidas Preventivas, publicadas no Diário da Republica, 2ª Série- n.º 107 - 4 de junho de 2014, através do Aviso n.º 6779/2014, por motivo da revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves em Espaços Urbanos e Urbanizáveis da Classe 1, Categoria 1.1 – Cidade de Chaves, foi consultada a CCDR-N, “para cumprimento do estabelecido no artigo 42.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março”;-----

4.2. Considerando que o prédio do requerente se encontra dentro da área de proteção ao monumento nacional constituído pelo Castelo de Chaves, os Fortes de S. Francisco e S. Neutel e os panos de muralha remanescentes (Decreto n.º 28536, DG 66, de 22 de Março de 1938), o presente projeto de alteração da operação de loteamento foi também objeto de consulta à DRCN (Direção Geral de Cultura do Norte), que emitiu parecer favorável condicionado ao acompanhamento arqueológico

5. Análise da pretensão-----

5.1. Com o presente pedido, a empresa requerente pretende levar a efeito o 3.º aditamento às especificações do loteamento com alvará n.º 1/2003 denominado Quinta da Estação – Loteamento “B”, emitido em nome de Anteros Comercial, S.A., o qual se projeta nos lotes 6, 10 e parcela sobrance e que passa pela alteração de todos os parâmetros urbanísticos do lote 6 nomeadamente:-----

– Alteração da Área do lote - extinção do lote 10 e junção da área da parcela sobrance-----

– Alteração da área de implantação -----

– Aumento da área de construção-----

– Criação de piso em garagem-----

– Alteração do uso-----

E ainda a nível exterior, reconfiguração pontual dos passeios e do

“impasse 3 ” na rua projetada 2-----

5.2. Passam assim a constar os seguintes valores, conforme apresentados no Quadro Sinóptico:-----

– Área do Lote 6 - $4.000,00\text{m}^2$ -----

– Área de implantação - $3.208,00\text{m}^2$ -----

– Área de construção total - $6.428,00\text{m}^2$ ($3.220,00\text{m}^2 + 3.208\text{m}^2$)-----

– Área de construção para efeitos de I_c - $3.220,00\text{m}^2$ -----

– Lugares de Estacionamento em cave dentro lote - 100-----

– N.º Pisos - 1 acima cota soleira + 1 abaixo cota soleira-----

– Cércea - 6,0ml-----

– Volume de construção - $19.320,00\text{m}^3$ -----

– Uso - comércio e/ou serviços-----

5.3. No que se refere ao cumprimento do descrito no n.º 2), do artigo 21.º, do regulamento do P.D.M., como também ao dimensionamento das áreas de cedência, que devam integrar o domínio público municipal, a

exigir de acordo com o estipulado no regulamento, nomeadamente dimensionamento das parcelas de terreno destinadas a espaços de circulação, a espaços verdes e de utilização coletiva e a equipamentos, no presente pedido de alteração, verifica-se um aumento da área de construção de 2.372,00m², o que por aplicação da alínea b), do n.º 2, do referido artigo 21.º, daria origem à cedência de 593,00m² para Equipamentos públicos;-----

5.4. A Empresa requerente solicitou, à luz do descrito no n.º 4, do artigo 28.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação que essa área fosse enquadrada na área já cedida aquando da emissão do Alvará do Loteamento n.º 1/2003;-----

"4 – As áreas que, por aplicação dos critérios de dimensionamento definidos no PDM, se destinem a espaços verdes e de utilização coletiva e a equipamentos de utilização coletiva podem ser afetadas a um único destes dois fins, quando o Município assim o entenda por razões de ordenamento do território."-----

6. Considerações do parecer -----

6.1. O pedido de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 1/2003, para efeitos do regime de áreas de cedência em loteamentos mencionado no parágrafo anterior, consubstancia um aumento da área bruta de construção em 2.372,00m², considera-se que sobre esta apenas recai o previsto na alínea b) n.º 2 do artigo 21.º do regulamento do P.D.M. no respeitante às alterações introduzidas;-----

6.2. Face ao exposto, e aplicando a norma retro citada, deverá a requerente compensar o município pela área não cedida para equipamentos públicos e que corresponde a **593,50m²** [$0,00m^2 \leq 25\% (2.372,00m^2) = 0,00m^2 \leq 593,50m^2$)], -----

N.º 2 do artigo 21.º do regulamento do P.D.M.			
a)	Espaços de circulação + espaços verdes + equipamentos $\leq 40\%$ da área do terreno	0,00m ² a área manteve-se inalterada	
b)	Equipamentos $\leq 25\%$ da a.b. de construção	aumento de 2.372,00m ² área bruta construção	593,00m ²
c)	Espaços circulação + espaços verdes $\leq 15\%$ da área do terreno	0,00m ² a área manteve-se inalterada	

6.3. Atendendo que as alterações introduzidas ao alvará de loteamento n.º 1/2003, não podem ser incluídas nas áreas a mais então cedidas, por as mesmas se encontrarem consubstanciadas sob um ato administrativo concluído, facto pelo qual, qualquer alteração ficará sujeita à aplicação das normas estatuídas no Regulamento do PDM no que se refere ao regime de cedências;-----

6.4. Neste sentido, e de acordo com a fórmula estabelecida no artigo 30º do Regulamento de liquidação de taxas e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, o valor do cálculo da compensação a pagar ao Município, em função das áreas não cedidas referidas no ponto 6.2, é o que se resulta no quadro abaixo apresentado:-----

PORTARIA 379/2017 DE 19 DE DEZEMBRO									
482,40€ VALOR MÉDIO DE CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO para efeitos do artigo 39.º do Código do								482,40	
do									
Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano									
de 2018									
				482,4					
densidade superior									
C	L	K	A'	V				C1	35.788,05 €
1	1.00	0.25	593.50	482.40					

6.5. Assim, a compensação devida ao município pela Empresa requerente, relativa às áreas não cedidas para integração no domínio municipal para equipamentos, é de **€ 35.788,05** (trinta e cinco mil setecentos e oitenta e oito mil euros e cinco centavos) correspondente à não cedência de **593,50m²** (resultante do aumento da área bruta de construção em 2.372,00m²).³-----

7. Proposta de decisão-----

7.1. Considerando que, findo o prazo de publicação do Edital, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 136/2014 de 09/09, não ocorreu oposição escrita por parte de nenhum proprietário;-----

7.2. De acordo com todas as certidões da Conservatória do Registo Predial apresentadas, pode-se constatar que a empresa requerente ainda detém a titularidade sobre a maioria da área dos lotes, apresentando ainda declaração de três proprietários, cumprindo o disposto no n.º 3, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações;-----

7.3. O pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados na Portaria 113/2015, de 22 de abril, e com o Regulamento Municipal de urbanização e Edificação;-----

7.4. Considerando que são respeitados todos os parâmetros urbanísticos, pelo que nada há a opor à aprovação da alteração da operação de loteamento em análise;-----

7.5. Face ao descrito, sou a propor que seja adotada a deliberação no sentido de **deferir** o 3º pedido de alterações à licença da operação de loteamento titulada pelo Alvará n.º 1/2003 em nome de Anteros Comercial, S.A., Lugar dos Fortes, solicitado nos termos do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14 de 09/09;-----

7.6. Neste contexto, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 76º, do DL n.º 555/99 de 16/12, e ulteriores alterações, o requerente dispõe do prazo de um ano para requerer formalmente a emissão do 3.º aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 1/2003, sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do citado diploma legal, devendo para o efeito instruir o seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente:-----

– Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares)-----

– Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência;-----

– Atualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregues (no caso de estas não se encontrarem válidas)

7.7. Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do Decreto-Lei n.º 136/14 de 09/09/99, as quais se encontram estabelecidas no Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, que se apresentam em Anexo.

³ **L** - Fator de localização -----

K - Coeficiente urbanístico do loteamento -----

A - Valor em metros quadrados da área não cedida.-----

V - 482,40€ VALOR MÉDIO DE CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2018-----

C - Valor da Compensação devida ao Município.-----

Cálculo das Taxas Administrativas para a Emissão do 3º Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 1/2003-----

De acordo com a Tabela de Taxas Urbanísticas e Tabela de Taxas Municipais para o ano de 2018, as taxas a liquidar são as seguintes:

De acordo com a Tabela de Taxas Urbanísticas:-----

Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO	
Seção III	OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRAS DE URBANIZAÇÃO	
Subseção II	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)	
Artigo 24.º	Taxa pela emissão de título (alvará de licença ou admissão de comunicação prévia)	
n.º 3	Emissão de aditamento ao alvará por alteração da licença, nos termos do n.º 7 do artigo 27º do RJUE	
a)	Emissão de aditamento	83,20 €
TOTAL		83,20 €

De acordo com a Tabela de Taxas Municipais:

Descrição	Quantidade	Taxa	Valor
Capítulo I	SERVIÇOS, ACTIVIDADE E LICENCIAMENTOS DIVERSOS		
Seção I	SERVIÇOS DIVERSOS E COMUNS		
Artigo 1.º	Taxas a cobrar pela prestação dos seguintes serviços e a emissão dos seguintes documentos		
n.º 1	Serviços de âmbito geral		
Alínea e)	Autenticação de documentos apresentados por particulares, cujos originais estejam em posse do Município	10,70 €	10,70 €
Sub-Alínea i)	Por cada face acresce	7	2,10 €
TOTAL			24,90 €

Cálculo da Compensação ao Município (artigo 67º)

PORTARIA 379/2017 DE 19 DE DEZEMBRO

482,40€ VALOR MÉDIO DE CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2018 482,40

482,4

densidade superior

C	L	K	A'	V	C1	
1	1,00	0,25	593,50	482,40		35 788,05 €

Somatório das taxas*: ----- 83,20 € + 24,90 € = 108,10 €

Valor da Compensação ao Município: ----- 35.788,05 €

***Acresce valor a definir de publicação em jornal local-----**

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 28.05.2018.-----

Visto. -----

Concordo com o teor da presente informação, a qual merece o meu acolhimento. -----

Do ponto de vista competencial, este assunto deverá ser apreciado e decidido, pelo Órgão Executivo Municipal, sugerindo-se, por isso o seu agendamento, para a próxima reunião ordinária do aludido órgão municipal. -----

A notificação a dirigir à interessada deverá fazer menção expressa de que a mesma dispõe do prazo de um ano para comunicar, nos termos legais, a realização das obras de urbanização indispensáveis à concretização das alterações do loteamento, caso as mesmas venha a ser superiormente aprovadas pela Câmara, sob pena de caducidade de tal ato de aprovação, nos termos do artigo 61º do RJUE. -----

À Consideração superior -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 28.05.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. CONSTRUÇÃO DE POSTO DE LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS, PEDIDO DE ADITAMENTO/ALTERAÇÃO AO PROJETO - PROCESSO N.º 239/17 - CARLA SOFIA RODRIGUES - AV. D. JOÃO I, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 25.05.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- Antecedentes-----

A requerente possui alvará de licença de obras n.º 07/18, referente a uma operação urbanística de obras de construção de Posto de Lavagem Automática, sita na Av. D. João I- Caneiro, em Chaves.-----

Possui ainda, informação do Serviço de Fiscalização - Participação n.º 16/2018. -----

II - Localização -----

O terreno objeto de intervenção localiza-se na Av. João I - Caneiro, União das Freguesias da Madalena e Samaiões, em Chaves-----

III- Pretensão-----

A pretensão incide na apresentação de projeto de alterações ao alvará de licença n.º 07/18, consubstanciado num aditamento com as seguintes alterações:-----

►Encerramento do vão do túnel da lavagem no alçado principal; -----

►Elevação do muro posterior, eliminando os painéis de policarbonato acima de 1,20m-----

►Alteração do posicionamento das paredes do compartimento técnico do túnel (agora mais estreito);-----

►Eliminação de uma porta de acesso no edifício de atendimento e escritório e reposicionamento da outra;-----

►Configuração do balcão de atendimento;-----

►Substituição da delimitação da propriedade com a Av. João I, prevista em grades e substituídas por muro de alvenaria de bloco, rematado com granito amarelo e revestido a cerâmico. -----

IV - Saneamento e Apreciação Liminar -----

Relativamente às questões de ordem formal e processual, constata-se que o projeto de arquitetura apresentado sob requerimento n.º 793/18, cumpre os termos e o disposto no n.º 1 do artigo 20 do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como fazem parte os Elementos instrutórios

III, constantes do n.º 15 do Anexo I, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

V- Enquadramento Urbanístico-----

5.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

5.1.1 - De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º271/18 - o terreno objeto de intervenção situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis.-----

5.1.2- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

5.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

Do ponto de vista procedimental o pedido enquadra-se à luz do artigo 27.º do RJUE, no caso, alterações ao regime da licença de construção já emitida.-----

VI - Caracterização e Análise da Pretensão -----

O requerente através do requerimento n.º 793/18, apresenta projeto de arquitetura/alterações a uma edificação construída ao abrigo do alvará de licença de obras n.º 07/18. -----

A certidão de registo predial (registo n.º 859/201000609) refere prédio urbano com área de 1220,00m2, artigo urbana n.º 1672, em nome da requerente, Carla Sofia Rodrigues. -----

Os parâmetros urbanísticos de edificabilidade devem obedecer às disposições constantes na alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018. Assim, no artigo 19 do retrocitado diploma legal, refere que:-----

Artigo 19.º Regras de edificabilidade-----

1 - A edificabilidade em lotes ou parcelas constituídos ao abrigo de projetos de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento plenamente eficazes rege-se pela disciplina instituída por estes instrumentos.-----

2 - A edificabilidade em parcelas não submetidas à disciplina dos instrumentos urbanísticos referidos no número anterior fica sujeita às seguintes regras:-----

a) A edificabilidade de um dado prédio, dada pela área bruta de construção, é função do cumprimento da moda da cércea e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio tal como é disposto no artigo 26.º, considerando-se como:-----

i) Moda da cércea - a cércea que apresenta maior extensão ao longo de uma frente urbana;-----

ii) Frente urbana - superfície, em projeção vertical, definida pelo conjunto das fachadas dos edifícios confinantes com uma dada via pública e compreendida entre duas vias ou espaços públicos sucessivos que nela concorrem;-----

al) Nas situações em que não seja possível definir uma moda da cércea ou um alinhamento dominante, a edificabilidade é condicionada pelos seguintes parâmetros:-----

i) Categoria 1.1 - cidade de Chaves:-----

Ic (igual ou menor que) 1,2 m2/m2;-----

Cércea máxima (igual ou menor que) 20 m;-----

Número máximo de pisos (igual ou menor que) 6;-----

d) A área total de implantação das edificações previstas, incluindo anexos, não poderá exceder os seguintes valores em relação à área da parcela integrada nesta classe:-----

i) 80 % para as categorias 1.1 e 1.2;-----
e) A área de solo impermeabilizado pelas edificações, anexos, pátios e outros recintos exteriores pavimentados não poderá exceder os seguintes valores em relação à parcela integrada nesta classe:-----
i) 85 % para as categorias 1.1 e 1.2;-----

Considerando que as alterações apresentadas não consubstanciam aumento de áreas nem de implantação nem de construção, propondo apenas alterações na fachada e na execução em termos de materiais e substituição da grade por muro;-----

Considerando que, apesar do terreno possuir servidões administrativas a ARH, a qual se pronunciou no âmbito da apreciação do projeto de arquitetura que consubstanciou a emissão do alvará de licença n.º 7/18, julga-se salvo melhor opinião, que não é necessário proceder à sua consulta, dado que não põe em causa o parecer anteriormente emitido, nem o projeto agora apresentado propõe alterações que configurem a obrigação de consulta, face ao preceituado no n.º5 do artigo 27.º do RJUE;-----

Alvará de licença 7/18		Projecto de alterações proposto
	Parâmetros da edificação	
Área bruta de construção	741,20 m2	741,20 m2
Área bruta de construção para efeitos de Ic	528,90 m2	528,90 m2
Área impermeabilização	816,37 m2	816,37 m2
Área implantação	741,20 m2	741,20 m2

Considerando que, a área adstrita exclusivamente a estacionamento em edifícios comerciais ou de serviços não é contabilizada para efeitos do cálculo dos índices urbanísticos, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 9.º constantes na alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018, bem como o descrito no Auto de Diligência de 06/02/2017 (que consta do processo licenciado sob o n.º 7/18). ---
Considerando que as alterações apresentadas e durante a vigência do alvará de licença n.º7/18 (válida até 11/07/2018) consubstanciam alterações durante a execução de obra, preconizadas no artigo 83.º do RJUE, remetendo para o disposto no artigo 27.º do retrocitado diploma (RJUE).-----

Considerando que o projeto de arquitetura apresentado, respeita o disposto no n.º 1 do artigo 27.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra nos parâmetros urbanísticos referidos no Regulamento do PDM alterado e republicado em DR.-----

Considerando que a implantação da edificação se mantém a licenciada;
Considerando que as alterações/aditamento apresentadas possui parecer da Agencia Portuguesa do Ambiente (APA), parecer n.º ARHN.DDI.00944.2017.-----

Considerando que as alterações apresentadas, visam alterações a nível de fachadas, bem como a substituição das grades por muros, em bloco, não se vendo inconvenientes nas alterações preconizadas. -----

Considerando ainda, que consta do processo os termos de responsabilidade ao nível do projeto de arquitetura, em conformidade legal e regulamentar, garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.-----

Considerando ainda, que face ao projeto de alterações apresentado, o mesmo **não necessita de projetos de especialidades**, pelo que os mesmos

constam do projeto inicial, conforme descrito na memória descritiva e justificativa apresentada pelo técnico.-----

VI - Proposta de Decisão-----

Em coerência com o enunciado, e atendendo às razões de fato e de direito, bem como o estabelecido no artigo 20.º do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), julgo, salvo melhor opinião, propor-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

1- Que a camara proceda à ratificação do despacho praticado pelo Sr. Vereador responsável, em 18/12/2017, substanciado na aprovação do respetivo de projeto de arquitetura;-----

2- Que a Camara proceda à aprovação das alterações ao projeto de arquitetura, nos termos do requerimento n.º793/18, deferindo consequentemente, o pedido de alteração ao regime da licença n.º 7/18, nos termos do disposto no artigo 27.º do RJUE;-----

3- Em caso afirmativo, dever-se-á promover o **aditamento** ao citado alvará, conforme o preceituado no n.º 7 artigo 27.º do RJUE;-----

VII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no n.º 3 do artigo 2.º do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

Descrição		Un.	Taxa	Valor
Capítulo				
II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção				
IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMIÇÃO)			
Artigo	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de			
66.º	edificação			
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará			38,70 €
	Alteração das fachadas dos edificios licenciados com a			
	abertura, ampliação, ou fechamento de vãos de e janelas	102,00	5,40 €	550,80 €
n.º 14	portas ou janelas por m2, acresce ao valor referido em l.,			
	por m2			
n.º 10	Muros de suporte ou vedação ou outro tipo de vedações por	67,00	1,00 €	67,00 €
	metro linear			
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	0	11,85 €	0,00 €
TOTAL				656,50 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.05.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 28.05.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. RECONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A EMPREENDIMENTO TURÍSTICO (GRANDE HOTEL DE CHAVES), PROJETO DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA

PARA EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS ELÉTRICAS INERENTES À CONSTRUÇÃO/MODIFICAÇÃO DA REDE SUBTERRÂNEA DE MÉDIA TENSÃO – PROCESSO N.º 434/15 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A. – RUA 25 DE ABRIL, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 24.05.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do email, escrito pelo Engº Paulo Alexandre Torráo, no dia 22-05-2018, às 10:20 h e registado nesta unidade orgânica com o nº 1026/18, a EDP DISTRIBUIÇÃO, S.A, solicita a análise do projecto de Sinalização Temporária, para permitir efectuar a intervenção breve e segura, com a apresentação dos seguintes elementos:-----

-Fotografia aérea e fotografia da rua do Tabolado, com a colocação dos Sinais Verticais propostos;-----

-Planta com a localização do Posto de Transformação, no interior do Grande Hotel-----

-Carta 403/17/D-DRCN-AVR.-----

-Memória Descritiva e Justificativa.-----

-Condições Gerais para a Abertura da Vala, Aterro e Reposição de Pavimento;-----

-Planta de localização, à escala 1/1000, indicando o local, objecto da presente comunicação.-----

-Perfil Transversal da Vala.-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal -----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3º⁴ e do artigo 24º⁵ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

⁴ **Artigo 13º - Licença Municipal**-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

Artigo 8º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

⁵ **Artigo 24º - Trânsito**-----

1-Os trabalhos devem ser executados de forma a garantir a circulação de veículos na faixa de rodagem e de peões, sempre que possível através da faixa de rodagem e no passeio, respectivamente, sendo obrigatória a utilização de sinalização e a implementação de todas as medidas de carácter provisório indispensáveis à segurança e comodidade do trânsito e ao acesso às propriedades.-----

2-A sinalização provisória deve fazer-se em toda a extensão dos trabalhos, devendo ser perfeitamente visível, de dia e de noite.-----

3-A Câmara Municipal de Chaves pode determinar a instalação complementar de sistemas eléctricos intermitentes.-----

2.2-No Regulamento de Sinalização de Trânsito-----

O projecto de sinalização apresentado, vem de encontro ao disposto no artigo 77º do Decreto-Regulamentar nº 22-A/98, de 1/10, o qual aprovou o Regulamento de Sinalização de Trânsito, destinando-se a prevenir os utentes da existência de obras ou obstáculos ocasionais na via pública e a transmitir obrigações, restrições e proibições especiais que temporariamente lhe são impostas.-----

2.3-No Contrato⁶ de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Chaves, renovado por deliberação do Executivo de 31 de julho de 2001, sob Proposta Nº 78/2001, do Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente da Câmara-----

Quando se torne necessária a realização de obras na via pública, a EDP Distribuição solicitará o seu licenciamento à Câmara, salvo acordo entre as partes ou se tal se revelar impossível ou inconveniente, em virtude de ocorrência de avaria ou caso de força maior, pelo expresse no nº 2 do artigo 4º⁷, denominado "Utilização das vias públicas", do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão no Município de Chaves-----

3-ANTECEDENTES-----

Em reunião de câmara de 25 de janeiro de 2018, sob proposta da INFORMAÇÃO Nº 64/SCOU/20018, o Executivo deliberou deferir o pedido⁸ de licenciamento da construção das infraestruturas elétricas inerentes à Construção/Modificação da Rede Subterrânea de Média Tensão para interligação do cabo de Média Tensão desde a rua do Tabolado até á rua

4-Para efeitos do disposto no nº 1 consideram-se medidas de carácter provisório as passadeiras de acesso às propriedades, a utilização de chapas metálicas e quaisquer obras temporárias que a Câmara Municipal de Chaves entenda necessárias.-----

⁶ O Contrato de concessão supra referido foi celebrado nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, de 1/9, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 341/90, de 30/10, bem como, para efeitos do disposto no Decreto-Lei nº 184/95, ambos de 27/7, deverão obedecer, com as adaptações e ajustamentos convenientes, resultantes de cada situação particular, às cláusulas do contrato tipo de concessão que se publica em anexo à Portaria nº 454/2001, de 5/5.-----

⁷ Artigo 4º - Utilização das vias públicas-----

3-O pedido de licença para a realização de obras na via pública será dirigido ao presidente da Câmara, devendo ser instruído com os seguintes elementos:-----

- a) Planta à escala conveniente que localize a obra a realizar;----
- b) Memória descritiva sumária, de onde constem os tipos de pavimentos a levantar, as respectivas extensões, a largura das valas e buracos, a profundidade de colocação dos equipamentos e ainda os prazos previstos para a realização das obras.-----

4-A licença prevista nos números anteriores deverá ser emitida no prazo de 15 dias úteis, decorrido o qual se considera tacitamente deferida.-----

5-A EDP Distribuição procederá à reposição do pavimento no prazo constante da licença ou do acordado com a câmara, caso a caso e de acordo com as indicações desta.-----

6-Se a EDP distribuição não proceder à reposição do pavimento no prazo estabelecido, a câmara poderá executar esses trabalhos, facturando àquela os respectivos encargos.-----

⁸ Solicitado através da carta com a referência 465/D-DRCN-AVR, registado com o nº 2247/17.-----

25 de abril, nos termos do disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do domínio Público Municipal.-----
A intervenção da EDP-Distribuição, S.A, resume-se à execução de abertura e tapamento de vala, instalação de infraestruturas eléctricas e reposição de pavimentos, na extensão de 60 m, sendo 36 m na rua do Tabolado e 24 m no passeio que liga a rua do Tabolado e a rua 25 de abril.-----

4-CONSULTA A DIVISÕES INTERNAS DO MUNICÍPIO-----

No presente processo registado com o nº 434/15, já consta o parecer emitido pelo Chefe de Divisão de Projetos e Mobilidade, Srº Engº Civil Abel Peixoto, via email em 22 de maio de 2018, às 17:40 h, o qual se reproduz na presente informação técnica para todos os efeitos legais: "Da leitura da solução para a sinalização temporária, proposta pela empresa, e tendo em conta que os trabalhos decorrerão com acompanhamento policial, somos a informar que a mesma merece o nosso acolhimento"-----

5-PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal e demais legislação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

5.1-Agendamento desta assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se que seja praticada deliberação pelo Executivo consubstanciada na intenção de aprovar o projecto de sinalização temporária, registado nesta unidade orgânica com o nº 1026/18, necessário para construção das infraestruturas eléctricas inerentes à Construção/Modificação da Rede Subterrânea de Média Tensão para interligação do cabo de Média Tensão deste a rua do Tabolado até à rua 25 de abril, nos termos do disposto no artigo 24º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do domínio Público Municipal.-----

5.2-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5.3-Dê-se a conhecer à Polícia de Segurança Pública, via fax ou email, o teor da presente informação técnica.-----

5.4-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.05.2018.-----

Visto. Concorro com o teor da presente informação, a qual merece o meu inteiro acolhimento. Para os devidos efeitos, deverá o presente processo ser agendando para a próxima reunião da Câmara Municipal, em vista à prática da decisão administrativa. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 28.05.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. RECONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A EMPREENDIMENTO TURÍSTICO (GRANDE HOTEL DE CHAVES), PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE CONDUTA, TIPO ECOFLEX, DE GEOTERMIA - PROCESSO N.º 434/15 - EDP - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A. - RUA 25 DE ABRIL, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE

GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.^a CONCEIÇÃO REI E DO SR. ENG.^o RUI NOGUEIRO DATADA DE 21.05.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado na Divisão de Gestão e Ordenamento do Território com o n.º 993/18, em 18-05-2018, a sociedade anónima, GRANDE HOTEL DE CHAVES - SERVIÇOS HOTELEIROS, S.A, estando a levar a efeito uma obra de reconstrução e remodelação de um imóvel, destinado a Empreendimento Turístico, tipo Estabelecimento Hoteleiro (Hotel), sito na rua 25 de abril e pretendendo abastecer o seu imóvel, com água quente, solicita licença para a ocupação de espaço de domínio público, para a instalação de conduta dupla (ida e retorno), tipo ecoflex, incluindo a reposição de pavimentos existentes, desde a atual Central Geotérmica, junto do Balneário Termal, até ao Grande Hotel, pelos arruamentos a seguir mencionados:-----

-Rua do Tabolado - 244,46⁹ ml.-----

-Alameda do Tabolado - 398,68¹⁰ ml.-----

-Zona Termal - 319,16¹¹ ml.-----

1.2-Em 21 de maio de 2018, no âmbito do Atendimento ao Público, a interessada apresenta os seguintes elementos:-----

-Memória Descritiva.-----

-Declaração a que se refere o Anexo III do Regulamento n.º 732/2015, o qual procedeu à revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (Diário da República, 2.ª Série - N.º 207 - 22 de Outubro de 2015).-----

-Elemento a que se refere o n.º 3 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação; -----

2-ANTECEDENTES-----

2.1-Sob o requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 1039/17, a interessada solicitou a validação do traçado proposto para a Instalação de Conduta de Água Quente, em circuito fechado, em espaço de domínio público, desde as Termas de Chaves até ao seu imóvel.-----

2.2-No âmbito da consulta às entidades interiores e exteriores, consta no presente processo, registado com o n.º 434/15, o parecer interno favorável e condicionado, emitido pelo Diretor Técnico da Estância Termal das Caldas de Chaves, em 02 de novembro de 2017, sobre a "Validação do traçado proposto para a instalação de conduta de água quente para o Grande Hotel de Chaves".-----

2.3-Através do n/ ofício com a referência 679/DGOT/2017, de 29/09/2017, foi solicitado o competente parecer do Dr.º Diretor Geral de Energia e Geologia Avenida 5 de outubro, 87, 1069-036 LISBOA, de acordo com o disposto no n.º 1 e 3 da artigo 13.º -A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com posteriores alterações.-----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A construção da conduta de água quente pretendida, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4.º12, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

⁹ (122,23 ml x 2)-----

¹⁰ (199,34 ml x 2)-----

¹¹ (159,58 ml x 2)-----

¹² **Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n° 1 e n° 2 do artigo 3º13 do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O pedido encontra-se instruído com os seguintes elementos:-----

4.1-Termos de responsabilidade do autor do projecto e direcção técnica da obra, do Engº Civil, António José Afonso Durão Branco, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

4.2-Memória Descritiva; -----

4.3-Calendarização;-----

4.4-Medições e Orçamento;-----

4.5-Planta de Localização;-----

4.6-Traçado da Conduta das Termas ao Grande Hotel;-----

4.7-Pormenores da Vala,-----

4.8-Pormenores da Caixa de Visita;-----

4-9-Declaração a que se refere o Anexo III do Regulamento n° 732/2015, o qual procedeu à revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (Diário da República, 2ª Série - N° 207 - 22 de Outubro de 2015).-----

4.10-Elemento a que se refere o n° 3 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.11-CD;-----

5-PARECERES INTERNOS E EXTERNOS-----

5.1-No processo constam os parecer internos, a seguir mencionados, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:
-Parecer favorável e condicionado, emitido pelo Diretor Técnico da Estância Termal das Caldas de Chaves, em 02 de novembro de 2017, sobre a "Validação do traçado proposto para a instalação de conduta de água quente para o Grande Hotel de Chaves".-----

-INFORMAÇÃO/PROPOSTA N° 156/DSCH/2018, do arqueólogo, Drº Sérgio Carneiro, a exercer funções na Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico.-----

5.2-Quanto à consulta à Direção Geral de Energia e Geologia Avenida 5 de outubro, 87, 1069-036 LISBOA, realizada através do n/ ofíciocom a referência 679/DGOT/2017, de 29/09/2017, de acordo com o disposto no n° 1 e 3 da artigo 13º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aquela entidade até à presente data não se pronunciou, entendendo-se o silêncio daquela entidade exterior, como parecer favorável, conforme referido nos n° 5 e n° 6 do artigo 13º do RJUE.--

6-PARECER-----

6.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a instalação da conduta, tipo ecoflex, incluindo a reposição de pavimentos existentes, desde a atual Central Geotérmica, junto do Balneário Termal até ao Grande Hotel, situado na rua 25 de abril, na cidade de Chaves-----

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

¹³ **Artigo 3º - Licença Municipal-----**

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

6.2-O valor da caução a que se refere o artigo 54º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação é de € 104 436,11 (cento e quatro mil quatrocentos e trinta e seis euros e onze cêntimos), com IVA incluído

6.3-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos sejam de 20 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias.-----

6.4-O pedido de ocupação de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **30 dias;**-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de **€ 104 436,11 (cento e quatro mil quatrocentos e trinta e seis euros e onze cêntimos)**, com IVA incluído.

-Apresentação pela promotora de um plano de trabalhos de acompanhamento arqueológico, devidamente aprovado pela entidade que tutela o património (Direção Geral do Património Cultural), antes ou no ato da comunicação do início dos trabalhos.-----

-A execução das sondagens arqueológicas, deverão dar cumprimento à INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 156/DSCH/2018, do Drº Sérgio Carneiro:-----

"O projecto em epígrafe prevê a abertura de valas para instalação de conduta de água termal, desde a Central Geotérmica, junto ao balneário das termas de Chaves até ao Grande Hotel, o que implicará um substancial revolvimento do subsolo da área de implantação, passível de afectar o património arqueológico eventualmente presente no local. Dado que uma das valas se localiza junto à necrópole romana da pensão Jaime, inventariada pelo Ministério da Cultura (Endovélico) com o nº CNS 14291, e a outra intercepta a conduta romana descoberta nas escavações arqueológicas do edifício do Hotel que agora se pretende abastecer, dever-se-à proceder á escavação de duas sondagens arqueológicas, em momento anterior ao início das obras de construção, de acordo com o caderno de encargos anexo à presente informação, bem como ao posterior acompanhamento arqueológico em obra de todos os trabalhos que impliquem revolvimento do subsolo.-----

Em função dos resultados da escavação arqueológica, poderá ser necessário o alargamento da respectiva área, para esclarecimento da natureza das estruturas detectadas" -----

-A execução das obras e trabalhos respeitarem as condições descritas no parecer do Diretor Técnico da Estância Termal das Caldas de Chaves, em 02 de novembro de 2017, a saber:-----

a) "O Diretor Técnico de Exploração da concessão hidromineral e geotérmica HM-9Caldas de Chaves deverá ser autorizado a visitar o local e acompanhar as obras desde o seu início; esta autorização deve incluir a vistoria às caves do edifício do Grande Hotel de Chaves para averiguar do poço e "furos selados" existentes, cuja existência e/ou mau uso podem fazer perigar o recurso hidromineral;-----

b) Todos os trabalhos que venham a ser realizados não poderão recorrer ao uso de explosivos, técnicas ou produtos que alterem as características hidrodinâmicas ou físico-químicas do aquífero hidromineral.-----

c) Deverá garantir-se que é feita a adequada gestão de todos os resíduos gerados em obra designadamente respeitando o Decreto-Lei 46/2008, de 12 de Março e o Dec-Lei 73/2011 de 17 de Junho.-----

d) Não poderão ser realizadas reparações e tarefas de manutenção de qualquer máquina ou equipamento susceptível de mobilizar produtos ou materiais contaminantes no local da obra, devendo essas acções ser

realizadas em oficinas próprias que tenham implementado um sistema de gestão de resíduos que cumpra a legislação vigente.”-----

6.5-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas, a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

7-TAXA ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

As taxas administrativas previstas na Seção III da Tabela de Taxas de “Serviços, Atividades e Licenciamentos Diversos (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de taxas Municipais), ascendem ao montante de **€ 1 030,30 (mil e trinta euros e trinta cêntimos)**.-----

8-PROPOSTAS-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e demais legislação supra referida, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

8.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo:-----

Que seja praticada decisão consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para instalação da conduta, tipo ecoflex, incluindo a reposição de pavimentos existentes, desde a atual Central Geotérmica, junto do Balneário Termal até ao Grande Hotel, situado na rua 25 de abril, na cidade de Chaves, nas condições mencionadas no item 6.4 da presente informação técnica.-----

8.2-Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para a ocupação do espaço de domínio público, o alvará de licença deverá ser emitido, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, após a interessada proceder ao pagamento das taxas devidas, à prestação da caução supra referida e à apresentação dos elementos a seguir mencionados:-----

-Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho;-----

-Declaração de titularidade do certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas, do título de registo na actividade ou do certificado de classificação de industrial de construção civil, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

-Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

-Plano de segurança e saúde.-----

8.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

8.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 434/15 (elementos apresentados sob os requerimentos nº 1039/17, 1177/17, 695/18, à Divisão de Obras Públicas (DOP), para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-

8.3.2-Envio da fotocópia do requerimento nº 434/15, acompanhado da Planta de Localização, constante no processo a folha nº 41 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

8.4-Após a emissão¹⁴ do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas,

¹⁴ **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

Divisão de Oras Públicas e à Divisão de Recursos Operacionais, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento-----

8.5-De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 80º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da edificação, até cinco dias antes do início dos trabalhos, a requerente informa a câmara municipal dessa intenção.---

8.6-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com o parecer interno supra referido.-----

Em Anexo:-----

-Parecer do Diretor Técnico da Estância Termal das Caldas de Chaves, de 2 de novembro de 2017.-----

-INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 156/DSCH/2018, acompanhado de Caderno de Encargos, do Drº Sérgio Carneiro.-----

À Consideração Superior-----

ANEXO-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NA TABELA DE TAXAS DE "SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DIVERSOS" (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais).-----

Cálculo das Taxas administrativas:-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da Conduta de Água Quente - **962,30 ml**-----

-Período da licença - **30 dias**-----

-Tipo de obra - Infraestrutura de conduta de geotermia.-----

QUADRO I-----

	Descrição	Un	Taxa	Valor
Capítulo I	SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DE ATIVIDADES DIVERSAS			
Secção III	OCUPAÇÃO DO Espaço Aéreo, Solo e Sub-solo de Domínio Público e Privado Municipal			
Artigo 17º	Pela apreciação de pedidos de ocupação de espaço público		54,00 €	54,00 €
Artigo 18º	Pela Emissão de licença de ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo de Domínio Municipal		10,80 €	10,80 €
Artigo 20º	Ocupação de solo ou subsolo			
nº 8	Com tubos, condutas, cabos, condutores e semelhantes por ml ou fracção e por ano	962,30	1 €	962,30 €
Artigo 21º	Ocupação da via pública por motivo de obras			
nº 1.a)	Por cada período de 30 dias ou fracção		3,20 €	3,20 €
	TOTAL			1030,30 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.05.2018.-----

Visto. Concorde com o teor da presente informação, a qual merece o meu acolhimento. Para os devidos efeitos, deverá o presente processo ser agendando para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, em vista à pratica da decisão administrativa. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 28.05.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 446/17 - DELFINA MARIA CASTRO GONÇALVES - QUINTA DA FINTEIRA, PASTORIA, FREGUESIA DE REDONDELO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 23.05.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1-Através dos requerimentos n.º 1155/17, 1516/17 e 2095/17, referente ao processo n.º 446/17, a Sr.ª Delfina Maria Castro Gonçalves, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção¹⁵ de uma habitação unifamiliar, situada na Quinta da Finteira - Pastoria, freguesia de Redondelo no concelho de Chaves.---

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio rústico tem a área total 50 000,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 1066 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1774/20120918, da freguesia de Redondelo.--

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Alvará de obras de construção n.º 108/17, para construção de uma exploração pecuária "Suinicultura", com a área de 260,00 m².-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º- A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal;-----

- Ortofotomapa à escala 1:5 000;-----

- Planta de localização à escala 1:25 000;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

- Estimativa orçamental;-----

- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura e do coordenador de projeto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----

- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico;-----

- Quadro de áreas;-----

- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----

- Termo de responsabilidade do plano de acessibilidades e respetivo plano;-----

- Ficha de medição;-----

- Levantamento topográfico à escala 1:1 000;-----

- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 1 000;-----

¹⁵ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;---

- Planta de arranjos exteriores à escala 1:1 000;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos;-----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Estudo de comportamento térmico;-----
- Projeto acústico;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Fatura da luz;-----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto de arranjos exteriores;
- Termo de responsabilidade pela direção técnica da obra;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por respeitar à legalização das obras de construção.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com as Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o terreno está inserido em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaços agroflorestais e na subcategoria 4.3. A - espaços agroflorestais comuns.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da construção de uma habitação unifamiliar. A habitação a legalizar, possui dois pisos: r/chão e andar e uma área bruta de construção de 339, 85 m².-----

5.2- Na categoria de espaços em que está inserida a parcela de terreno, só são permitidas edificações destinadas a habitação, quando seja apresentada prova documental (Certidão da Conservatória do Registo Predial) de que a área da parcela é de 20 000 m² (fora da área de proteção á zona urbana de Chaves).-----

5.3- Segundo prova documental apresentada (Certidão da Conservatória do Registo Predial), o terreno tem 50.000,00 m² > 20.000,00 m² (área mínima de terreno necessária, para a edificação pretendida).-----

5.4- O índice de utilização estabelecido para o local, é de 0.05 m²/m² aplicado á área da parcela, ou seja, (área do terreno inserido em espaços agroflorestais comuns x índice de construção) = 50.000,00 m² x 0.05 m²/m² = 12.500,00 m² > 599,85 m² (área bruta de construção proposta - habitação + suinicultura).-----

5.5- A habitação está implantada, de acordo com a planta de implantação apresentada, a uma distância de 10 metros, de todas as extremas da parcela.-----

5.6- A área total de solo impermeabilizado pelas edificações (Habitação e Suinicultura), não excede 8% da área da parcela.-----

5.7- O processo está instruído de acordo com o n.º 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, ou seja, com os projetos de

estabilidade, arranjos exteriores, águas pluviais, acústico, térmico, águas e esgotos, ficha de segurança contra incêndio. No que diz respeito á luz é apresentada fatura.-----

5.8-Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2017-09-14, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 151", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de serem necessárias obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar.-----

5.9- Para além da legalização das obras executadas sem controlo prévio é proposta uma intervenção por forma a melhorar as condições de habitabilidade, valorizando a moradia com melhorias estéticas, funcionais e do seu isolamento térmico/acústico. É apresentada uma calendarização dos trabalhos adequada às obras a levar a efeito.-----

5.10 -A proposta em presença, dá cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo, que está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, que de acordo com o n.º 8 do artigo 20.º do RJUE.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do plano de acessibilidades, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com a alínea a) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 113,45 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 252,70 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 366,15 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que o edifício, se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que as obras propostas visam conferir à habitação unifamiliar, melhorias estéticas, funcionais, de isolamento térmico e acústico.-----

8.2- Considerando, que existe uma exploração pecuária a menos de 200 metros da habitação a legalizar, mas que se situa, dentro da própria parcela e está devidamente licenciada, ao abrigo do Alvará de obras de construção n.º 108/17.-----

8.3- Considerando que as obras a legalizar e propostas respeitam o disposto no n.º 1 e 2 do art.º 37¹⁶ da Alteração e Republicação do

¹⁶ Artigo 37º - Edifícios destinados a habitação-----

1.- Só poderão ser autorizadas novas edificações destinadas a habitação que se localizem em parcelas para as quais seja apresentada prova documental de que a área da parcela é de pelo menos 40 000 m² ou 20 000 m², conforme se localize, respectivamente dentro da área de protecção á zona urbana de Chaves, delimitada na planta de ordenamento ou fora daquela área. -----

Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

8.4- Considerando, que da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de pedido de legalização das obras de construção. -----

8.5- Considerando, que é apresentada uma calendarização de trabalhos por 4 meses e os projetos de especialidades, necessários para levar a efeito as obras capazes de criar condições de habitabilidade na habitação unifamiliar em apreciação-----

8.6- Considerando, que a operação urbanística em análise, não consubstancia, qualquer dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção.-----

8.7- Considerando, que há obras de correção a serem levadas a efeito, o título a emitir será o alvará de licença especial de legalização, conforme previsto no n.º4 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e artigo 73.º-C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:---

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas.-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção, e face as obras de correção a levar a efeito, deverá a interessada, no prazo máximo de 90 dias, apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo o alvará de licença especial de legalização, designadamente:

- Apólice de seguro de construção;-----

-Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;-----

2. - Verificada a condição expressa no número anterior e ainda os requisitos gerais estipulados no n.º 2 do artigo 35º, as edificações a autorizar deverão obedecer às seguintes regras:-----

a) O conjunto edificado poderá albergar uma só habitação unifamiliar,

b) A área bruta de construção máxima admissível para o conjunto edificado é a que corresponde à aplicação do $I_c = 0.05 \text{ m}^2/\text{m}^2$ à área da parcela;-----

c) O conjunto edificado tem de garantir um afastamento mínimo de 200m a qualquer instalação agro-pecuária já existente, salvo se esta se situar dentro da própria parcela e estiver devidamente licenciada;---

d) As edificações novas implantar-se-ão a uma distância mínima de 10 m de qualquer estrema da parcela;-----

e) As edificações novas não poderão ultrapassar a altura de 7.5m;----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

- Plano de segurança e saúde;-----

9.2- Em conformidade com o n.º10 do artigo 73.º-C do RMUE, e de acordo com o preceituado no n.º 14, do mesmo artigo do referido diploma legal, vir requerer, num prazo de 30 dias úteis, após a realização das obras, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso 1	208,40				208,40
Piso 2	131,45				131,45
TOTAL	339,85	0,00	0,00	0,00	339,85

Cércea - 7,30 ml

Volume -870,46 m³

QUADRO I

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)						
QUADRO I				<i>custos (C)</i>			
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)	
	Faixa de rodagem						
REDE VIÁRIA	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00	€/m
	- Betão betuminoso	/	0		19,33	0,00	€/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	0		13,08	0,00	€/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00	€/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00	€/m
	Passeios						
	- Lancil (Betão)	0	/	17,63		0,00	€/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00	€/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	0		15,92	0,00	€/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,02	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61	€/m
REDE DE ESGOTOS		0	/	34,12		0,00	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	/	45,49		0,00	€/m
	C - custo das obras existentes na via pública / m					21,61	€/m
	m - frente do terreno que confronta com a via pública					21	
	Moradia unifamiliar						
	- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
	T = C x m x 0,25				T =	113,45	€

QUADRO II

- Cálculo das taxas administrativas

(art.º 66 e 76 da subseção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	75,65 €	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45 €	86,45 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	4	11,85 €	47,40 €
n.º 76	Vistoria		54,00 €	54,00 €
	TOTAL			252,70 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 113,45 € +252,70 € = 366,15 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.05.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 28.05.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO, PARA INSTALAÇÃO DE CABOS DE FIBRA ÓTICA PARA SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE COBRE EM INFRAESTRUTURAS EXISTENTES E EXECUÇÃO DE JUNTAS - PROCESSO N.º 332/16 - MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, SA. - ALTO DA FORÇA/QUINTA DA CERA/VÁRZEA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª DATADA DE 25.05.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----
Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 821/16, em 02-05-2016, a interessada solicita licença de ocupação de espaço público para a realização dos seguintes trabalhos:
i) Instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea) e execução de Juntas

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----
2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3º¹⁷ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

¹⁷ **Artigo 3º - Licença Municipal**-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações e a abertura de valas, são trabalhos que estão sujeitos a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4.º¹⁸, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13.º¹⁹ do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8.º²⁰ e 9.º do mesmo diploma legal.-----

3-INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----

exceção do disposto no artigo 13.º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35.º e 36.º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

¹⁸ Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

ii) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

¹⁹ Artigo 13.º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----

1-As entidades referidas no artigo 2.º estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----

2-O acesso referido no n.º anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19.º.--

3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º.-----

4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106.º da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----

5-Aos casos referidos no n.º anterior não é aplicável o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9.-----

²⁰ Artigo 8.º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

c) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

d) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

O pedido encontra-se instruído com os seguintes -----
 -Requerimento;-----
 -Memória Descritiva;-----
 -Declaração de responsabilidade da TNORD-Tech, S.A, a que se refere o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, assinada por Nuno André Barbosa de Andrade, acompanhada com fotocópia do seu Cartão de Cidadão;-----
 -Índice;-----
 -Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas, Engº eletrotécnico Carlos Manuel Cardoso Vilar, acompanhados da fotocópia do Cartão de Cidadão, da declaração da Ordem dos Engenheiros;-----
 -Termo de responsabilidade de execução do Engº Téc. Telmo António da Rocha Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão;-----
 -Calendarização de trabalhos;-----
 - Zona de Intervenção;-----
 -Locais de Intervenção - Passagem de Cabo e localização das Juntas;--
 -Plano de segurança e Saúde;-----
 -Condições particulares da apólice de seguro nº 0003124751, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
 -Alvará de construção nº 3631, emitido em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer da Srª Engª maria Madalena S. D. Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 22-08-2016;-----
 -Parecer favorável do Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, emitido em 18-08-2016.-----

4-PARECER-----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a realização dos trabalhos mencionados no capítulo 1, da presente informação técnica. -----

4.2-O prazo para a realização dos trabalhos é de 30 dias úteis.-----

4.3-No presente pedido de ocupação de espaço de domínio público, sou de entendimento que não há lugar à prestação da caução, em virtude de não haver abertura de valas e reposição de pavimentos. -----

Quaisquer danificações que ocorram, no decorrer dos trabalhos, serão suportadas pelo seguro de responsabilidade civil, constante no presente processo, registado com o nº 332/16.-----

4.4-O pedido de ocupação de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **30 dias**;-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

-Apresentação antes ou no ato da emissão da licença dos seguintes elementos: condições particulares da apólice de seguro de acidentes de trabalho, comprovativos de pagamentos dos seguros de responsabilidade civil e de Acidentes de trabalho e livro de obra.---

4.5-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas, a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5-TAXAS ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO -----

As taxas administrativas previstas na Secção III da Tabela de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamentos Diversos (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais), ascendem ao montante de **€ 289,40 (duzentos e oitenta e nove euros e quarenta cêntimos)**.-----

6-PROPOSTAS-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e demais legislação supra referida, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

6.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo:-----

a) Que seja praticada decisão consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para instalação do serviço de televisão, internet e telefone nas infraestruturas existentes nos arruamentos supra referidos, nas condições mencionadas no item 4.4 da presente informação técnica.----

6.2-Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

6.2.1-A emissão do alvará de licença deverá ser emitido, no prazo de **30 dias**, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, após a interessada proceder ao pagamento das taxas devidas.-----

6.2.2- Envio de um exemplar do processo nº 332/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP), para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

6.2.3-Envio da fotocópia do requerimento nº 821/16, acompanhado das Plantas de Localização, constantes no processo a folha nº 1 à nº 9 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

6.3-**Após a emissão²¹ do título**, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, DOP, DRO, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento-----

6.4-De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 80º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, até cinco dias antes do início dos trabalhos, a requerente informa a câmara municipal dessa intenção.---

6.5-Concluídos os trabalhos de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção dos mesmos, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

6.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura. e para posterior cálculo da respectiva

²¹ **Artigo 80º - Início dos trabalhos-----**

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº 3 e nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

6.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.05.2018.-----

Visto. Concorde com o teor da presente informação, a qual merece o meu inteiro acolhimento. Para os devidos efeitos, deverá o presente processo ser agendando para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, em vista à pratica da decisão administrativa. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 28.05.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 864/17 - ORLANDA MADALENA ALVES GONÇALVES - RUA DO EIRÓ, 7A, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 25.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 Através do requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território nº2217/17, datado de 13/12/2017, que determinou a organização do presente processo n.º864/17 a Sra. Orlanda madalena Alves Gonçalves, na qualidade de proprietária, apresenta um pedido de legalização de uma operação urbanística já concluída, consubstanciada na **legalização de obras de ampliação**, já executadas, num edifício destinado a habitação unifamiliar, com Licença inicial n.º711, passada em 19 de setembro de 1990 e não dotada de autorização de utilização no prédio abaixo identificado e em área dentro do perímetro de construção estipulado pelo PDM de Chaves, mas não inserida em loteamento, nos termos do disposto no artigo 102-A, do DL nº 555/99, de 16/12, na sua versão final, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, RJUE.-----

1.2 A interessada sob o requerimento n. º809/18, em 23/04/2018, apresenta projetos das especialidades, a seguir discriminados:-----

- Cópia em formato digital de todos os elementos e projetos apresentados, acompanhado de declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Projeto de fundações e estruturas, incluindo Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado de comprovativo da validade da inscrição em associação pública de natureza profissional e de comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 03/07, na sua atual redação;-----

- Projeto de abastecimento de água, incluindo Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado de comprovativo da validade da inscrição em associação pública de natureza profissional e de comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 03/07, na sua atual redação, assim como fatura emitida pelo Município de Chaves, referente ao período compreendido entre 21/09/2017 a 20/10/2017;-----
 - Projeto de drenagem de águas residuais, incluindo Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado de comprovativo da validade da inscrição em associação pública de natureza profissional e de comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 03/07, na sua atual redação;-----
 - Projeto de drenagem de águas pluviais, incluindo Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado de comprovativo da validade da inscrição em associação pública de natureza profissional e de comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 03/07, na sua atual redação;-----
 - No que se refere ao projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica, apresentou fatura de energia elétrica emitida pela EDP, em 20/08/2017, comprovativa do fornecimento de energia elétrica à edificação a legalizar, conforme previsto no ponto v), do n.º 3, do artigo 73.º-C, do RMUE; -----
 - No que refere ao projeto de infraestruturas de telecomunicações, a requerente, apresentou a fatura de serviços de comunicações, emitida pela operadora, em 04/08/2017, comprovativa do fornecimento dos mesmos à edificação a legalizar; conforme previsto no ponto v), do n.º 3, do artigo 73.º-C, do RMUE; -----
 - No que refere ao projeto de instalação de gás, a requerente, apresentou a fatura de gás natural, emitida pela Galp CUR, com período de faturação compreendido entre 2017/10/03 e 2017/11/09, comprovativa do fornecimento do gás à edificação a legalizar; conforme previsto no ponto v), do n.º 3, do artigo 73.º-C, do RMUE.-----
- 1.2 A interessada solicitou a dispensa de apresentação de projeto de comportamento térmico. O técnico justifica a não aplicabilidade nos termos dos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei 118/2013 de 20/08 com a redação conferida pelo Decreto-Lei 28/2016 de 23/06. Estes artigos referem-se apenas ao Sistema de Certificação Energética, pese embora a declaração de isenção de apresentação do estudo do comportamento técnico esteja incorreta, contudo trata-se de um edifício existente, construído em data anterior à publicação do DL 80/2006, 04/04, pelo que a apresentação do projeto de Comportamento Térmico poderá ser dispensada, de acordo com o disposto no n.º1, do artigo 60.º do RJUE, isto é a utilização respetiva não será afetada por a construção foi erigida ao abrigo de direito anterior.-----
- 1.3 Em 2018/05/25, o técnico enviou via email o Modelo 1, comprovativo da declaração para inscrição do prédio urbano.-----
- 2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----**
- 2.1 De acordo com Certidão da Conservatória do registo predial de Chaves, apresentada, o prédio rústico sobre o qual recai a presente operação urbanística, situa-se em Eiró - Vilar de Nantes, encontra-se

inscrito na matriz sob o artigo nº1709, da freguesia de Vilar de Nantes possuindo uma área total de 50m², uma área descoberta de 50m² e composto de palheiro destinado a recolha de produtos e alfaías agrícolas, confronta de sul com caminho público e nas restantes confrontações com particulares.-----

2.2. Em face do Modelo 1, comprovativo da declaração para inscrição do prédio urbano, artigo provisório P1609, da freguesia de Vilar de Nantes, proveio do artigo rústico 1709, apresentado no serviço de Finanças de Chaves de Chaves em 2018/05/07 e que o prédio a que respeita é composto de habitação de 2 pisos, situa-se na Rua do Eiró n.º7, Vilar de Nantes, com uma área total do terreno 50,00 m², uma área de implantação do prédio de 48,10m², uma área bruta de construção de 96,20m², inscrito na matriz n.º 2769 da Freguesia de Santa Maria Maior.-----

3. ANTECEDENTES-----

Como antecedente ao pedido de legalização apresentado, regista-se em arquivo o processo de Licenciamento n.º 533/90, em nome de Orlanda Madalena Alves Gonçalves, relativo á obra de construção de uma habitação de R/C e andar, com a área total de 91,20m², à qual correspondeu a emissão da Licença n.º711 emitida em 19 de setembro de 1990. -----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

A pretensão, consubstanciada a reposição da legalidade urbanística de uma operação urbanística ilegal, isto é, obras de alteração já executadas, num edifício destinado a habitação unifamiliar, com Licença inicial n.º711, passada em 19 de setembro de 1990 e não dotada de autorização de utilização, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do RJUE.-----

4.2 Nos Regulamentos Municipais-----

O presente pedido tem enquadramento, no artigo 73.º-C⁽²²⁾, sob a epígrafe, "Procedimento de legalização de operações urbanísticas", do Regulamento Municipal da Urbanização e da edificação, publicado em Diário da Republica, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º 732/2015; RMUE.-----

4.3 Instrumentos de planeamento em vigor - PDM-----

a) O prédio objeto de análise situa-se em solo urbano da Freguesia de Vilar de Nantes, na categoria 1.3, em núcleo consolidado, em áreas de construção existente, sob a pretensão impende uma servidão administrativa ou restrição de utilidade pública originada pela EM 538.-----

b) Por outro lado, atenta à planta de condicionantes do PDM e fazendo a sobreposição da planta georreferenciada, apresentada pela requerente sobre o raster da planta referida, carta 47B, o local está abrangido por servidão ou restrição de utilidade pública, consubstanciada na Estrada Municipal 538, tal como se ilustra na imagem abaixo. -----

5. APRECIÇÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

5.1 Quanto às regras de edificabilidade-----

Trata-se de um edifício preexistente com licença inicial n.º 711 emitida em 19 de setembro de 1990, relativo á obra de construção de uma habitação de R/C e andar, com a área total de 91,20m². As obras

²² **Artigo 73.º -C - Procedimento de legalização de operações urbanísticas-----**

6 - O procedimento de legalização é sempre precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável.-----

de ampliação a legalizar, implicam apenas um ligeiro aumento de áreas total de construção, de implantação.-----
 Por leitura da ficha de medição constante da memória descritiva do projeto de arquitetura, é proposta uma área bruta de construção de 96,20 m² e uma área de implantação de 48,10 m². A habitação projeta-se em dois pisos, sendo um piso de r/chão e um piso de 1º andar.-----
 Na categoria de espaços, em que se insere a parcela de terreno, aplicam-se os parâmetros urbanísticos plasmados na alínea a), do n.º 2, do artigo 19, do Regulamento do PDM de Chaves e posteriores alterações, ou seja, a edificabilidade do prédio é dada pela área bruta de construção, é em função do comprimento da moda da cêrcea e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio, neste contexto e tendo por base o estudo da envolvente (pág. 36 do processo) e pela documentação fotográfica apresentado pela interessada (pág. 32 do processo), tenho para mim que a edificação cumpre as regras de edificabilidade, consagradas no artigo 19. do regulamento.-----

5.2 Quanto às infraestruturas-----

O prédio confronta de sul com caminho público (Estrada municipal EM 538, liga a R 314 - Murça com N213 - Valpaços)-----
 O prédio está satisfatória servido de infra estruturas, nomeadamente rede abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais e rede de gás. -----

5.3 Quanto às acessibilidades - DL n.º 163/06, de 8 de agosto-----

O autor do projeto solicita a dispensa do cumprimento dos requisitos de acessibilidade não tendo por esse facto apresentado o respetivo plano de acessibilidades, com enquadramento no n.º 1 do artigo 10.º do DL n.º 163/06, de 8 de agosto.-----
 Relativamente à verificação do Decreto-Lei n.º 163/06, de 8 de agosto, no que respeita à garantia das acessibilidades de pessoas com mobilidade condicionada em edificações destinadas a habitação, considera-se que o referido diploma não deverá aplicar-se, dado tratar-se de uma edificação existente, licenciada ao abrigo do direito anterior, não sendo por isso afetada por normas legais e regulamentares supervenientes, conforme prevê o artigo 60.º do RJUE.-----

5.4 Quanto aos espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis-----

A pretensão não garante o n.º mínimo de lugares de estacionamento, conforme prevê, a alínea b), do n.º 3, do Artigo 12.º, do Regulamento do PDM em vigor, cumulativamente com os artigos 39.º e 40.º do RMUE, contudo dado estarmos em presença de uma edificação existente situada em núcleo antigo de uma povoação, o município poder-se-á dispensar do cumprimento das disposições constantes no artigo 12.º, ao abrigo do n.º 5 do referido artigo.-----

5.5 Verificação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU)-----

O projeto está instruído com termo de responsabilidade pelo que nos termos do disposto no n.º 8 do art.º 20º do RJUE, está dispensada a verificação do interior da edificação-----

6. CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N.º 314/2010-----

Habitação unifamiliar (áreas em m²)-----

PISO	licença inicial	áreas efetivamente construídas e a legalizar	áreas ampliadas	TOTAL
Piso 0	45,60	48,10	2,50	2,50
Piso 1	45,60	48,10	2,50	2,50
Cêrcea		6,70		
Volume		280,60		

6.1 Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Uma vez que não há aumento de área bruta de construção, não há lugar ao cálculo de taxas corresponde às infraestruturas urbanísticas, assim decorre da leitura contrária do n.º 3, do artigo 25.º, do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização das operações urbanísticas, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º 63, em 31/03/2010, regulamento nº 314/2010.-----

6.2 Cálculo das taxas administrativas de licenciamento-----

As taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento nº 314/2010, referentes ao licenciamento, objeto de análise corresponde ao valor de 109,94 € (cento e nove Euros e noventa e quatro cêntimos), conforme discriminado na tabela com o cálculo das taxas administrativas que se anexa à presente informação.-----

(art.º 66 da subsecção IV)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	0	64,85 €	0,00 €
n.º 14	Alteração das fachadas dos edifícios licenciados com a abertura, ampliação, ou fechamento de vãos de e janelas portas ou janelas por m2, acresce ao valor referido em 1., por m2	1,2025	5,40 €	6,49 €
n.º 15	Reconstrução ou alteração, acresce ao valor referido em 1., por m2			
a)	Por metro quadrado da área de intervenção	5	2,15 €	10,75 €
b)	Por cada fracção acrescida	0	2,15 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	0	11,85 €	0,00 €
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará	1	38,70 €	38,70 €
n.º 18	No caso do aditamento gerar aumento de área bruta de construção, acresce por cada m² adicional	0	3,20 €	0,00 €
Secção V	VISTORIAS			
Artigo 75.º	Outras vistorias			
n.º 6	Para a realização de outras vistorias não especificamente previstas	1	54,00 €	54,00 €
	TOTAL			109,94 €

TOTAL A PAGAR..... $\Sigma 0 \text{ €} + 109,94 \text{ €} = 109,94 \text{ €}$ -----

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º-C do RMUE, propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

7.1. Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de Câmara ordinária do aludido órgão administrativo;-----

7.2 Mais se refere, face ao entendimento / interpretação exposta no título 5.4, da presente informação e tendo em consideração o definido pelo ponto 5 do artigo 12º do RMUE de Chaves, submete-se à consideração à discussão do Executivo a dispensa do cumprimento das disposições constantes na alínea b), do n.º 3, do artigo 12.º, cumulativamente com os artigos 39.º e 40.º do RMUE.-----

7.3 Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se faz referência e reconhecer que se encontram

preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

7.4 Caso a Câmara municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração da habitação unifamiliar, a interessada deverá, nos termos do preceituado no n.º14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar;-----

7.5 Para efeito do disposto no decreto-lei n.º287/2003, de 12/11, o requerente deve no prazo de 60 dias, á emissão do alvará de utilização, fazer prova junto deste processo administrativo registado com o n.º864/17, de que procedeu à comunicação daquele título na Repartição dos Serviços de Finanças de chaves.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 25.05.2018.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 28.05.2018.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ALBERGARIA, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO E ALTERAÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO N.º 4/02 - PROCESSO N.º 902/96 - HOTEL A.J., LDA. - AV. JOSÉ JOAQUIM DELGADO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 18.05.2018. -

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Antecedentes-----

A Firma Hotel A. J. Lda, na qualidade de arrendatária, vem através do requerimento n.º 2108/15 solicitar a esta edilidade que se "digne promover a alteração de utilização - alvará n.º 4/02- destinada a fins turísticos para Estrutura Residencial para Pessoas Idosas ". Sobre o requerido recaiu a informação técnica datada de 08/01/2016, na qual solicitava elementos.-----

A Firma Hotel A. J. Lda, através do requerimento n.º 646/16, apresenta elementos e sobre o qual recaiu a informação técnica datada de 11/04/2016.-----

A Firma Hotel A. J. Lda, através do requerimento n.º 702/16, e 728/16 vem novamente a processo, apresentar os elementos solicitados na informação técnica acima referida, e sobre o qual recaiu a informação técnica de 19/04/2016, e na qual é referida não haver impedimento ao pedido de alteração ao alvará de licença de utilização turística n.º 4/02 emissão de novo alvará onde passe a constar Estrutura residencial para pessoas idosas (ERPI) com capacidade para 57 residentes, que culminou com a emissão do alvará de alteração de utilização n.º 47/16. É referido ainda, na mesma informação técnica de 19/04/2016, que quanto à tramitação do pedido (legalização das obras realizadas), propõe a consulta da Direção Regional da cultura do Norte.-----

Entretanto, dado que a pretensão se enquadra numa legalização de obras, face ao preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de

Setembro (RJUE), bem como no disposto no art.º 73-C do Reg. N.º 732/95 de 22 de Outubro (RMUE), foi efetuada vistoria prévia.-----
 Da realização da vistoria, recai o auto de vistoria n.º 63 de 9/06/2016, no qual refere que não necessita de obras de correção e que o alvará de autorização de utilização n.º 47/16 se mostra adequado.---
 Em 15/06/2016, a Firma Hotel A. J. Lda, apresenta cópias para emissão de pareceres da ANA- Aeroportos de Portugal e Direção Geral de Geologia e Minas, tendo sido solicitados conforme informação técnica de 06/07/2016, e remetidos a estas entidades para emissão de parecer.---
 No processo encontram-se os pareceres favoráveis das entidades consultadas.-----
 2- De acordo com a informação praticada em 15 de Dezembro de 2016, pelo Técnico Superior, Arq. Paulo Roxo, a qual se anexa à presente informação e que se deixa à Consideração Superior a tomada de Decisão.-

1. INTRODUÇÃO

O presente pedido relaciona-se com a alteração da utilização da edificação onde, em tempos passados, funcionou a denominada "Pensão Jaime", passando esta a contemplar um uso vocacionado para residencial geriátrica (*Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – ERPI*). Para o efeito, a requerente solicitou a alteração do Alvará de Licença de utilização Turística n.º 4/2002, de modo a que a mesma passasse a contemplar o novo uso preconizado.

Vistos os elementos técnicos apresentados, concluiu-se, em princípio, o enquadramento do pedido na alínea h), do n.º 2, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e posteriores alterações, face a inserção da edificação em questão numa área sujeita a servidão administrativa e restrição de utilidade pública, ou seja, embora se tratem de obras de alteração interior, estas, nos termos do referido preceito legal, estavam sujeitas a prévia licença administrativa.

Constatando-se, no entanto, que, à data de entrada do pedido nesta Autarquia, as referidas obras de alteração já tinham sido objeto de vistorias realizadas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e pelo Instituto de Segurança Social, concluiu-se, afinal, o enquadramento das mesmas no contexto do artigo 102.º-A, do mesmo Decreto acima referenciado, conjugado com o artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, ou seja, verificou-se que a intenção da requerente, na realidade, incidia na regularização das obras de adaptação levadas a efeito no interior da referida edificação, sem o necessário controlo por parte desta Autarquia.

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO

Como já antes se referiu, as obras preconizadas pela requerente enquadram-se no artigo 102.º-A, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e posteriores alterações, que deverá ser conjugado com o artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.

Nos termos da peça desenhada n.º 3, que acompanha as "Regras de Apoio à Gestão Urbanística das áreas abrangidas por Medidas Preventivas estabelecidas por motivo de revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves", o edifício a intervir insere-se num espaço urbano consolidado.

Ainda que parcialmente, a edificação em causa insere-se na área de proteção ao Castelo de Chaves e ao resto de muralhas existentes na cidade, estatuída pelo Decreto n.º 28536, de 22/03/1938, inserindo-se também na área de proteção do aeródromo de Chaves e na zona intermédia do perímetro de proteção da água mineral natural a que corresponde o n.º HM 9 – Chaves.

3. O PROCESSO E ANÁLISE DO PEDIDO

Relativamente ao presente processo, cumpre-me informar o seguinte:

- No dia 20 de abril do ano em curso, com caráter excecional, foi emitido, pelo Chefe da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, no âmbito das competências que lhe foram superiormente subdelegadas, o Alvará de alteração de utilização n.º 47/16, que consubstanciou a modificação do uso da edificação acima mencionada, passando essa a comportar, em substituição do uso hospedeiro que ali era desenvolvido, um uso vocacionado para residencial geriátrica (*Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – ERPI*).
- Tal Alvará foi passado com base nos seguintes pressupostos:
 - Num pedido formulado para o efeito, através do requerimento registado nesta Autarquia com o n.º 728, em 18 de abril de 2016.
 - Na urgência manifestada pela requerente para a obtenção de tal documento, sensibilizando este Setor no sentido de atendimento do solicitado, tendo em linha de conta a particularidade de, sob um ponto de vista meramente técnico, nada termos a objetar em relação às obras de adaptação

levadas a efeito, e também por não afigurar-nos qualquer questão que, legalmente, pudesse vir a ser suscitada por entidades externas ao Município que, nos termos da lei, deveriam pronunciar-se sobre as obras em causa, dado a consolidação urbana da edificação intervencionada.

- o Numa declaração apresentada pela requerente em 18 de abril de 2016, através da qual esta comprometeu-se, e passo a citar, *“cumprir qualquer recomendação e ou imposição que venha a ser estabelecida quer pela Direção Regional de Cultura, quer pela comissão Municipal de Vistorias (...).”*
- o Na perspetiva de uma real representação em projeto das obras realizadas, a ser verificado pela Comissão de Vistorias constituída para efeitos do disposto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.
- o No teor de informação/proposta por mim produzida em 19 de abril de 2016 (*informação/proposta n.º 23/SEAAP/2016*), cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido.
- De salientar que, para além das referidas Comissão e Direção, verificou-se, a posteriori, a necessidade de auscultação da ANA – Aeroportos de Portugal - Divisão de Regulamento e Licenciamento Aeronáutico, bem como da Direção-Geral de Energia e Geologia, dado a inserção do imóvel, respetivamente, na área de proteção do aeródromo de Chaves e na zona intermédia do perímetro de proteção da água mineral natural a que corresponde o n.º HM 9 – Chaves.
- Isto posto, chama-se a atenção para os seguintes documentos:
 - o Ofício n.º S-2016/398542 (C.S.:1101717), de 19/05/2016, emitido pela Direção Regional de Cultura do Norte, através do qual essa entidade emite parecer favorável às obras realizadas no interior da referida edificação e, por consequência, à mudança de uso preconizada.
 - o Auto de Vistoria n.º 63, datado de 16 de julho de 2016, através do qual a Comissão acima mencionada salienta, entre outros aspetos, o bom estado de conservação da edificação, a retratação em projeto da obra realizada e a desnecessidade de serem efetuadas obras de correção e/ou adaptação na edificação em questão, tendo em linha de conta o cariz da utilização preconizada.
 - o Ofício n.º 603046, de 22 de julho de 2016, emitido pela ANA – Aeroportos de Portugal, através do qual essa entidade refere que a pretensão em causa poderá ser viabilizada nos termos propostos, ou seja, nos termos do projeto apresentado pela requerente.
 - o Parecer n.º 160914, datado de 13 de setembro de 2016, emitido pelo Diretor Técnico da Concessão HM-9 – Chaves, através do qual é manifestado pelo seu autor, que a obra em causa, e passo a citar, *“... não deverá induzir qualquer risco para o recurso hidromineral e geotérmico, dado que não se prevê escavações, a distância da obra às captações incluídas no Plano de Exploração da concessão, a baixa condutividade hidráulica das rochas e a ausência de perigosidade para o aquífero como resultado da exploração da estrutura residencial.”*
 - o Ofício n.º 017212, datado de 5 de dezembro de 2016, emitido pela Direção Geral de Energia e Geologia, através do qual tal entidade manifesta parecer favorável às obras realizadas.

4. PROPOSTA DE DECISÃO

Tendo em consideração o teor dos documentos acima discriminados e, como já acima se referiu, nada tendo este Setor a opor em relação às obras realizadas, particularidade que, aliás, se encontra expressa na mencionada Informação/proposta n.º 23/SEAAP/2016, sou então a propor a seguinte estratégia procedimental:

- Caso a presente informação seja superiormente anuída, que o presente processo seja agendado para uma próxima reunião do Executivo Municipal.
- Caso o Executivo Municipal considere concordar com a presente informação, que profira deliberação no sentido de aprovar o projeto de alteração em causa, dando-se assim como consumado o aludido Alvará de alteração de utilização n.º 47/16, sendo este contextualizado no n.º 3, do artigo 73.º-C, do regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, SR. DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 18.05.2018.-----

Visto. Concorde com o teor da presente informação técnica. O presente processo deve ser agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal. À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 25.05.2018.-----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE MOREIRAS E TORRE. RECEÇÃO DEFINITIVA. INFORMAÇÃO Nº 139/2018.

Foi presente a informação nº 139/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, III Série, n.º 118 de 21 de Junho de 2006, Concurso Público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Rede de Drenagem de Águas Residuais de Moreiras e Torre". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 7 de Setembro de 2006, o Município de Chaves adjudicou à firma "Habimarante -Sociedade de Construções, S.A." a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 11 de Setembro de 2006. ---

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 262.288,76€ (Duzentos e sessenta e dois mil, duzentos e oitenta e oito euros e setenta e seis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Tipo de Empreitada: série de preços; -----
- Prazo de execução da obra: 270 dias. -----

5. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 11 de Setembro de 2006. -----

6. Foi efetuado o Adicional de trabalhos a mais, presente em reunião de Câmara de 21 de Agosto de 2008, pelo valor de 23.709,81€, (IVA não incluído), com um prazo de 25 dias. -----

7. O Auto de Receção Provisória dos trabalhos é de 8 de Agosto de 2008. -----

8. O prazo de garantia da obra é de cinco anos a contar da Receção Provisória. -----

9. As garantias da empreitada "Rede de Drenagem de Águas Residuais de Moreiras e Torre" são as seguintes: -----

- Seguro Caução apólice n.º 100.009.662, emitido pela Cossec, Companhia de Seguros de Crédito, S.A, em 11 de Setembro de 2006, no valor de 13.114,44€, correspondente a 5% do valor do Contrato; -----

- Seguro Caução apólice n.º 7100891500971/0, emitido pela Mafre Seguros Gerias, S.A., em 23 de Setembro de 2008, no valor de 2.370,98€, correspondente a 10% do valor do Contrato do 1.º Adicional; -----
 - Seguro Caução apólice n.º 100.010.154, emitido pela Cosec, Companhia de Seguros de Crédito, S.A, em 16 de Dezembro de 2006, no valor de 2.236,33€, correspondente a 5% do Auto de Medição n.º 1; ---
 - Seguro Caução apólice n.º 100.010.497, emitido pela Cosec, Companhia de Seguros de Crédito, S.A, em 23 de Fevereiro de 2007, no valor de 2.955,99€, correspondente a 5% do Auto de Medição n.º 2; ---
 - Seguro Caução apólice n.º 100.010.784, emitido pela Cosec, Companhia de Seguros de Crédito, S.A, em 17 de Abril de 2007, no valor de 1.358,98€, correspondente a 5% do Auto de Medição n.º 3; -----
 - Seguro Caução apólice n.º 100.010.879, emitido pela Cosec, Companhia de Seguros de Crédito, S.A, em 11 de Maio de 2007, no valor de 1.405,03€, correspondente a 5% do Auto de Medição n.º 4; -----
 - Seguro Caução apólice n.º 100.011.194, emitido pela Cosec, Companhia de Seguros de Crédito, S.A, em 12 de Julho de 2007, no valor de 2.227,01€, correspondente a 5% do Auto de Medição n.º 5; -----
 - 1.324,90€, correspondente a 5% do Auto de Medição n.º 6; -----
 - 151,42€, correspondente a 10% do Auto de Medição n.º 7, Auto de Revisão de Preços n.º 1; -----
 - Seguro Caução apólice n.º 100.011.820, emitido pela Cosec, Companhia de Seguros de Crédito, S.A, em 16 de Novembro de 2007, no valor de 855,39€, correspondente a 5% do Auto de Medição n.º 8; -----
 - 55,93€, correspondente a 10% do Auto de Revisão de Preços n.º 2 -
 - 203,41€, correspondente a 5% do Auto de Medição n.º 9; -----
 - 1.185,49€, correspondente a 5% do Auto de Medição n.º 10. -----
- 10.0 adjudicatário da obra, "Habimarante -Sociedade de Construções, S.A" agora denominada "Elevolution - Engenharia, S.A." vem solicitar a Receção Definitiva dos trabalhos, através de ofício que deu entrada nos serviços do município, com o registo n.º 1412 no dia 15 de Maio de 2018. -----

II - Fundamentação -----

1. Em resposta ao solicitado, foi efetuada uma vistoria à obra no dia 6 de Março de 2018, de acordo com Auto de Vistoria em anexo, comparecendo no local dos trabalhos, o Eng.º Paulo Branco da Divisão de Águas e Resíduos, os responsáveis pela Fiscalização da obra, Eng.ª Madalena e Eng.º Vítor Pereira e na presença do representante do empreiteiro, Eng.º Jorge Castro e para nos termos do disposto do n.º 1 artigo n.º 227 do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, vigente à data da celebração do contrato da empreitada, procederem à vistoria dos trabalhos executados, tendo-se verificado que os trabalhos referentes ao contrato da empreitada, se encontram executados de acordo com o projeto, caderno de encargos e demais elementos técnicos, não apresentando anomalias resultantes de defeitos de execução. -----
2. Solicitado parecer à Divisão de Águas e Resíduos, tendo-nos transmitido que na presente data não se detetam irregularidades, no funcionamento das infraestruturas instaladas no âmbito da presente empreitada. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

- Face ao exposto, sou a propor o seguinte: -----
- a) Que numa primeira fase a presente proposta seja agendada para a próxima reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; -----
 - b) Que, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de março, dado que as obras não apresentam deficiências, seja efetuada a Receção Definitiva da Obra; -----

c) Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Órgão Executivo, sejam restituídas as quantias retidas no valor de 2.921,15€, (dois mil novecentos e vinte e um euros e quinze cêntimos), bem como extinto o seguro caução, correspondentes às garantias contratuais da empreitada, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 229.º do Decreto-Lei nº 59/99 de 2 de março. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 14 de Maio de 2018 -----

O Técnico -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

Anexos: Auto de vistoria -----

Ofício do pedido -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DATADO DE 2018.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 2018.05.25 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.28. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

\

1.2. LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES E TRABALHOS. INFORMAÇÃO Nº 146/2018. -----

Foi presente a informação nº 146/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 133 de 12 de julho de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "**LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10)**". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 15 de setembro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 2 de novembro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 678 999,44 € (seiscentos e setenta e oito mil novecentos e noventa e nove euros e quarenta e quatro cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----
- Data da consignação: 27 de novembro de 2017 -----

- A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 21 de dezembro de 2017-

II - Fundamentação -----

1. A presente empreitada prevê a requalificação de diversas ruas, nomeadamente Av. General Ribeiro de Carvalho, Rua Nadir Afonso, Travessa Nuno Alvares, Rua Mário dos Santos Delgado, Rua Artur Maria Afonso e Travessa General Ribeiro de Carvalho, tendo como principal objetivo, dotar as mesmas, de melhores condições de conforto e segurança para os utentes, contribuindo assim, para uma mobilidade urbana mais sustentável. Para tal, a intervenção em termos gerais, consiste na reorganização e reformulação das características geométricas das vias, o melhoramento das condições do sistema de drenagem, o reforço/reabilitação funcional do pavimento existente, a reformulação/substituição do sistema de sinalização e de segurança, a arborização dos pavimentos e em determinadas ruas, a implementação e melhoramentos nas infraestruturas de telecomunicações e eletricidade existentes, a remodelação de infraestruturas de abastecimento de água e rede de águas residuais domésticas. -----

2. No decorrer da execução dos trabalhos, foram detetados alguns erros e omissões ao projeto, que de acordo com o Código dos Contratos Públicos, se enquadram nos trabalhos que não eram possíveis serem detetados em fase de projeto. Do mesmo modo, na sequencia de circunstancias imprevistas, há necessidade de executar trabalhos a mais, que, caso não sejam executados nesta fase, podem conduzir a inconvenientes muito graves para o Dono de Obra, designadamente, cortes nos pavimentos novos, para eventuais reparações nas infraestruturas existentes. -----

A- TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES -----

Rede de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais -----

1. Prevê a empreitada, a instalação de alguns coletores de saneamento, tanto de águas pluviais como de águas residuais domésticas, não estando, quantificado, a execução de caixas de visita, necessárias na interseção dos coletores, tanto para recolha de água dos sumidouros e sarjetas, como para mudanças de direção e limpeza dos respetivos coletores, visto se considerar o aproveitamento das caixas de visita existentes. Contudo, a diferença de cotas e a introdução de tubagem com diâmetros diferentes, impossibilita o aproveitamento de todas as caixas de visita existentes. -----



**Pavimentação** -----

2. Prevê a empreitada, a fresagem e escarificação do pavimento em betuminoso e a compactação da base existente, para posterior pavimentação com massas betuminosas a quente. Com a implantação do novo traçado e consequentemente correção das respectivas cotas, foi efetuada a escarificação do pavimento, verificando-se que, a sua base, é constituída na sua maior parte, por materiais inadequados, pouco homogêneos, com diferentes espessuras, como tal, não oferecendo garantias quanto à sua capacidade de resistência. Tal facto, é agravado pela execução de valas para a instalação de infraestruturas enterradas, que obriga à execução, da camada de base do pavimento. Neste sentido, de modo a garantir a capacidade de resistência e distribuição das respectivas cargas, nos pavimentos, deve a sua base ser reestruturada e uniformizada, em toda a sua extensão, com material britado de granulometria extensa, na espessura de pelo menos 0,15m. -





B. TRABALHOS A MAIS -----

Rede de abastecimento de água -----

1. Rua Mário Santos Delgado - Na sequência dos trabalhos que se encontram a realizar e que fazem parte do projeto de execução, destacando-se, tanto a reestruturação dos traçados e revestimentos do arruamento e passeios, como a remodelação de infraestruturas enterradas, que obrigam a intervenções na base e sub-base dos pavimentos, bem como, a abertura e tapamento de valas para instalação de diversa tubagem e execução de caixas de visita permanentes, constatou-se, após a abertura de valas, que os ramais existentes de abastecimento de água aos prédios urbanos, se encontravam muito degradados, nomeadamente, com tubos enferrujados, com ligações precárias e torneiras de segurança calcinadas, situações estas, só detetadas e consequentemente agravadas pela intervenção feita agora, nos solos consolidados. Neste pressuposto, torna-se impreterível garantir o abastecimento de água à população em condições de salubridade e evitar quaisquer desperdícios de água e eventuais reparações a curto prazo, impondo para tal, proceder à substituição dos respetivos ramais domiciliários e à tubagem que inevitavelmente lhe está associada. As eventuais reparações às infraestruturas enterradas, implicam factualmente, intervenção e reparações nos pavimentos. -----



2. Rua Nadir Afonso - Pelos mesmos motivos, foram encontradas tubagens de abastecimento de água, em ferro galvanizado e em PVC, com várias emendas, degradadas e corroídas, que sendo agora expostas, necessitam de substituição e remodelação. -----





3. Av. General Ribeiro de Carvalho - Nesta Av., está previsto no projeto, a remodelação da tubagem de abastecimento de água e consequentemente, a ligação da nova tubagem às tubagens existentes, no início e no fim da avenida. Neste sentido, constata-se que nas ligações às tubagens existentes, as válvulas de seccionamento encontram-se com grau de detioração elevado, impedindo o eficaz funcionamento das mesmas. De modo a evitar perdas de água e eventuais danos mais onerosos, tais como reparações que envolvam o levantamento e reposição de pavimentos, torna-se imprescindível proceder à substituição das referidas válvulas de seccionamento. -----



Rede de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais -----
1. Av. General Ribeiro de Carvalho; Rua Nadir Afonso - Do mesmo modo,
na sequência das intervenções previstas no projeto, nomeadamente,

abertura e tapamento de valas, para adaptação das infraestruturas da rede de águas pluviais e abastecimento de água, ao novo traçado do arruamento, deparou-se, com coletores da rede de saneamento de águas residuais domésticas, incluindo ramais domiciliários, muito degradados, com inclinações contrárias ao sentido de escoamento do efluente, provocando acumulação de resíduos e escoamento deficiente, tubagens fissuradas e parcialmente obstruídas, que, só permitiam o seu funcionamento, devido à estabilização e consolidação dos solos. Assim, dada a circunstância, torna-se inevitável proceder à substituição de tubagem, à execução de novas caixas de visita e execução de ramais domiciliários, de modo a permitir o correto funcionamento da rede de saneamento e evitar, contaminação dos solos. -----





2. Todas as ruas - No mesmo conceito, torna-se inevitável, refazer as caixas de visita nos passeios, para recolha de águas pluviais dos tubos de queda dos edifícios, de modo a serem encaminhadas para o respetivo coletor de águas pluviais. -----

3. Rua Nadir Afonso; Rua Artur Maria Afonso - Constatada a dimensão dos coletores de águas pluviais, existentes nas ruas transversais, que irão descarregar nos novos coletores a instalar, na Rua Nadir Afonso e Rua Artur Maria Afonso, julga-se de todo conveniente e necessário, substituir num troço do coletor, o diâmetro da tubagem prevista, de 315mm, para 500mm e 400mm, respetivamente. -----



Infraestruturas elétricas -----

Rua Mário Santos Delgado - O projeto prevê, dentro da área de intervenção da obra, a substituição das luminárias existentes por luminárias contendo Leds, no sentido de diminuir a despesa com o consumo de energia elétrica. Verifica-se porém, que uma das colunas, não foi considerada (no final da rua), retirando a homogeneidade ao conjunto e não respeitando o tipo de luminárias a instalar. Desta forma, propõe-se a substituição da luminária existente. -----

Diversos -----

Na implantação dos novos traçados, tanto nos arruamentos como nas zonas pedonais, houve necessidade de corrigir as cotas dos pavimentos existentes, refletindo-se, tal facto, no aparecimento, tanto de sobrelevações como de rebaixamentos, nas entradas dos edifícios adjacentes aos passeios e fora dos limites da obra. Tais circunstâncias, requerem intervenção, nomeadamente, pequenas demolições, enchimentos, remates, levantamento e reposição de pavimentos, de modo a repor as condições inicialmente existentes, tanto no acesso pedonal como automóvel. -----



C. TRABALHOS A MENOS -----

1. Av. General Ribeiro de Carvalho; Rua Mário Santos Delgado - Observado o coletor de águas pluviais existente e efetuado um ensaio

ao seu funcionamento, constata-se, que o mesmo se encontra em boas condições, não havendo necessidade de se efetuar quaisquer intervenções na infraestrutura, tanto num troço da Av. General Ribeiro de Carvalho, como na extensão prevista para a Rua Mário Santos Delgado, pressupondo-se assim, a existência de trabalhos a menos, designadamente, o fornecimento e instalação de tubagem em PP, diâmetro 315mm. -----

2. A aprovação do ponto 3, supra referido, nos Trabalhos a Mais, da "Rede de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais", pressupõe igualmente a existência de trabalhos a menos, designadamente, o fornecimento e instalação de tubagem PP diâmetro 315mm, da rede de águas pluviais prevista no projeto de execução. -----

IV - Erros e Omissões - Determinação de responsabilidade -----

1. De acordo com o n.º 1 do artigo 61º do CCP, deve ser apresentada, até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, uma lista na qual se encontrem identificados, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados; -----

2. De acordo com o n.º 3 do artigo 378º do CCP, o empreiteiro é responsável pelos trabalhos de erros e omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 61º do mesmo diploma, exceto pelos que hajam sido identificados pelos concorrentes na fase de formação do contrato, mas que não tenham sido expressamente aceites pelo dono de obra; -----

3. Desta forma, relativamente aos erros e omissões referidos na presente informação, tratando-se de situações não detetáveis em fase de apresentação de listas de erros e omissões e sendo o dono de obra responsável pela autoria do projeto este é inteiramente responsável pela execução dos mesmos. -----

V - Conclusão -----

1. Tendo em consideração que se tratam de trabalhos estritamente necessários à conclusão da obra e dela indissociáveis, sendo ainda certo que a sua não execução ou a sua execução numa fase posterior acarretaria custos acrescidos para o dono de obra, foi efetuado o apuramento dos custos, tendo-se obtido, para os trabalhos de erros e omissões, o valor de **32.248,90€**, resultante da aplicação de preços acordados, representando **4,75%** do valor contratual, para os trabalhos a mais, o valor de **67.338,89€**, dos quais 28.920.99€ resultam de trabalhos com preços contratuais e 38.417,90€ resultam de trabalhos com preços acordados, representando **9,92%** do valor do contrato e para os trabalhos a menos, o valor de **11.660,40€**, representando **1,72%** do valor contratual. Os valores apresentados não incluem o Iva; -----

2. De modo a quantificar os trabalhos descritos de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e trabalhos a menos, apresenta-se em anexo um mapa, com a designação, quantificação e respetivos preços unitários. -----

V - Estimativa Orçamental -----

1. A estimativa orçamental proposta é constituída com preços unitários contratuais e preços unitários acordados. Os preços unitários acordados, resultam da aplicação da avaliação de custos compostos, tendo em atenção as quantidades referidas no mapa de trabalhos e peças desenhadas e escritas, que compõem a presente informação. -----

2. Assim, a estimativa orçamental foi obtida, tendo por base as medições referidas, às quais foram aplicados os preços unitários correntes e praticados na região em obras similares. Deste modo, os preços unitários, procedem de custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo de trabalhos. Foram igualmente, tidos em atenção, outros fatores determinantes, tais

como: o custo dos materiais; a mão-de-obra; os equipamentos; as acessibilidades; as quantidades; a especificidade dos trabalhos e condições de execução, os desperdícios e à diluição de outros custos, diretos e indiretos (PSS, Estaleiro, PRCD). -----

VI - Da Proposta em sentido estrito -----

A- TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES -----

1. Considerando que os Trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões de projeto, de acordo com o n.º 1 do Artigo 378º, do CCP, são da responsabilidade do Dono de Obra; -----

2. Considerando que os referidos trabalhos ascendem ao montante de **32.248,90€** (trinta e dois mil duzentos e quarenta e oito euros e noventa centimos), Iva não incluído, o que representam 4,75% do valor contratual, estando de acordo com o disposto no n.º3 do Artigo 376º do Decreto Lei n.º 149/2012 de 12/07; -----

3. Propõe-se o seguinte procedimento: -----

a) Submeter o referido mapa de quantidades de Trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões à aprovação do Órgão Executivo Municipal; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, de acordo com o n.º1 do artigo 376º do Decreto Lei 149/2012, de 12/07 municipal, dar ordem por escrito à empresa adjudicatária da obrigação de executar os referidos trabalhos **num prazo de 8 dias**, de acordo com o artigo 377º do CCP; -----

c) De seguida, caso a proposta seja aprovada, deverá ser encaminhada para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para ser formalizado o ato através da assinatura do competente contrato;-----

d) Considerando a alteração do preço contratual da empreitada, por motivos de erros e omissões, haverá lugar à prestação de caução em 5% do valor contratual, destinada a garantir a celebração do contrato; -

e) A proposta encontra-se devidamente cabimentada com o n.º 978/18;-

f) Caso a proposta seja aprovada, fica a mesma, sujeita a fiscalização concomitante e sucessiva do Tribunal de Contas, de acordo com a alínea d) do n.º1 do artigo 47 da Lei 20/2015 de 9/03 -----

g) O valor da mesma, dispensa a publicitação prevista no n.º1 do artigo 315º do CCP. -----

h) Que seja aprovada a minuta do contrato, em anexo.-----

B- TRABALHOS A MAIS -----

1. Considerando que os Trabalhos a Mais, ascendem ao montante de **67.338,89€**, (sessenta e sete mil trezentos e trinta e oito euros e oitenta e nove centimos), Iva não incluído, o que representa 9,92% do valor contratual, estando de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 370º do CCP; -----

2. Propõe-se o seguinte procedimento: -----

a) Submeter o referido mapa de quantidades de Trabalhos a Mais e respetivas peças desenhadas à aprovação do Órgão Executivo Municipal;

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, de acordo com o n.º1 do artigo 371º do CCP, entregar as peças dos elementos de solução de obra e dar ordem por escrito à empresa adjudicatária da obrigação de executar os referidos trabalhos **num prazo de 15 dias**, de acordo com o artigo 377º do CCP; -----

c) De seguida, caso a proposta seja aprovada, deverá ser encaminhada para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para ser formalizado o ato através da assinatura do competente contrato; -----

d) Considerando a alteração do preço contratual da empreitada, por motivos de trabalhos a mais, haverá lugar à prestação de caução em 5% do valor contratual, destinada a garantir a celebração do contrato; -

e) A proposta encontra-se devidamente cabimentada com o n.º 978/18; -

- f) Caso a proposta seja aprovada, fica a mesma, sujeita a fiscalização concomitante e sucessiva do Tribunal de Contas, de acordo com a alínea d) do nº1 do artigo 47 da Lei 20/2015 de 9/03 -----
 g) O valor da mesma, dispensa a publicitação prevista no nº1 do artigo 315º do CCP. -----
 h) Que seja aprovada a minuta do contrato, em anexo.-----

C- TRABALHOS A MENOS -----

1. Considerando que os Trabalhos a Menos, ascendem ao montante de 11.660,40€, (onze mil seiscentos e sessenta euros e quarenta cêntimos), Iva não incluído, o que representa 1,72% do valor contratual, estando de acordo com o disposto no artigo 379º do CCP; -

2. Propõe-se o seguinte procedimento: -----

a) Submeter o referido mapa de quantidades de Trabalhos a Menos à aprovação do Órgão Executivo Municipal; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, de acordo com o nº1 do artigo 379º do CCP, dar ordem por escrito à empresa adjudicatária, especificando os trabalhos a menos; -----

c) A caução prestada no contrato da empreitada, deve ser reduzida no valor proporcional dos trabalhos a menos, ou seja, a 5% do valor dos trabalhos a menos. -----

É tudo quanto me cumpre informar. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 14 de maio de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Maria Madalena Sousa Durão Branco, Eng.ª) -----

Anexos: Mapa de quantidades de trabalhos: Erros e omissões; trabalhos a mais; trabalhos a menos -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.05.22. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.28. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Ausentou-se da sala, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, quando eram 11:45 horas, para participar na Cerimónia do dia Mundial da Criança, não tendo participado na análise, discussão e votação dos assuntos abaixo mencionados. -----

1.3. LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - PRORROGAÇÃO DE PRAZO. INFORMAÇÃO Nº 155/2018.-----

Foi presente a informação nº 155/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 133 de 12 de julho de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 15 de setembro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PUBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 2 de novembro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 678 999,44 € (seiscentos e setenta e oito mil novecentos e noventa e nove euros e quarenta e quatro centimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----
 - Data da consignação: 27 de novembro de 2017 -----
 - A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 21 de dezembro de 2017.
5. A entidade executante vem, através de ofício que deu entrada nos serviços administrativos do Município de Chaves com o registo nº 4088 de 16 de maio de 2018, solicitar uma prorrogação do prazo de execução da obra por 41 dias, argumentando para o efeito, o seguinte motivo: -

--Condições climatéricas adversas que se fizeram sentir nos meses de fevereiro, março e abril, impedindo, o cumprimento dos prazos de execução previstos para a realização dos trabalhos de infraestruturas enterradas e consequentemente os trabalhos que lhes são precedentes, ou seja as pavimentações. -----

II - Fundamentação -----

Feita análise aos argumentos apresentados pelo adjudicatário, cumpre informar: -----

1. A empreitada consiste na Requalificação de vários arruamentos, tendo como principal destaque a reorganização dos espaços, tanto para circulação pedonal como circulação rodoviária. Neste propósito, os trabalhos consistem na substituição dos pavimentos, englobando a substituição de determinadas infraestruturas enterradas, nomeadamente, das redes de abastecimento e água, das redes de saneamento doméstico e pluvial, das redes elétricas e telecomunicações; -----

2. As condições climatéricas adversas, com elevada e constante precipitação, que se fizeram sentir, nos meses de fevereiro, março e abril, transatos, reduziram o rendimento dos trabalhos preconizados no mapa de trabalhos, obrigando mesmo à paragem pontual na execução dos trabalhos respeitantes à instalação de infraestruturas enterradas. Tal ocorrência, manifestou-se no prolongamento dos prazos parciais de execução, para as referidas tarefas, empurrando todas as tarefas que lhes são subsequentes para datas posteriores às previstas no plano de trabalhos; -----

3. Foi desde o início dos trabalhos, prevenida a entidade executante, para o integral cumprimento do plano de trabalhos e consequentemente

o cumprimento do prazo de execução da obra, pelo que, deveria a mesma se acautelar, reforçando os meios necessários, capazes de recuperar atempadamente, os atrasos resultantes de ocorrências, de certo modo já previsíveis; -----

4. Na presente data, os trabalhos desenvolvem-se na Rua Artur Maria Afonso, com a execução das infraestruturas enterradas, da rede de saneamento de águas residuais domésticas e pluviais, encontrando-se as restantes ruas concluídas, excetuando as pavimentações com massas betuminosas a quente e respetiva sinalização horizontal; -----

5. Verificando-se condições climatéricas favoráveis, é de todo previsível e praticável, a conclusão da obra no período solicitado para prorrogação de prazo, ou seja, até 30 de junho do corrente ano.

III - Da Proposta em sentido estrito -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto em cima enunciadas, considerando que sem uma prorrogação ao prazo de execução da obra, torna-se impraticável a entidade executante concluir a mesma, propõe-se ao órgão executivo: -----

1- A obtenção da competente aprovação da prorrogação de prazo; -----

2- De acordo com o previsto no ponto n.º 2 e n.º 3 do Artigo n.º 13 do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que seja concedida uma prorrogação graciosa do prazo de execução, sem direito a qualquer acréscimo do valor da revisão de preços em relação ao prazo contratado, pelo período de 41 dias; -----

3- De acordo ainda com o mesmo artigo, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da revisão de preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor; -----

4- Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificada a entidade executante da decisão tomada e solicitar num prazo máximo de 5 dias o plano de reprogramação dos trabalhos. -----

Com aprovação do pedido de prorrogação, a data para a conclusão da obra, é 30 junho 2018. -----

É tudo quanto me cumpre informar. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 18 de maio de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Maria Madalena Sousa Durão Branco, Eng.ª) -----

Anexos: Pedido de prorrogação de prazo -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DATADO DE 2018.05.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.28. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2 - TRABALHOS A MAIS -. INFORMAÇÃO Nº 156/2018.-----

Foi presente a informação nº 156/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 28 de 8 de fevereiro de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2)".

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 28 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PUBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 5 de junho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 319 940,00 € (trezentos e dezanove mil novecentos e quarenta euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----

- Data da consignação: 19 de junho de 2017 -----

5. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 28 de junho de 2017. -

6. Foi aprovada na reunião do executivo camarário, realizada no dia 5 de abril de 2018, a suspensão parcial dos trabalhos, referente à pavimentação com massas betuminosas a quente, devido às condições climatéricas inadequadas para a realização dos mesmos. -----

II - Fundamentação -----

1. A presente empreitada prevê a requalificação da Av. Irmãos Rui e Garcia Lopes, na freguesia de Santa Maria Maior, Chaves, tendo como principal objetivo, dotar a mesma, de melhores condições de conforto e segurança para os utentes, contribuindo assim, para uma mobilidade urbana mais sustentável. A intervenção em termos gerais, consiste na reorganização e reformulação das características geométricas da via, realçando a comodidade dos espaços de circulação pedonal, espaços para estacionamento e circulação de veículos motorizados. Neste pressuposto, foram contemplados, no projeto de execução, os trabalhos de pavimentações com materiais novos, tais como blocos de betão prefabricados, nas zonas pedonais e de estacionamento e massas betuminosas a quente nas zonas de circulação automóvel. Acrescem, todos os trabalhos que se encontram interligados, com destaque para os lancis de granito, caldeiras para arvores, pequenas reabilitações de infraestruturas enterradas, adaptação dos órgãos de drenagem superficial ao novo traçado do arruamento, reformulação/substituição do sistema de sinalização e de segurança rodoviária. De referir que, na faixa de rodagem, só se previu no projeto de execução, a fresagem do pavimento existente e a colocação de duas camadas de massas betuminosas a quente, de regularização e de desgaste, respetivamente.

2. Foi iniciada e concluída a pavimentação do arruamento com massas betuminosas a quente, com a execução da camada de regularização, durante o mês de fevereiro do corrente ano, tendo, de seguida, sido suspensos os trabalhos referentes à aplicação da segunda camada de massas betuminosas a quente, camada de desgaste, por não existirem condições atmosféricas adequadas, à boa execução dos mesmos. A entidade executante concluiria de imediato os trabalhos pendentes, logo que as condições climatéricas o permitissem. -----

3. Contudo, no período de suspensão dos trabalhos, constatou-se, o aparecimento de diversas fissuras e completa rotura do pavimento, em

determinadas zonas na faixa de rodagem, denunciando uma base pouco consolidada e como tal, inadequada para suportar a segunda camada de massas betuminosas a quente ou qualquer outro tipo de pavimento. De modo a apurar, tal ocorrência, foram efetuadas sondagens, nas áreas de maior degradação das massas aplicadas, identificando-se uma base constituída por terrenos argilosos, com deficiente estabilidade e pouca capacidade de resistência à distribuição de cargas. Sendo certo que, tal evidência se tenha agora revelado com maior clareza, devido à especificidade dos trabalhos previstos e nas circunstâncias em que foram realizados, respetivamente, nas demolições de pavimentos já consolidados e expostos a condições climatéricas adversas, como precipitações de chuva abundantes e continuas. -----

4. Situação ainda agravada, com o aparecimento de um buraco, oco, que se julga, derivado de uma antiga mina existente no local e que devido ao desenvolvimento e alargamento do espaço urbano, se terá desativado e tapado. -----

5. Neste pressuposto, na sequência de circunstâncias imprevistas, que não eram possíveis serem detetadas na fase de projeto, há necessidade de executar trabalhos a mais, que, caso não sejam executados nesta fase, podem conduzir a inconvenientes muito graves para o Dono de Obra, designadamente, fraturas e degradação prematura do novo pavimento. -----







III - Trabalhos a Mais -----
1. De modo a garantir, a capacidade de resistência e distribuição das
respetivas cargas, nos pavimentos com massas betuminosas a quente,

deve a sua base ser reestruturada e uniformizada com solos adequados. Assim, propõe-se, para consolidação e estabilização da base, nas zonas com maior incidência de fissuras, o saneamento do pavimento e das terras argilosas, a execução de um enrocamento, constituído por manta geotêxtil e camada de brita, camada de material britado de granulometria extensa para posterior aplicação de camada de regularização com massas betuminosas a quente. Para as zonas onde o pavimento se apresenta menos degradado, bastará proceder ao seu levantamento, à colocação de material britado de granulometria extensa para posterior aplicação da camada de regularização com massas betuminosas a quente. -----

2. Tendo em consideração que se tratam de trabalhos estritamente necessários à conclusão da obra e dela indissociáveis, sendo ainda certo que a sua não execução ou a sua execução numa fase posterior acarretaria custos acrescidos para o dono de obra, foi efetuado o apuramento dos custos, tendo-se obtido, para os trabalhos a mais, o valor de 22.500,00€, (vinte e dois mil e quinhentos euros) resultante da aplicação de preços acordados, representando 7,03% do valor contratual. -----

O valor apresentado não inclui o Iva. -----

3. De modo a quantificar os trabalhos a mais, apresenta-se em anexo um mapa de medições, com a designação, quantificação e respetivos preços unitários. -----

IV - Estimativa Orçamental -----

1. A estimativa orçamental proposta é constituída com preços unitários acordados. Os preços unitários acordados resultam da aplicação da avaliação de custos compostos, tendo em atenção as quantidades referidas no mapa de trabalhos que compõem a presente informação. ---

2. Assim, a estimativa orçamental foi obtida, tendo por base as medições referidas, às quais foram aplicados os preços unitários correntes e praticados na região em obras similares. Deste modo, os preços unitários, procedem de custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo de trabalhos. Foram igualmente, tidos em atenção, outros fatores determinantes, tais como: o custo dos materiais; a mão-de-obra; os equipamentos; as acessibilidades; as quantidades; a especificidade dos trabalhos e condições de execução, os desperdícios e à diluição de outros custos, diretos e indiretos (PSS, Estaleiro, PRCD). -----

V - Da Proposta em sentido estrito -----

1. Considerando que os Trabalhos a Mais, ascendem ao montante de 22.500,00€, (vinte e dois mil e quinhentos euros), Iva não incluído, o que representam 7,03% do valor contratual, estando de acordo com o disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 370º do CCP; -----

2. Propõe-se o seguinte procedimento: -----

a) Submeter o referido mapa de quantidades de Trabalhos a Mais à aprovação do Órgão Executivo Municipal; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, de acordo com o nº1 do artigo 371º do CCP, entregar as peças dos elementos de solução de obra e dar ordem por escrito à empresa adjudicatária da obrigação de executar os referidos trabalhos num **prazo de 10 dias**, de acordo com o artigo 377º do CCP; -----

c) De seguida, caso a proposta seja aprovada, deverá ser encaminhada para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para ser formalizado o ato através da assinatura do competente contrato; -----

d) Considerando a alteração do preço contratual da empreitada, por motivos de trabalhos a mais, haverá lugar à prestação de caução em 5% do valor contratual, destinada a garantir a celebração do contrato; -

e) A proposta encontra-se devidamente cabimentada; -----
 f) O valor da mesma, dispensa a publicitação prevista no nº1 do artigo 315º do CCP. -----
 g) Que seja aprovada a minuta do contrato, em anexo.-----
 É tudo quanto me cumpre informar. -----
 À consideração Superior. -----
 Chaves, 22 de maio de 2018 -----
 A Técnica Superior -----
 (Maria Madalena Sousa Durão Branco, Eng.ª) -----
 Anexos: Mapa de quantidades de trabalhos mais -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.05.24. -
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.28. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.28. -----
 À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.5. REMODELAÇÃO DO LARGO GENERAL SILVEIRA - AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS Nº 02/DOP/2018.-----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº 02/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 2.169,61 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.28. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €2.169,61 (Dois mil, cento e sessenta e nove euros e sessenta e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. SANEAMENTO BÁSICO DE ADÃES - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 8/DOP/2018.-----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 8/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ALTURA DINAMICA, LDA., no valor de 82.431,61 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.28. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €82.431,61 (Oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e um euros e sessenta e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.7. SANEAMENTO BÁSICO DE ADÃES - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 9/DOP/2018.-----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 9/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ALTURA DINAMICA, LDA., no valor de 3.501,00 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.05.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.05.28. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €3.501,00 (Três mil, quinhentos e um euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

**VII
EXPROPRIAÇÕES**

**VIII
DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS**

1- PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. JORGE MANUEL FERREIRA. INFORMAÇÃO Nº92/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº92/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-

1. INTRODUÇÃO:-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 26 de abril de 2018, um pedido em nome de Jorge Manuel Ferreira, contribuinte n.º176052500, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação no Ed. Centro Comercial Aquae Flaviae.-----

A 26 de abril de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----

Apresentou o requerente declaração de liquidação de IRS;-----

2. DO DIREITO:-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----

A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----

Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 1739,04€;-----

Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----

Considerando que o valor da dívida é superior a 1001€, o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal é de 150€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida em 12 prestações, dá cumprimento ao exigido, com a prestação mensal no valor de 150,00€.-----

3. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 1739,04€ por parte da peticionária, em 12 prestações mensais;-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 14 de maio de 2018.-----

O Chefe de Divisão-----
nouse de competências subdelegadas-----

(Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 2018.05.15 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.18. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**IX
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS**

**X
FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS**

**XI
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. HÓQUEI CLUBE FLAVIENSE/ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS. INFORMAÇÃO Nº 23/2018, DATADA DE 16 DE MAIO DE 2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento:-----

a) Considerando que, mediante ofício refa.SC/16, de 17/01/2018, veio a ser notificada o "Hóquei clube Flaviense", para o pagamento dos valores em dívida referentes à utilização, por tal entidade, de infraestruturas públicas municipais, destinadas à prática do desporto, designadamente Pavilhão da Escola Casa dos Montes, no período compreendido entre 2011 a 2016, num total de **8.051,93€**, acrescido dos respetivos juros de mora vencidos;-----

b) Considerando que, face à maturidade de tal dívida, o reiterado incumprimento do respetivo pagamento, determinará que o Município de Chaves possa, com legitimidade, inibir a autorização de utilização de tais espaços públicos municipais para a prática desportiva por parte da referida entidade;-----

c) Considerando que, o "Hóquei Clube Flaviense", veio, mediante comunicação datada de 15/05/2018 manifestar vontade em promover a regularização do referido montante em dívida, e respetivos juros vencidos, de forma faseada, em três prestações mensais, tendo em conta os constrangimentos financeiros apresentados; -----

II - Estratégia a adotar:-----

1- Face ao exposto e, compulsada a conta corrente dos documentos emitidos e não pagos pela "Hóquei clube Flaviense", num valor total atual, de **8.051,93€**, acrescidos dos respetivos juros de mora sobre as faturas vencidas, sugere-se que seja ponderada a seguinte estratégia de atuação:-----

a) Que seja autorizado o **pagamento prestacional, até ao dia 25 de cada mês**, com início no próximo mês de junho de 2018, do valor da dívida atual, em valor mensal de **55,00€**, e respetivos juros de mora vencidos, até que seja totalmente amortizado o montante em dívida e respetivos juros;-----

b) A falta de pagamento de uma prestação, implicará o vencimento de todas as prestações;-----

c) Que o teor da presente proposta seja autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara, e posterior submissão ao órgão executivo municipal, para aprovação;-----

d) Sequencialmente, deverá ser promovida a competente notificação ao "Hóquei Clube Flaviense", para conhecimento.-----

Chaves, 16 de maio de 2018-----

A Chefe de Divisão Financeira-----

(Dr.^a Márcia Santos)-----

Anexo: listagem de valores em dívida-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 2018.05.15 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.17. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO, DESTINADO À EXCLUSIVA AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA DE OUTROS EMPRÉSTIMOS EM VIGOR A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - ART.º 101º, DA LEI N.º 114/2017 - LOE PARA 2018 E ATÉ AO MONTANTE DE 3.016.141,18€. - PEDIDO DE APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMLP. INFORMAÇÃO N.º26/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No seguimento da Informação/Proposta nº7/DGF/2018, aprovada pelo órgão executivo em 22 de fevereiro de 2018 e sancionada pelo órgão deliberativo em sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2018, relativa à contratação de empréstimo de médio e longo prazo, identificado em epígrafe, e após remessa do dossier para submissão a Visto do Tribunal de Contas, vieram a ser solicitados, por tal organismo, alguns esclarecimentos e proferidas recomendações complementares, designadamente, a incorporação, por adenda ao contrato, da identificação dos contratos de empréstimo de médio e longo prazo a amortizar antecipadamente e a substituir.-----

Por conseguinte, e, face à apresentação, pela Caixa de Crédito Agrícola, do aditamento ao contrato celebrado, cumpre-me promover a submissão do mesmo, à próxima reunião do órgão executivo municipal, para aprovação do respetivo clausulado.-----

Mais se informa, que, para os devidos efeitos, fica desde já autorizado o Sr. Presidente da Câmara Municipal, na outorga do respetivo aditamento ao contrato de empréstimo, a celebrar.-----

Em anexo: Minuta do aditamento ao contrato.-----

À consideração superior,-----

Chaves, 18 de maio de 2018-----

A Chefe de Divisão de gestão Financeira,-----

No uso de poderes subdelegados-----

(Márcia Santos, Dra.)-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DATADO DE 2018.05.23 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.23. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. ISENÇÃO DE IMT. LOCALIZAÇÃO DOS PRÉDIOS: RUA DE SANTA RITA E EIRÓ, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES. INTERESSADA: SOLAR INVESTMENT, LDA.- NIPC 514 567 520. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº35/GAP/20018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Enquadramento-----

1. Através de ofício com registo nos serviços administrativos municipais 2018, DCG, E,G, 1520 19-02-2018, veio a Autoridade Tributária e Aduaneira - **Serviço de Finanças de Chaves**, solicitar a emissão de parecer, ao abrigo do disposto no nº4, do Artigo 10º do Código do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis - IMT -, correlacionado com o pedido de isenção do pagamento daquele imposto, apresentado por **Solar Investment, Lda., - NIPC 514567520**, referente à aquisição, que a sociedade efetuou, a este município, de dois prédios, um urbano e outro rústico, situados em Eiró, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves.-----

2. A sociedade requerente, com o capital social de €5 000,00, tem sede no Edifício Praça do Brasil, Loja 4, Praça do Brasil, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, tem por objeto a compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim; arrendamento, gestão e administração de bens imóveis; promoção imobiliária, atividades de construção, reconstrução, restauro reabilitação e valorização imobiliária, e outras atividades conexas. Serviços de consultoria para compra e venda de bens imóveis de qualquer tipo. Constituição, desenvolvimento e exploração de empreendimentos turísticos, de health and wellness ou residenciais, atividade a que corresponde o CAE principal 55111-R3 e os CAE secundários 41100-R3; 41200-R3 e 68200-R3.-----

3. O pedido apresentado pela sociedade, junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, em síntese, consubstancia a isenção no pagamento do IMT na aquisição dos imóveis denominados "Solar de Outeiro Seco" e "Eira", situados em Eiró, respetivamente, inscritos na matriz predial urbana sob o artigo 123º e na rústica sob o artigo 4954º da retrocitada freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, adquiridos a este município, no passado dia 24 de janeiro de 2018, pelo valor global de €221 220,00. -----

4. Através de comunicação datada de 9 de março do corrente ano, com o registo nos serviços municipais 2018, DCG, E,G, 2157 12-03-2018, a sociedade interessada veio complementar o pedido apresentado à AT, registando que os desígnios que tem para o local, consubstanciados na construção de um hotel termal e restaurante, não podem deixar de ser entendidos como o exercício de uma atividade industrial de superior interesse económico e social, numa região economicamente desfavorecida.-----

2. Justificação-----

1. A sociedade requerente, de acordo com a certidão permanente do registo comercial, tem o capital social de €5 000,00, sede no Edifício Praça do Brasil, Loja 4, Praça do Brasil, freguesia de Santa Maria

Maior, concelho de Chaves, exerce, a atividade de compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim; arrendamento, gestão e administração de bens imóveis; promoção imobiliária, atividades de construção, reconstrução, restauro reabilitação e valorização imobiliária, e outras atividades conexas, a atividade de prestação de serviços de consultoria para compra e venda de bens imóveis de qualquer tipo, a constituição, desenvolvimento e exploração de empreendimentos turísticos, de health and wellness ou residenciais, exercendo esta atividade a título principal - CAE 55111-R3.-----

2. A aquisição realizada a este Município, do conjunto patrimonial designado por Solar de Outeiro Seco ou dos Montalvão e Eira, pela sociedade requerente **Solar Investment, Lda.**, concretiza o objeto social daquela empresa.-----

3. O valor global da aquisição dos mencionados prédios a este Município, e conforme supra mencionado, foi de **€221 220,00** (duzentos e vinte e um mil e duzentos e vinte euros), sendo certo que na sua proposta de aquisição, o sócio gerente da sociedade interessada, sumariamente, referia que destinaria os prédios à construção de um hotel termal, de categoria elevada, com SPA e restaurante.-----

4. O Código do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis - CIMT -, aprovado pelo Decreto-Lei n° 287/2003, de 12 de novembro e posteriores alterações, prevê quais as aquisições que podem beneficiar da isenção de pagamento de IMT e as respetivas condições.-

5. Este Código veio estabelecer, como concretização do poder tributário próprio dos municípios, que o reconhecimento prévio da atribuição de isenções em matéria de IMT, seja efetuado pelas câmaras municipais.-----

6. O artigo 6° do CIMT, ao elencar as situações passíveis do reconhecimento de isenção de IMT prevê expressamente o seguinte:-----
"Ficam isentos de IMT:-----

a) ...-----
h) As aquisições de bens situados nas regiões economicamente mais desfavorecidas, quando efetuadas por sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, que os destinem ao exercício, naquelas regiões, de atividades agrícolas ou industriais consideradas de superior interesse económico e social;-----

l) /...".-----
7. As isenções previstas no retrocitado artigo 6° do CIMT, nos termos do Artigo 10° do aludido código são reconhecidas a requerimento dos interessados, a apresentar antes do ato ou contrato que origina a transmissão junto dos serviços competentes para a decisão, mas sempre antes da liquidação que seria de efetuar, o que sucedeu de acordo com o descrito no pedido apresentado, pela sociedade interessada, junto da AT.-----

8. As isenções previstas no ponto anterior ficam na dependência da respetiva câmara municipal comprovar, previamente, que se encontram preenchidos os requisitos para a sua atribuição e da, subsequente, emissão do respetivo parecer vinculativo, nos precisos termos do previsto nos n°3 e n°4, do Artigo 10° do mesmo Código.-----

9. Assim, a intervenção deste município, no âmbito do pedido ora em apreciação, circunscreve-se à comprovação prévia, pela Câmara Municipal, do preenchimento dos requisitos previstos na alínea h) do Artigo 6° do CIMT, à emissão do competente parecer vinculativo e à comunicação deste à Autoridade Tributária e Aduaneira/Direcção-Geral dos Impostos.-----

10. A sociedade peticionária - Solar Investment, Lda. -, antes da liquidação que seria de efetuar, e conforme expôs à AT, apresentou

requerimento a solicitar a isenção de IMT, fundamentando o seu pedido na alínea h), do artigo 6º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, a qual prevê a isenção de IMT nas aquisições de bens situados nas regiões economicamente mais desfavorecidas, quando efetuadas por sociedades comerciais, que os destinem ao exercício, naquelas regiões, de atividades industriais consideradas de superior interesse económico e social.-----

11. Alega a requerente, em defesa do seu pedido, *que os prédios "...se localizam numa região economicamente desfavorecida e que ali pretende concretizar um projeto económico de ...construção de um empreendimento hoteleiro de elevada qualidade, que envolverá a revitalização dos dois imóveis há largos anos votados ao abandono, para ali levar a efeito uma atividade económica que constituirá um fator diferenciador e gerador de riqueza para o concelho, com um potencial gerador de 40 postos de trabalho, com perspetivas de desenvolvimento e crescimento sustentado nos próximos anos, ..., que não poderá deixar de ser tido como uma atividade de superior interesse económico e social para a região."*-----

12. Segundo o estudo de viabilidade económico-financeira, entretanto, entregue nos serviços municipais, no âmbito da instrução de outro procedimento da interessada, mas com este correlacionado, o projeto a desenvolver nos prédios adquiridos ao Município de Chaves contempla a construção de um estabelecimento hoteleiro de 5 estrelas, denominado Solar Thermal Institute, no qual irá funcionar um thermal SPA com salas de tratamento de beleza, terapias e piscina termal, bem como um restaurante panorâmico dedicado à cozinha de bem-estar, incluindo a tradição da gastronomia portuguesa e italiana, apontando para a criação de 42 postos de trabalho diretos.-----

13. Em defesa da classificação da atividade de hotel com restaurante como uma atividade de caráter industrial e não comercial, a que corresponde o CAE da sociedade 55111, indica várias jurisprudências que classifica a restauração como uma atividade industrial, integrando o conceito de produção e transformação de mercadorias.-----

14. O Supremo Tribunal de Justiça, entre vários outros acórdãos, classifica a atividade de restauração como uma atividade industrial e não comercial, nos acórdãos de 13/02/2014 - processo nº 373/04.6TBVFR.P2.S.1; de 05/05/2013 - Processo nº 3424/07.9TBVNG.P1.S.1 e de 30/06/2011 - Processo nº 734/06.6TBA.----

15. A interessada instruiu o seu pedido, junto da Autoridade Tributária e Aduaneira - Serviço de Finanças de Chaves, com cópia da escritura de compra e venda dos imóveis, com a identificação dos prédios adquiridos, do valor global da aquisição e a menção do destino que pretende dar aos mesmos, dando cumprimento ao disposto na alínea d) do, nº2, supracitado artigo 10º, tendo, ainda, apresentado cópia do pedido inicial de isenção de pagamento de IMT, e prévio à celebração do contrato de compra e venda, solicitando, simultaneamente, que seja relevada a extemporaneidade da apresentação do pedido, ora, em apreciação, pelas razões melhor identificadas no seu requerimento.--

16. Desde 1999, pelo menos, que o legislador aprovou diversos diplomas legais, nos quais o concelho de Chaves figurou, sempre, como zona de interioridade e economicamente desfavorecida, sendo certo que, para efeitos de aprovação das respetivas zonas beneficiárias, a Portaria nº 1118/2009, de 30 de setembro, veio a ser a última publicada, dando concretização ao previsto no Artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, pese, embora, tal norma tenha sido revogada pela Lei do Orçamento de Estado para 2012.-----

17. No entanto, veio a ser publicada a Portaria nº 208/2017, de 13 de julho, a qual o nº4, do Artigo 41-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, procedendo à delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão do Território - PNCT -, identificando, no Anexo previsto no seu Artigo 2º, como território do interior o Alto Tâmega e todo o concelho de Chaves. -----

18. Acresce que o concelho de Chaves integra a Região Norte, classificada como menos desenvolvida, no âmbito do Acordo de Parceria 2014-2020 (Portugal 2020), para efeitos de beneficiação de fundos estruturais (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento).-----

19. De facto, consta do documento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (Norte 2020), a páginas 35, que a água é um recurso endógeno específico do território, podendo entre outras valências, suportar a inovação empresarial. -----

20. A folhas 36, do mesmo documento, consta a figura 17, com a identificação das termas na região Norte, figurando o concelho de Chaves com duas termas, salientando, o texto, que as águas minerais e termais constituem um recurso natural relevante, com predominância de águas sulfúreas, gasocarbónicas e bicarbonatadas, assumindo as águas minerais e termais um caráter mais distintivo do território.-----

21. Não subsistem dúvidas, pelas razões expostas, que a freguesia de Outeiro Seco, no concelho de Chaves, se situa numa região economicamente mais desfavorecida e num território do interior, e que os prédios adquiridos serão afetos à atividade desenvolvida pela empresa requerente, revestindo-se de superior interesse económico e social uma vez que a interessada se propõe fomentar o desenvolvimento da exploração e aproveitamento das águas termais, nomeadamente da Fonte de Santa Rita e a sua utilização no SPA da unidade hoteleira, com restaurante, a qual irá elevar a qualidade da oferta concelhia com a classificação projetada, aumentando o emprego com a contratação de novos trabalhadores e dinamizando a economia local, concorrendo para a criação de novos centros de interesse económico na área do desenvolvimento turístico e da saúde e bem estar, nesta região, não descurando que o Município de Chaves se assume como "Capital Termal e da Água".-----

Concluindo:-----

a) A situação ora configurada encontra-se legalmente prevista no Código do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, designadamente no que respeita ao regime previsto em matéria de isenções de IMT;-----

b) Nos termos do disposto na alínea h), do Artigo 6º, do referido CIMT, ficam isentas as aquisições de bens situados nas regiões economicamente mais desfavorecidas, quando efetuadas por sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, que os destinem ao exercício, naquelas regiões, de atividades agrícolas ou industriais consideradas de superior interesse económico e social; -----

c) O reconhecimento de tal isenção pela Autoridade Tributária e Aduaneira/Direção-Geral dos Impostos, para além do cumprimento das demais condições definidas, está condicionada pela comprovação prévia por parte do órgão executivo municipal, de que se encontram preenchidos os requisitos para a sua atribuição, e pela subsequente emissão, por parte deste órgão, do competente parecer, frisa-se, vinculativo, nos termos dos n.º3 e nº4, do Artigo 10º do citado Código;-----

d) Neste enfoque, em face do requerimento apresentado, junto dos competentes serviços fiscais e da documentação que instruiu o pedido, o mesmo preenche os requisitos para a atribuição, legalmente confiada à Direção-Geral dos Impostos, do reconhecimento da isenção de IMT.--

3. Proposta-----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e nos termos do disposto sobre a matéria no Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nas disposições combinadas previstas na alínea h) do Artigo 6º e no nº3 e nº4, do Artigo 10º, todos do CIMT, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de:-----

a) Emitir parecer comprovativo de que se encontrariam preenchidos os requisitos com vista à atribuição do reconhecimento de isenção de IMT, na aquisição realizada pela sociedade Solar Investment, Lda., ao Município de Chaves, no passado dia 24/01/2018, pelo valor global de € 221 220,00, dos seguintes prédios, localizados na freguesia de Outeiro Seco, no concelho de Chaves:-----

Um - Prédio Urbano, composto por prédio, capela e três palheiros, situado na Rua de Santa Rita, nº2, na localidade e freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz com o Artigo 123º;-----

Dois - Prédio rústico, composto de eira, situado em Eiró, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz com o Artigo 4945º; -----

b) Seguidamente, deverão os competentes serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira - Serviço de Finanças de Chaves, ser devidamente notificados da decisão administrativa praticada sobre a matéria, para efeitos do disposto no nº4, do citado artigo 10º.-----

Chaves, 21 de maio de 2018.-----
O Presidente da Câmara Municipal,-----
Nuno Vaz Ribeiro-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XII DIVERSOS

1. QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA MARGEM DIREITA DO RIO TÂMEGA, ENTRE O JARDIM DO TABOLADO E A PONTE DE S. ROQUE (PARU 2.7)" - PI 6.5 (6E) - CANDIDATURA NORTE-05-2316-FEDER-000098 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº48/DSC/2018, DA ENG. CLÁUDIA FERREIRA DE 21.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-16-2016-17 - "*Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 6.5 (6e)*", o Município de Chaves apresentou, em 28 de dezembro de 2017, uma candidatura designada "Qualificação do espaço público da margem direita do Rio Tâmega, entre o Jardim do Tabolado e a Ponte de São Roque (PARU 2.7)". -----

Após a competente análise e avaliação da referida candidatura por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação (parecer global em anexo), a qual foi comunicada pela CIM-AT, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 19 de abril de 2018. Com a referida comunicação foi rececionado o Termo de Aceitação, com vista a ser assinado pelo Senhor Presidente da Câmara, matéria sobre a qual versa a presente informação. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. A operação consubstancia a reorganização e valorização dos espaços públicos da margem direita do Rio Tâmega, compreendidos entre o Jardim do Tabolado e a Ponte de S. Roque, abrangendo uma área de 13.644m².-----

2.2. Com esta intervenção, consentânea com estratégia de valorização urbanística da cidade que tem vindo a ser implementada de forma sistemática e articulada, conclui-se a valorização paisagística da zona ribeirinha (da margem direita do rio Tâmega) relacionada com a zona termal, o Centro Histórico e o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, completando e articulando as intervenções realizadas no âmbito do Programa Polis. -----

2.3. A concretização desta operação corresponde a um investimento de 979.520,70 euros, considerado na totalidade como investimento elegível, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, correspondendo a uma contribuição do Fundo de Coesão de 832.592,60 euros e um financiamento público nacional, a cargo do Município de Chaves, de 146.928,10€. --

2.4. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que a candidatura foi aprovada, nos moldes candidatados pelo Município, pelo que cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo financiamento.-----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Considerando a relevância desta intervenção, no que respeita à melhoria da urbanidade do espaço público da área ribeirinha em causa e benefício resultante, traduzido no incremento do conforto na fruição do referido espaço pela população em geral e pelos visitantes; -----

3.2. Considerando que a candidatura em causa foi aprovada nos moldes candidatados pelo Município; -----

3.3. Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante assinatura do termo de aceitação ou submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º ou, quando previsto na regulamentação específica, mediante a celebração de contrato entre a entidade competente para o efeito e o beneficiário;

3.4. Considerando que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, a decisão de aprovação caduca caso não seja submetido ou assinado o termo de aceitação ou outorgado o contrato, no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão;

3.5. Face ao exposto, propõe-se ao Senhor Presidente, caso concorde com as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), que exare despacho de submeter a presente informação/proposta, e o referido documento anexo, à próxima reunião do Executivo Municipal, para haver deliberação no seguinte sentido: -----

(i) Concordar com o teor do Termo de Aceitação; -----

(ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido termo de Aceitação, para posterior envio para a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. -----

À consideração superior, -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 21.05-2018 ----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o

assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

- Aprovar o Termo de Aceitação da operação "Qualificação do Espaço Público da Margem Direita do Rio Tâmega, entre o jardim do Tabolado e a Ponte de S. Roque (PARU 2.7)" - *Candidatura* NORTE-05-2316-FEDER-000098 candidatada no âmbito do Aviso NORTE-16-2016-17 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 6.5 (6e)"; -----

- Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 21.05.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 21.05.2018 -

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. CANDIDATURA N.º NORTE-05-2316-FEDER-000108 "CENTRO CÍVICO (PARU 2.3)" - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO.

- INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 49/DSC/2018, DA ARQ. JOANA RODRIGUES 22.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-16-2016-17 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 6.5 (6e)", o Município de Chaves apresentou, em 29 de dezembro de 2017, uma candidatura designada por "Centro Cívico (PARU 2.3)", operação esta integrada no "Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU)", do "Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Chaves (PEDU de Chaves)". -----

1.2. Após a competente análise e avaliação, a referida candidatura mereceu decisão favorável de aprovação por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, datada de 16 de abril de 2018, a qual foi comunicada ao Município de Chaves, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 19 de abril de 2018. -----

1.3. Com a referida comunicação, foi juntamente rececionado o Termo de Aceitação do apoio, o qual deverá ser assinado e autenticado pelo Senhor Presidente da Câmara, sendo esta a matéria sobre a qual versa a presente informação. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. A presente operação objeto de candidatura, consubstancia a criação de um Centro Cívico na cidade de Chaves, através da reabilitação e ampliação do edifício da antiga cantina da UTAD, localizado no Largo Maria Rita, na freguesia de Santa Maria Maior. -

2.2. O local onde se encontra o edifício integra-se no centro histórico da cidade, numa zona urbana consolidada, estando tipificado no plano de salvaguarda do Centro histórico, como sendo um edifício de interesse. -----

2.3. O edifício será alvo de obras de reabilitação, mantendo a traça e características originais, mas melhorando as suas características

construtivas, conferindo uma nova identidade ao lugar. Será também objeto de uma ampliação, através da construção de dois novos volumes, um com ligação direta ao edifício existente, para permitir albergar salas de leitura, eventos e outras atividades informais relacionadas com recreio, cultura e lazer, e um outro volume, sem ligação interna ao edifício existente, para albergar instalações sanitárias públicas.

2.4. Para além do anteriormente referido, a intervenção contemplará ainda uma reorganização do espaço ajardinado exterior (Jardim Maria Rita), o qual será objeto de tratamento paisagístico, e reformulação dos acessos à via pública, garantindo uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras arquitetónicas para os utilizadores mais vulneráveis. -----

2.5. A criação deste equipamento (Centro Cívico), pretende assim materializar e colmatar uma carência verificada na cidade de Chaves, no que diz respeito à existência de um espaço central vocacionado para a realização de pequenas atividades culturais e de lazer dirigidas à globalidade das faixas etárias. -----

2.6. Por outro lado, pretende também responder às legítimas expectativas da população, de se dar um uso adequado a um edifício de referência na cidade, mantendo a sua qualidade estética, mas introduzindo novas possibilidades de utilização, por forma a incrementar novas dinâmicas de atração ao Centro Histórico. -----

2.7. Para a concretização deste projeto, a candidatura submetida baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 263.556,00 €; -----
- ii) Investimento Não Elegível - 0,00 €; -----
- iii) Investimento Elegível - 263.556,00 €; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível); -----
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 224.022,60 €; -----
- vi) Autarquia Local - 39.533,40 euros (15% do Investimento Elegível); -----

2.8. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação agora rececionados, verificou-se que a candidatura obteve uma pontuação de 3,50 pontos, tendo sido aprovada nos moldes candidatados pelo Município (ponto 2.7), pelo que cumpre, neste momento, decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo financiamento. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Considerando a relevância desta intervenção, no que respeita à reabilitação de um edifício e de um jardim de referência na cidade, permitindo criar um equipamento central vocacionado para a realização de pequenas atividades culturais e de lazer, que contribuirá significativamente para a revitalização do centro histórico da cidade;

3.2. Considerando que a candidatura em causa foi aprovada nos moldes candidatados pelo Município; -----

3.3. Considerando que, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio é feita mediante assinatura do termo de aceitação ou submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º ou, quando previsto na regulamentação específica, mediante a celebração de contrato entre a entidade competente para o efeito e o beneficiário;

3.4. Considerando que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, a decisão de aprovação caduca caso não seja submetido ou assinado o termo de aceitação ou outorgado o contrato, no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão;

3.5. Face ao exposto, propõe-se ao Senhor Presidente, caso concorde com as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo),

que exare despacho de submeter a presente informação/proposta e o referido documento anexo à próxima reunião do Executivo Municipal, para haver deliberação no seguinte sentido: -----

- (i) Concordar com o teor do Termo de Aceitação; -----
 - (ii) Legitimar o Senhor Presidente da Câmara para proceder à outorga do referido termo de Aceitação, para posterior envio para a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. -----
- À consideração Superior, -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 22.05-2018 ----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

- Aprovar o Termo de Aceitação da operação "Centro Cívico (PARU 2.3)"
- Candidatura NORTE-05-2316-FEDER-000108, candidatada no âmbito do Aviso N.º NORTE-16-2016-17- "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano: PI 6.5 (6e)"; -----

- Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT); -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 23.05.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 23.05.2018 --

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ANÁLISE DO PEDIDO DE CANDIDATURA A PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL DO PROJETO DE INVESTIMENTO "SOLAR THERMAL INSTITUTE" DA SOCIEDADE ANÓNIMA "SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA.- REQUERENTE: SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA., MORADA: EDIF. PRAÇA DO BRASIL, LJ. 4, 5400-123 CHAVES - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº51/DSC/2018, DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO, DE 21.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ENQUADRAMENTO DOS OBJETIVOS DA INFORMAÇÃO -----

1. A requerente acima referida, representada por Matteo Arthur Colombo, na qualidade de Gerente, vem solicitar a concessão de benefícios tributários municipais decorrentes da classificação do seu projeto de investimento "Solar Thermal Institute"²³ como Projeto de

²³ O projeto em causa visa reabilitar o Solar de Outeiro Seco, transformando-o num estabelecimento hoteleiro de 5 estrelas direcionado para o segmento turístico alto/muito alto com particular

Interesse Municipal (PIM), à luz do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal (RPIM) em vigor no Município de Chaves.-----

2. Para o efeito, a sociedade em causa apresentou o formulário de candidatura, acompanhado de diversos elementos instrutórios. -----

3. Após receção dos elementos instrutórios que se encontravam em falta²⁴, o referido pedido foi objeto de apreciação na reunião da Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal (CTAAF - PIM)²⁵, ocorrida no dia 11/05/2018, seguindo em anexo o respetivo relatório de avaliação da candidatura.

4. Com esta informação pretende-se: -----

(i) Levar ao conhecimento do Executivo Municipal o referido relatório; -----

(ii) Propor que seja acolhida a proposta de deliberação que o mesmo relatório preconiza. -----

II - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARECER -----

1. O RPIM define os critérios a adotar pelos competentes órgãos municipais no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal (PIM) para o concelho de Chaves, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal, por deliberação de 12/06/2013, sob proposta da Câmara de 20/05/2013. -----

2. Este regulamento visa apoiar, através da concessão de benefícios fiscais e benefícios de taxas municipais²⁶ contratuais, investimentos e/ou novas iniciativas de negócio que permitam o desenvolvimento sustentável da região, a criação de novos empregos e, conseqüentemente, a fixação da população, em sintonia com o atual quadro legal em vigor²⁷. -----

interesse no Produto de Turismo de Saúde e Bem-Estar e Património Arquitetónico. -----

²⁴ A formalização da candidatura foi ultimada no passado dia 10/04/2018, com a entrega do Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro (EVEF) do projeto de investimento e entrega de novo requerimento e formulário ajustado ao conteúdo do EVEF. -----

²⁵ Comissão criada na sequência da deliberação do órgão executivo camarário do passado dia 15/04/2016, sob a Informação/Proposta N°80/DSC/2016 de 6/04/2016. -----

²⁶ Isto é, isenções totais ou parciais de tributos municipais, em especial no que se refere ao Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e, ainda, no que se refere a taxas urbanísticas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas e respetiva utilização. -----

²⁷ Em conformidade com o estabelecido no art.º 241º, da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), conjugado com a alínea d), do art.º 15º (poderes tributários), e os números 2 e 3, do art.º 16º (isenções e benefícios fiscais), da Lei n° 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e ulteriores alterações), a alínea m) do número 1, do art.º 23º (promoção do desenvolvimento/atribuições dos municípios), as alíneas c) e g) do número 1, do art.º 25º (competências de apreciação e de fiscalização da Assembleia Municipal) e a alínea ff) do art.º 33º (competências materiais) da Lei n° 75/2013 de 12 de setembro. Este é o quadro legal atualizado à luz dos regimes jurídicos que entraram em vigor após aprovação do Regulamento PIM, e que veio revogar as Leis n.º 159/99, de 14 de setembro (alterada pelos Decretos-Leis 7/2003, de 15 de janeiro, e 268/2003, de 28 de outubro, e pelas Leis 107-B/2003, de 31 de dezembro, 55-B/2004, de 30 de dezembro, 60-

3. Segundo o disposto no n.º 2 do art.º 1.º do referido regulamento, os projetos de investimento classificados como "PIM" são habilitados à concessão de benefícios fiscais e benefícios de taxas municipais contratuais, condicionados e temporários. -----

4. A concessão de benefícios tributários municipais carece de celebração de contrato entre as partes, segundo o definido no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º, devendo o mesmo ser instruído com os documentos instrutórios constantes no art.º 11.º do referido regulamento.-----

5. Em conformidade com o estabelecido no retrocitado regulamento, o procedimento conducente à concessão de isenções totais ou parciais dos tributos municipais relativos aos projetos de investimentos classificados como "PIM" decorre segundo seis²⁸ momentos distintos,

A/2005, de 30 de dezembro, 53-A/2006, de 29 de dezembro, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 55-A/2010, de 31 de dezembro) n.º169/99 de 18 de setembro (alterada pela Lei 7-A-2016 de 30 de março), e a n.º 2/2007 de 15 de janeiro. -----

²⁸ Momentos do procedimento: -----

1º Momento - formalização das candidaturas por parte dos interessados, mediante a apresentação de um processo que substancia a entrega dos seguintes elementos: -----

- Requerimento (conforme modelo constante em anexo ao regulamento);
- Formulário de Candidatura (conforme modelo constante em anexo ao regulamento); -----
- Declaração do Promotor do investimento candidato a Projeto de Interesse Municipal/ Termo de Responsabilidade (conforme modelo em anexo ao regulamento); -----
- Declarações comprovativas da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, a Administração Fiscal; ----
- Cópia do Modelo 22 do IRC do último exercício encerrado ou do Modelo 3 da Declaração de Rendimentos - IRS; -----
- Cópia do Cartão de Pessoa Coletiva (no caso de se tratar de criação de empresa) ou do Cartão de Cidadão; -----
- Cópia do IES (Informação Empresarial Simplificada) do último exercício encerrado; -----
- Estudo de viabilidade económica do projeto de investimento. ---

2º Momento - Verificação, avaliação da candidatura em causa e emissão de parecer pelos competentes serviços municipais relativamente à classificação do projeto candidato como Projeto de Interesse Municipal, com base nos critérios definidos no regulamento; -----

3º Momento - Decisão do órgão executivo municipal, em função do resultado da avaliação da candidatura de concessão de benefícios tributários municipais constante no parecer dos competentes serviços municipais. -----

4º Momento - Celebração de contrato de concessão de benefícios tributários municipais, entre o Município de Chaves e a entidade beneficiária, no prazo de 180 dias a contar da data da notificação da aprovação da candidatura a Projeto PIM; -----

5º Momento - Monotorização das condições de celebração e execução do contrato pela Assembleia Municipal. Este momento ocorre na primeira sessão deste órgão deliberativo, realizada após a celebração do contrato de concessão de benefícios tributários municipais; -----

sendo que a avaliação das candidaturas é efetuada tendo em consideração: -----

5.1 O n.º 2, do art.º 2.º (Âmbito Objetivo), que define os setores de atividade económica que serão objeto de classificação PIM e, cumulativamente, cumprirem as condições estabelecidas nos art.ºs 3º (Condições Subjetivas) e 4º (Condições Objetivas) do citado regulamento; -----

5.2 O art.º 5.º (Classificação de Projetos de Investimento como Projetos de Interesse Municipal), que consubstancia a forma de apresentação da candidatura e dos elementos que terão de a integrar para se proceder à sua avaliação, bem como o prazo estabelecido para a emissão do respetivo parecer; -----

5.3 O art.º 7.º (Critérios de determinação para a Concessão de benefícios Fiscais), que estabelece os fatores de classificação que irão determinar a isenção ou redução em sede de IMI e IMT; -----

5.4 Os art.ºs 8º (Benefícios Fiscais) e 9.º (Taxas Municipais), que consubstanciam os incentivos fiscais e os prazos de vigência. -----

6. Importa também mencionar as alterações/obrigações agora constantes do n.ºs 9 e 10 do art.º 16.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na redação conferida pela Lei do Orçamento de Estado para 2017, segundo as quais, "o reconhecimento do direito à isenção é da competência da câmara municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da assembleia municipal.", ficando os municípios obrigados a comunicar "anualmente à AT, até 31 de dezembro, por transmissão eletrónica de dados, os benefícios fiscais reconhecidos (...), com a indicação do seu âmbito e período de vigência e dos artigos matriciais dos prédios abrangidos." -----

III - PARECER -----

1. De acordo com o relatório da CTAAF- PIM, referente à avaliação da candidatura da empresa "Solar Investment Imobiliária, Lda.", a requerente irá reabilitar o Solar de Outeiro Seco, transformando-o num estabelecimento hoteleiro de 5 estrelas, direcionado para o segmento turístico alto/muito alto, com particular interesse no Produto de Turismo de Saúde e Bem-Estar e Património Arquitetónico, estabelecendo para o efeito: -----

(i) um prazo de 40 meses; -----

(ii) um investimento total de 4.174.855,00€; -----

(iii) a criação de 42 postos de trabalho. -----

2. O relatório refere ainda que a candidatura tem as seguintes características: -----

2.1 Prossegue o objetivo central do RPIM, que visa atrair ou manter no concelho de Chaves investimentos e novas iniciativas de negócios, que complementam o desenvolvimento endógeno, estimulando a fixação de população e proporcionando a criação de emprego; -----

2.2 Cumpre com o disposto na alínea ii) do n.º 2, do art.º 2.º do RPIM, isto é, tem enquadramento nos setores de atividades económicas definidos pelo regulamento para usufruir dos benefícios fiscais e de benefícios em taxas municipais, concedidas aos projetos de investimento classificados como Projetos de Interesse Municipal; ----

2.3 Cumpre com o disposto nos art.ºs 3.º e 4.º do RPIM, isto é, reúne todas as condições subjetivas e objetivas de acesso; -----

6º Momento - Acompanhamento e fiscalização da implementação do projeto de investimento, em vista à boa execução e cumprimento das obrigações resultantes da subscrição do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, por parte do gestor nomeado para a gestão do procedimento. -----

2.4 Nos termos da classificação obtida, e em conformidade com os art.ºs 7º, 8º e 9º do RPIM, os incentivos ao investimento a conceder à sociedade requerente serão, nomeadamente, os discriminados no n.º 5 do relatório de avaliação.-----

3.Considerando o exposto, a CTAAF-PIM, entende que o citado projeto de investimento reúne todas as condições para ser classificado como PIM, e ver aprovados os benefícios tributários municipais discriminados no n.º 5 do referido relatório, ou seja: -----

a) Redução de 80% do valor do IMI relativo ao(s) prédio(s) da entidade beneficiária, de acordo com a posterior avaliação a efetuar pela Autoridade Tributária, por um prazo de 5 anos, eventualmente prorrogado por mais 5 anos, conforme alínea b) do n.º 2, do art.º 8.º do RPIM; -----

b) Redução de 75% nas taxas municipais, devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, conforme art.º 9.º do RPIM. ---

4.Neste sentido, a Comissão propõe, em conformidade com o definido na alínea i) do n.º 2, do art.º 5º do RPIM, que seja submetido à apreciação do executivo camarário o resultado da avaliação da candidatura em causa, com vista à tomada de decisão no sentido de aprovar a atribuição da Classificação PIM, através da emissão da respetiva Declaração de Projeto de Interesse Municipal, bem como conceder os benefícios tributários municipais, acima citados, correspondentes à obtenção da referida classificação, mediante outorga de contrato de concessão entre o Município de Chaves e a entidade beneficiária. -----

IV - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Em coerência com o supra exposto, e face ao conteúdo do relatório de avaliação da presente candidatura, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que acolha e submeta à consideração do Senhor Presidente e posterior deliberação do Executivo a seguinte proposta: -----

1. Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a haver deliberação no seguinte sentido: -----

(i) Atribuição da Classificação "PIM" ao projeto de investimento da sociedade "Solar Investment Imobiliária, Lda.", através da emissão da respetiva Declaração de Projeto de Interesse Municipal; -----

(ii) Concessão dos benefícios tributários municipais, discriminados nas alíneas a) e b) do n.º 3 do parecer desta informação, mediante a outorga de contrato de concessão entre o Município de Chaves e a entidade beneficiária. -----

2. Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

2.1 A dispensa de audiência dos interessados, nos termos da alínea f) do n.º 1, do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA); -----

2.2 Notificar a sociedade requerente, nos termos do artigo 110.º e seguintes do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito comunicado que, conforme n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, o contrato de concessão de benefícios fiscais e taxas municipais, deverá ser outorgado no prazo de 180 dias, a contar da data da notificação; -

2.3 Encaminhar o processo para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para que promova as diligências necessárias à formalização do contrato de concessão de benefícios tributários outorgados; -----

2.4 Celebrado o contrato de concessão de benefícios tributários outorgados, este deverá ser levado ao conhecimento da Assembleia Municipal em vista à fiscalização do cumprimento do presente regulamento, na primeira sessão daquele órgão deliberativo. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 23.05.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 23.05.2018 --

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. IBERDROLA GENERACIÓN S.A.U. - FINANCIAMENTO DAS AÇÕES QUE INTEGRAM O PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E CULTURAL DA BACIA DO TÂMEGA PARA O PERÍODO DE 2018-2023 -- APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº52/DSC/2018, DO ENG. PAULO VALOURA DE 24.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Na sequência do concurso público lançado pelo Governo Português para a atribuição de captação de água, para a produção de energia hidroelétrica e concepção, construção, exploração e conservação de obras públicas das respetivas infraestruturas hidráulicas dos aproveitamentos de Gouvães, Padroselos, Alto Tâmega e Daivões, foi celebrado, no dia 30 de Junho de 2014, o respetivo contrato de Concessão, entre o Estado Português e a empresa Iberdrola Generación S.A.U., empresa adjudicatária deste concurso. -----

1.2. No decurso do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projeto, foi emitida a respetiva Declaração de Impacte Ambiental (DIA), em 21 de junho de 2010, tendo o mesmo sido alvo de uma alteração, emitida em 24 de novembro de 2010. No âmbito desta alteração da DIA, a concretização do projeto ficou condicionada ao estabelecimento de um Plano de Ação com o objetivo de promover o desenvolvimento económico, social e cultural da bacia do Tâmega. A implementação das ações incluídas no referido Plano de Ação é concretizada através da formalização de protocolos de financiamento, a desenvolver com cada um dos Municípios afetados pelo projeto, de forma a permitir a transferência dos montantes acordados para a concretização das ações constantes do Plano de Ação. -----

1.3. A implementação deste Plano de Ação foi iniciado em 2015, através da outorga do respetivo Protocolo de Financiamento, no dia 30 de novembro de 2015, a vigorar para os anos 2015, 2016 e 2017, tendo ao mesmo vindo a ser incorporadas Adendas sucessivas, em 2016 e 2017, com vista a incorporar os projetos a financiar nesses anos, respetivamente. -----

1.4. Face ao pleno cumprimento do Protocolo celebrado em 2015, afigura-se essencial celebrar um novo Protocolo para o período 2018 - 2023, matéria sobre a qual versa a presente informação. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Como já referido, a empresa Iberdrola Generación S.A.U. foi a empresa adjudicatária no concurso público lançado pelo Governo Português para a atribuição de captação de água, para a produção de

energia hidroelétrica e concepção, construção, exploração e conservação de obras públicas das respetivas infraestruturas hidráulicas dos aproveitamentos de Gouvães, Padroselos, Alto Tâmega e Daivões. -----

2.2. No decurso do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, foi emitida, em 21 de julho de 2010 a respetiva Declaração de Impacte Ambiental (DIA), que com a alteração emitida em 24 de novembro de 2010, condicionou a concretização do projeto ao estabelecimento de um Plano de Ação com o objetivo de promover o desenvolvimento económico, social e cultural da bacia do Tâmega (Condicionante 6 da DIA). -----

2.3. Para a elaboração do referido Plano de Ação contribuíram, para além da empresa concessionária (Iberdrola Generación S.A.U.), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e os Municípios abrangidos pelo empreendimento, entre os quais o Município de Chaves. -----

2.4. No dia 10 de Janeiro de 2014, Sua Excelência o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia homologou um Acordo relativo ao Plano de Ação previsto na DIA, subscrito pela Iberdrola Generación S.A.U., pelas Câmaras Municipais de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, que determinou os princípios inerentes aos elementos a incluir no Plano de Ação previsto na DIA.--

2.5. No dia 30 de setembro de 2015, a Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto Autoridade de AIA neste processo, aprovou formalmente o cumprimento da Condicionante 6 da DIA e, conseqüentemente, o respetivo Plano de Ação. -----

2.6. Na sequência da assinatura do supra referido Acordo, bem como dos contactos e negociações encetados pelas várias entidades envolvidas, ficou acordado que, para efeitos de cumprimento da condicionante 6 da DIA, a Iberdrola Generación S.A.U. deveria encetar negociações bilaterais com cada um dos municípios envolvidos, no sentido de articular a seleção das ações propostas para integrar o Plano de Ação, negociações essas que têm vindo a ser feitas ao longo da vigência do Protocolo 2015-2017. -----

2.7. Nesta sequência, o Município de Chaves e a empresa Iberdrola Generación S.A.U. assinaram, em 30 de novembro de 2015, um protocolo de financiamento para formalizar a transferência dos montantes acordados para a concretização das ações constantes do Plano de Ação em causa. -----

2.8. Também de referir que, por forma a acompanhar a execução do Plano de Ação foi constituído um Grupo de Trabalho do Plano de Ação dos Aproveitamentos Hidroelétricos de Gouvães, Alto Tâmega e Daivões, que tem como objetivo monitorizar a implementação do Plano. Este Grupo de Trabalho é constituído por representantes de cada um dos Municípios afetados, APA, CCDRN e empresa Iberdrola Generación S.A.U.. Este Grupo de Trabalho funciona em paralelo à Comissão de Acompanhamento Ambiental do projeto. -----

2.9. O Protocolo de Financiamento celebrado entre as partes em 2015, respeitante ao triénio 2015 - 2017, foi integralmente cumprido, havendo a necessidade de estabelecimento de um novo Protocolo, a vigorar para o período 2018 - 2023. -----

2.10. O Protocolo agora em apreço, à semelhança do que vigorou para o triénio 2015-2017, tem por objeto estabelecer os termos e as condições dos financiamentos a conceder pela Iberdrola Generación S.A.U. ao Município de Chaves com vista à concretização das ações constantes do Plano de Ação para o Desenvolvimento Socioeconómico e Cultural da

Bacia do Tâmega, definindo as modalidades de cooperação entre os signatários e determinando as respetivas responsabilidades na execução e financiamento; -----

2.11. Ainda na fase de preparação do Protocolo a vigorar entre 2018 e 2023, os Municípios do Alto Tâmega apresentaram uma petição à empresa Iberdrola Generación S.A.U. no sentido de se proceder a um ajustamento ao cronograma de execução financeiro do PA, que resultou na antecipação parcial das verbas alocadas inicialmente ao ano de 2023, para os anos de 2018 e 2019, pretensão esta aceite pela já referida empresa. Desta forma, pretende-se uma maior facilitação do acesso a fundos comunitários, implicando, no entanto, que as verbas antecipadas sejam canalizadas para projetos que sejam cofinanciadas por fundos comunitários. -----

2.12. Desta forma, e para o Município de Chaves, no ano de 2018 corresponderá uma verba de 372.333,33 euros. -----

2.13. Por outro lado, e em simultâneo à apreciação deste protocolo, são apresentadas as ações a incluir para execução no ano de 2018, dando desta forma cumprimento à Cláusula Sexta do Protocolo, quando prevê a aprovação anual das fichas relativas às contrapartidas e ações conjuntas a financiar no seu âmbito. -----

2.14. Neste contexto, e por sugestão do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e após terem sido analisados os vários projetos de âmbito municipal, em execução no ano de 2018, foram apresentados à consideração da empresa Iberdrola Generación S.A.U., os seguintes projetos, a incluir no Plano de Ação, nas ações correspondentes ao ano de 2018: -----

i) Jardim de Infância de Vidago, com uma comparticipação Iberdrola Generación S.A.U. de 27.931,72 euros; -----

ii) Requalificação da Av. General Ribeiro de Carvalho; das Ruas Nadir Afonso, Mário dos Santos Delgado e Artur M^a Afonso e das Travessas Nuno Alvares e Gen. Ribeiro de Carvalho, com uma comparticipação Iberdrola Generación S.A.U. de 103.731,33 euros; -----

iii) Requalificação das Ruas Antunes Guerreiro e Inácio Pizarro, com uma comparticipação Iberdrola Generación S.A.U. de 241.670,28 euros.

2.15. Todos os projetos agora elencados, foram alvo de candidaturas aprovadas no âmbito do Programa Operacional NORTE 2020. -----

2.16. Nesta sequência, os referidos projetos foram colocados à consideração da empresa Iberdrola Generación S.A.U., sendo que os mesmos foram considerados enquadráveis nos objetivos subjacentes ao Plano de Ação. -----

2.17. Neste sentido, consideram-se reunidas as condições necessárias para a formalizar do respetivo Protocolo, a vigorar no período de 2018 a 2023, bem como das ações a incluir em 2018, pelo que se torna necessário a sua aprovação e outorga por parte do Município de Chaves.

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----
Face ao exposto, e atendendo a que:

i) O Protocolo de Financiamento para o triénio 2015-2017 já foi integralmente concretizado; -----

ii) Existe a necessidade de se estabelecer um novo Protocolo de Parceria para o período temporal de 2018-2021; -----

iii) As ações propostas pelo Município de Chaves, para o ano de 2018, mereceram a validação da empresa concessionária (Iberdrola Generación S.A.U.). -----

Propõe-se que, superiormente seja verificada a referida Minuta de Protocolo, bem como os projetos a incluir no ano de 2018, e que nos termos do previsto na alínea t) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro, seja apresentada em reunião do Executivo Municipal com vista a deliberar sobre: -----

i) A aprovação da minuta do Protocolo de Financiamento das Ações que integram o Plano de Ação para o desenvolvimento Socioeconómico e cultural da Bacia do Tâmega para o período 2018-2023; -----

ii) A aprovação das ações a incluir no referido Protocolo, para o ano de 2018; -----

iii) A legitimação do Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Protocolo de Financiamento, nos termos e condições da minuta apresenta em Anexo. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 25.05.2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

- Aprovar da minuta do Protocolo de Financiamento das Ações que integram o Plano de Ação para o desenvolvimento Socioeconómico e cultural da Bacia do Tâmega para o período 2018-2023; -----

- Aprovar das ações a incluir no referido Protocolo, para o ano de 2018; -----

- Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Protocolo de Financiamento. -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Gera

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 25.05.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 28.05.2018 --

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Ausentou-se da sala, o Vereador do Partido Social Democrata, Sr. João Carlos Alves Neves, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado. -----

5. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA E TÉCNICA, A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO FLORESTAL E AMBIENTAL DO CONCELHO DE CHAVES. INFORMAÇÃO 022/GTF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento-----

Aos 19 dias do mês de Março de 2018 efetuou-se a informação n.º 006/GTF/2018, devidamente homologada em reunião de câmara de 22-03-2018, com vista a rever o protocolo da AFACC com o Município de Chaves.

2- Antecedentes e Justificação-----

Aos 19 dias do mês de Março de 2018 efetuou-se a informação n.º 006/GTF/2018, com vista à revisão do protocolo entre o Município e a Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves;-----

Aos 22 dias do mês de Março de 2018 foi o assunto presente à reunião do executivo camarário, e o aludido órgão aprovou o clausulado constante da minuta de protocolo.-----

De acordo com a cláusula quinta, entrada em vigor, o presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e terá a duração de um ano sucessivamente renovável por igual período de tempo desde que não seja denunciado por qualquer das partes não tendo ficado clarificado a revogação do anterior;-----

Mais se informa que, na informação técnica, suprarreferida, no ponto "I- Enquadramento" fez-se referência que o objeto desta informação era para rever o protocolo de Cooperação Financeira e Técnica, celebrado entre a Câmara Municipal de Chaves e a Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves (AFACC), não tendo ficado clarificado a revogação do anterior.-----

Na alínea a) do n.º 1 da Cláusula segunda, Direitos e obrigações das partes contratantes, refere: "Conceder à "AFACC" um apoio financeiro de 30 000 €/ano, sendo o pagamento trimestralmente no valor de 7 250 euros". Do exposto verifica-se um lapso no valor trimestral, o qual deverá ser de 7500 euros por trimestre perfazendo os 30 000 euros anuais.-----

3 - Proposta em Sentido Estrito-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

3.1- Que seja promovida a adenda ao referido "Protocolo" tendo em vista clarificar os seguintes pontos:-----

a) Que seja introduzido no n.º 1 da cláusula quinta - entrada em vigor e duração, o seguinte texto: "O presente protocolo, revoga o anterior celebrado com a AFACC em 12/03/2012, entra em vigor em 01-04-2018 e terá a duração de um ano sucessivamente renovável por igual período de tempo desde que não seja denunciado por qualquer das partes;-----

b) Que seja corrigido o valor indicado na alínea a) do n.º 1 da Cláusula segunda, Direitos e obrigações das partes contratantes, designadamente:-----

"Conceder à "AFACC" um apoio financeiro de 30 000 €/ano, sendo o pagamento trimestralmente no valor de 7 500 euros".-----

À consideração Superior-----

O Técnico Superior-----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Adenda ao protocolo de Cooperação Financeira e Técnica, a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e a Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves.-----

- Cópia do protocolo de Cooperação Financeira e Técnica, a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e a Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves.-----

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VITOR SANTOS, DATADO DE 2018.05.28. -----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Regista-se a entrada na sala, do Vereador do Partido Social Democrata, Sr. João Carlos Alves Neves, retomando a sua participação na presente reunião. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram doze horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
